

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**APLICANDO A CIBERAPRENDIZAGEM NO ENSINO DE HISTÓRIA POR MEIO  
DO ACERVO DIGITAL DA GUERRILHA DO ARAGUAIA**

**VICTOR GABRIEL DE JESUS SANTOS DAVID COSTA**

São Luís

2024

**VICTOR GABRIEL DE JESUS SANTOS DAVID COSTA**

**APLICANDO A CIBERAPRENDIZAGEM NO ENSINO DE HISTÓRIA POR MEIO  
DO ACERVO DIGITAL DA GUERRILHA DO ARAGUAIA**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito para obtenção do grau de mestre no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História – Mestrado em Ensino de História.

Orientadora: Profa. Dra. Monica Piccolo de Almeida Chaves

São Luís

2024



**VICTOR GABRIEL DE JESUS SANTOS DAVID COSTA**

**APLICANDO A CIBERAPRENDIZAGEM NO ENSINO DE HISTÓRIA POR MEIO  
DO ACERVO DIGITAL DA GUERRILHA DO ARAGUAIA**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito para obtenção do grau de mestre no Programa de Pós-Gaduação Stricto Sensu em História – Mestrado em Ensino de História.

Aprovada em:

**BANCA AVALIADORA**

---

Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves (orientadora)  
(PPGHIST/UEMA)

---

Profa. Dra Lidiane Friderichs  
(PPGHIST/UEMA)

---

Profa. Dra. Juliana Alves de Andrade (arguidor)  
(PGH-UFRPE e ProfHistória-UFPE)

---

Prof. Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva (suplente)  
(PPGHIST/UEMA)

## AGRADECIMENTOS

Começo este texto expressando minha profunda gratidão à minha amada filha, Victória Maya Cunha Costa, minha valente e determinada guerreira. “Guria”, tu representas a essência de minha existência. Percebo agora que um dos meus principais propósitos de vida é ser teu pai, e orgulho-me profundamente do teu sorriso que ilumina os dias de nossa família. Tua chegada em 2018 transformou completamente meu ser, tornando-te a fonte de minha força, serenidade e perseverança. És o fulcro de minhas jornadas e conquistas, uma das principais razões da minha luta incessante. Almejo que, ao decifrares as letras e palavras, sintas orgulho do homem que me tornei, moldado pelo milagre de tua existência. Amo-te imensuravelmente, como a vastidão de um “megalodonte”.

Aos meus pais, Nívea de Jesus Campos Santos Malheiros e Luiz Magno Malheiros, pelo esforço e suor derramados em prol da minha formação. Vocês me ensinaram valores que sempre estarão em meu coração, pois eles moldaram minha moral e meu caráter, e forneceram um apoio incondicional que foi crucial desde a minha educação básica até este marco do mestrado. Obrigado por cuidarem tão bem de mim e por serem os melhores avós que “Vivi” poderia ter. Nos momentos em que tive de abdicar dos lazes em família, foram vocês que seguraram as pontas, permitindo que este sonho fosse realizado. A rotina exaustiva de dedicação ao trabalho e ao mundo acadêmico me tornou um filho e pai um pouco ausentes, mas, acreditem: minha luta sempre teve vocês três como um dos principais responsáveis pela consistência do foco e determinação, o bem-estar de vocês sempre estará na ponta do lápis de qual planejamento na minha vida. Tentarei ao máximo retribuir tudo o que fizeram por mim, sendo pelo menos metade do que vocês são. Ser o primeiro membro da nossa família a alcançar este nível acadêmico é um testemunho do legado educacional que vocês me proporcionaram. Obrigado por me permitirem e auxiliarem a começar um novo ciclo, uma história diferente das que vocês tiveram, e que certamente se perpetuará pelos caminhos traçados pela nossa pequena grande “Vivi”. Esta conquista é nossa. Amo vocês.

À Ana Beatriz, minha amada companheira dos mais variados momentos de crise existencial que geralmente tenho justamente por estar na presença da mais incrível professora de filosofia. Meu amor, sua resiliência, empatia e paciência são as forças que me mantêm centrado e motivado no dia a dia. Obrigado por suportar minhas chatices diárias, meus questionamentos sobre o mundo em que vivemos, que às vezes beiram o “conspiracionismo moderado”. De fato, tua inteligência me faz pensar mais do que poderia, ao mesmo tempo que

me tira da realidade dura e fria de uma rotina muitas vezes exaustiva. Obrigado por ser uma das pessoas que consegue me fazer enxergar o lado bom das coisas. Espero viver por muitos ciclos ao seu lado e crescer academicamente também; sei que em breve será você escrevendo seus agradecimentos e suas considerações finais no processo de conclusão do mestrado e, depois, do doutorado. Tu és brilhante e eu amo te amar. Obrigado por ter se esbarrado na minha vida e por ser essa pessoa que me faz querer evoluir cada vez mais. Amo-te, muito, muito, muito.

Agradeço Raíssa Macau e aos irmãos Alhadeff: Yuri, Natasha e Ana Sarah. Meus amigos queridos, sócios de um futuro empreendimento de eventos acadêmicos. Sei que nossas rotinas nem sempre nos permitem nos deixar tão próximos, uma pena, pois conviver com cada um na insana organização de um dos maiores eventos acadêmicos do Brasil me fez perceber o quão incríveis vocês são. Espero que possamos comemorar juntos, seja no bar do Léo, no McDonald's 24 horas, na hamburgueria da tia em frente ao prédio de história, ou onde quer que seja. O que realmente importa é continuar compartilhando bons momentos com vocês. Obrigado por tudo e por tanto.

Ao Werbeth Serejo Belo, jamais esquecerei de todo o apoio que me deste no início da caminhada deste mestrado. Lembro-me que você foi a primeira pessoa que me informou sobre a nota do projeto no processo de seleção, que só tive condições de fazer graças à sua disponibilidade, mesmo repleto de afazeres. Sou grato por todas as orientações e pelo apoio, consciente de que talvez não consiga retribuir na mesma medida. Afinal, você é um modelo inspirador como historiador e pesquisador, e ainda tenho muito a aprender contigo. Obrigado por ter atendido meus anseios e ajudado quando mais precisei no início de tudo isso. Você é incrível.

À Priscila Piccolo, obrigado por acreditar em mim mais do que eu mesmo. No começo da nossa amizade sempre pontuei que eu precisava ouvir mais críticas construtivas do que elogios de ti, justamente porque tu és uma pessoa tão boa que consegues enxergar o lado bom e melhorado de qualquer ser humano. Isso é apenas o espelho de quem tu és, da mulher trabalhadora e esforçada que se tornou. Seu coração é bondoso e a tua competência técnica é magistral. Obrigado pela parceria e paciência principalmente em uma das fases da minha vida repleta de imaturidades e medos. Aprendi e cresci muito com os teus conselhos. Gratidão por tudo.

Ao Eduardo Sousa, o amigo que é unanimidade para todos os demais amigos citados: sem sombra de dúvidas é o mais engraçado, leve e possivelmente de boas com a vida. Para além disso, também é uma das pessoas mais dedicadas e esforçadas que tenho orgulho de dizer que admiro. Obrigado por me encher de mensagens sobre publicações em revistas

acadêmicas, simpósios temáticos e oficinas quase que 24 horas por dia. Minha rotina pedagógica é muito corrida, e tu me lembrás que ainda há espaço para a luta acadêmica, embora este já não seja um sonho tão ambicioso meu. Tu és um ser humano iluminado e eu aprendo muito contigo. Obrigado, por tudo.

Ao André Araújo, meu amigo/irmão carnavalesco que mais amo nessa vida. Obrigado por me ouvir nos momentos conturbados que vivi nesses dois anos de mestrado, e me ajudar a economizar nas terapias. Não existem palavras que sejam possíveis de dimensionar o quanto te admiro, e prezo pela tua amizade. Nossa parceria nasceu em 2017, no primeiro período da graduação, mas, sinto que tu és uma pessoa que conheço desde vidas passadas. Tua memória e objetividade me fizeram ser menos prolixo e mais prático, inclusive na minha escrita. Gratidão pela tua existência.

À minha orientadora, Monica Piccolo, que merece um agradecimento especial por sua influência transformadora em minha carreira acadêmica e vida pessoal. Nos momentos em que estive perto de desistir em decorrência da desilusão profissional que muitas vezes nos abate em momentos ruins, seu suporte foi muito importante para permitir que este momento se concretizasse. Às vezes, nós professores não temos consciência da importância e influência que temos na vida de nossos alunos; imagino que a sua humildade nem sempre lhe permita enxergar o tamanho da alegria e honra que tenho em dizer que sou seu orientando. Cheguei até aqui com muitas responsabilidades que você confiou a mim, mas com a certeza de que o trabalho árduo e o esforço contínuo sempre valeriam a pena, aprendi isso com a melhor professora que conheço e, dentro do mundo acadêmico, com a pessoa de coração mais bondoso que já tive o prazer de trabalhar. Muito obrigado.

Por fim, expresso minha gratidão à Universidade Estadual do Maranhão, ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS-UEMA).

A todos vocês, meu sincero obrigado por contribuírem tão significativamente para minha jornada e para a realização deste trabalho.

## RESUMO

A construção do site “Acervo Digital da Guerrilha do Araguaia” se destaca como uma iniciativa muito importante para a problematização do ensino acerca de um acontecimento histórico traumático, porém frequentemente negligenciado nas esferas educacionais e midiáticas contemporâneas: a Guerrilha do Araguaia. Entre 1972 e 1974, militantes do PC do B e militares das forças armadas protagonizaram um conflito sangrento com fins trágicos não apenas para eles, mas também para trabalhadores rurais que viviam no palco do conflito; uma região agrária que interliga os estados do Maranhão, Pará e Tocantins. Este material visa suprir as demandas pedagógicas dos estudantes do 9º ano, assim como dos docentes e pesquisadores interessados no tema. Por meio da digitalização e disponibilização de recursos relacionados, o projeto busca estabelecer uma conexão entre a abordagem tradicional do ensino de história e as exigências atuais por instrumentos digitais. Ao embasar-se em diretrizes como a Base Nacional Comum Curricular e o Documento Curricular do Território Maranhense, e em Políticas de Educação Digital, bem como utilizar fontes como o jornal “A Classe Operária” e o Projeto “Orvil” como objetos fundamentais de pesquisa, esta dissertação propõe um trabalho pragmático que contempla tanto o ofício do fazer historiográfico quanto a prática pedagógica e cidadã no contexto contemporâneo. O foco recai não apenas na disponibilização dos documentos, mas também na análise crítica dos discursos e linguagens utilizados para interpretar os eventos da Guerrilha do Araguaia. Esta pesquisa, alinhada com os preceitos da Pedagogia Histórico-Crítica e da Ciberaprendizagem, argumenta que o Acervo Digital não apenas aprimora a experiência pedagógica, mas também impulsiona a produção acadêmica, criando um ambiente digital dinâmico que favorece a contínua atualização e aprofundamento do conhecimento histórico. Nesse sentido, a integração do Acervo Digital no meio acadêmico pode se tornar um ponto central para a dinamização de aulas no ensino básico, futuras conferências, publicações e a formação de grupos de pesquisa dedicados ao estudo da Guerrilha do Araguaia, promovendo um ciclo virtuoso de inovação e investigação historiográfica com a prática pedagógica do Ensino de História.

**Palavras-chave:** Ensino de História. Guerrilha do Araguaia. Ciberaprendizagem. Acervo Digital da Guerrilha do Araguaia.

## ABSTRACT

The construction of the “Araguaia Guerrilla Digital Archive” website stands out as a very important initiative for problematizing the teaching of a traumatic historical event, yet often neglected in contemporary educational and media spheres: the Araguaia Guerrilla. Between 1972 and 1974, militants from PCdoB and military personnel from the armed forces staged a bloody conflict with tragic ends not only for themselves but also for rural workers living in the conflict zone; an agrarian region that interconnects the states of Maranhão, Pará, and Tocantins. This material aims to meet the pedagogical demands of 9th-grade students, as well as teachers and researchers interested in the topic. Through the digitalization and provision of related resources, the project seeks to establish a connection between the traditional approach to history teaching and the current demands for digital tools. By grounding itself in guidelines such as the National Common Curricular Base and the Maranhense Territory Curriculum Document, and in Digital Education Policies, as well as using sources like the newspaper “A Classe Operária” and the “Orvil” Project as fundamental research objects, this dissertation proposes a pragmatic and objective work that encompasses both the craft of historiographical making and the pedagogical and civic practice in the contemporary context. The focus is not only on the provision of documents but also on the critical analysis of the discourses and languages used to interpret the events of the Araguaia Guerrilla. This research, aligned with the principles of Historical-Critical Pedagogy and Cyberlearning, argues that the Digital Archive not only enhances the pedagogical experience but also boosts academic production, creating a dynamic digital environment that favors the continuous update and deepening of historical knowledge. In this sense, the integration of the Digital Archive into the academic environment can become a central point for the dynamization of classes in basic education, future conferences, publications, and the formation of research groups dedicated to the study of the Araguaia Guerrilla, promoting a virtuous cycle of innovation and historiographical investigation with the pedagogical practice of History Teaching.

**Keywords:** History Teaching, Araguaia Guerrilla, Cyberlearning, Araguaia Guerrilla Digital Archive.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Região da Guerrilha do Araguaia.....	52
Mapa 2 - Destacamentos da Guerrilha do Araguaia.....	53
Gráfico 1 – Linha do tempo sobre o avanço da iconografia do “A C. Operária” .....	61

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Print do logotipo e menu central do Acervo .....	105
Imagem 2 – Print da página inicial do Acervo .....	106
Imagem 3 – Print do menu secundário do Acervo .....	106
Imagem 4 – Print da aba “Acervo” .....	107
Imagem 5 – Print da aba “Sobre o Acervo” .....	108
Imagem 6 – Print da aba sobre o Orvil em “Fontes Históricas” .....	109
Imagem 7 – Print do “Fórum de Discussão da Guerrilha do Araguaia” .....	109
Imagem 8 – Print da área de membros .....	109
Imagem 9 – Print do “Perfil” dos visitantes .....	109

**SIGLAS**

AC-8 - Ato do Comando Supremo da Revolução Nº 8

AI – Ato Institucional

CCPCB – Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

CIE/CIEX – Centro de Informações do Exército

DC – Decreto Lei

DOI – Destacamento de Operações e Informações

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

DSND – Doutrina de Segurança Nacional de Desenvolvimento

ESG – Escola Superior de Guerras

EUA – Estados Unidos da América

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

OBAN – Operação Bandeirantes

PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCC – Partido Comunista Chinês

PCUS – Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

PEI – Política Externa Independente

SNI – Serviço Nacional de Informação

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1. PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA .....</b>	<b>19</b>
1.1 Ascensão do Militarismo e Estado de Exceção no Brasil .....	19
1.2 História do Tempo Presente, História Pública, Ciberspaço e outros apontamentos.....	27
1.3 Revisão Historiográfica .....	35
<b>2. A GUERRILHA DO ARAGUAIA: TRAJETÓRIA, COMBATE E RESISTÊNCIA.....</b>	<b>50</b>
2.1 Interesses em conflito: as trajetórias dos envolvidos na Guerrilha.....	50
2.2 As campanhas do exército brasileiro contra o foco guerrilheiro.....	58
2.3 A Guerrilha do Araguaia por meio do “A Classe Operária” .....	60
2.4 A Guerrilha do Araguaia por meio do “ORVIL: Tentativas de Tomada do Poder” .....	72
<b>3. ENSINO DE HISTÓRIA E CIBERAPRENDIZAGEM POR MEIO DO ACERVO DIGITAL DA GUERRILHA DO ARAGUAIA.....</b>	<b>80</b>
3.1 Discussão sobre historiografia e ciberespaços no PPGHIS-UEMA .....	80
3.2 Integração da educação tecnológica no ensino e currículo de história. ....	90
3.3 Aplicando a Ciberaprendizagem por meio do Acervo Digital da Guerrilha do Araguaia..	99
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>113</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>115</b>
<b>APÊNDICE A – LEVANTAMENTO DE MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE A GUERRILHA DO ARAGUAIA .....</b>	<b>122</b>
<b>APÊNDICE B – LEVANTAMENTO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE A AGUERRILHA DO ARAGUAIA .....</b>	<b>128</b>
<b>APÊNDICE C - LEVANTAMENTO DE REPORTAGENS DO JORNAL “A CLASSE OPERÁRIA” SOBRE GUERRILHA DO ARAGUAIA (1971-1976) .....</b>	<b>133</b>
<b>APÊNDICE D – LEVANTAMENTO DE REGISTROS DO “ORVIL” SOBRE A GUERRILHA DO ARAGUAIA .....</b>	<b>137</b>

## INTRODUÇÃO

Inicialmente, é importante explicitar o tema central deste trabalho: a Guerrilha do Araguaia. Este conflito, tão silenciado e até hoje pouco discutido nas instâncias acadêmicas e midiáticas, aconteceu entre 1972 e 1974 nas selvas amazônicas ao longo do rio Araguaia, passando pelos estados do Maranhão, Pará e Tocantins. Foi um movimento de resistência contra o exército brasileiro durante a Ditadura Empresarial-militar de 1964, liderado pelos militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) com o objetivo de tomar o controle do Estado. Apesar de usarem conceitos da Revolução Chinesa, na prática, seguiram abordagens semelhantes ao Fiquismo Cubano de Fidel Castro e Che Guevara.

O conflito envolveu trabalhadores rurais em uma disputa entre dois lados políticos que, por anos, ignoraram as necessidades e a importância do sujeito camponês. Eles enfrentaram uma campanha militar dura, financiada pelo aparato empresarial que buscava proteger os patrimônios dos grandes proprietários de terras, além de aderirem a uma justificativa anticomunista embasada pelos ideais da Segurança Nacional do Estado brasileiro. Por outro lado, havia uma resistência armada mais fraca liderada pelos militantes do PC do B que estavam imersos pela resistência iniciada desde 1967.

As narrativas construídas tanto pelo exército quanto pelos comunistas imprimiram uma imagem heroica em suas ações, esquecendo-se do sangue derramado e do preço que foi pago por familiares e amigos que perderam filhos e filhas, netas e netos, irmãos e irmãs, esposas e maridos em decorrência de uma tentativa revolucionária sem precedentes na história do Brasil, seja pela singularidade do conflito e pela mobilização militar ou pelo silenciamento projetado sobre o acontecimento. Trata-se de um tema "cinematográfico", no qual os envolvidos no conflito podem ser compreendidos por inúmeras variáveis de análises que relacionam os impulsos políticos, a busca pela ordem, a manutenção do *status quo*, o sonho de produzir livremente em terras férteis sem a opressão estatal, e o luto nunca findado por não conseguir enterrar aqueles que amam.

Assim, os habitantes rurais, já sujeitos à repressão do Estado brasileiro e à persistência das estruturas latifundiárias, encontraram-se imersos em uma contenda que, em meio à Guerra Fria, possivelmente fazia sentido para aqueles que se comprometeram com suas causas, acreditando em um processo revolucionário socialista. Ou, alternativamente, considerando que o massacre infligido a militantes e camponeses serviu como justificativa concreta para uma narrativa anticomunista forjada pela história oficial das Forças Armadas. Contudo, tais convicções revelaram-se completamente desproporcionais diante do aparato

bélico do Exército nacional, em contraste com os recursos limitados disponíveis aos guerrilheiros: munidos apenas de espingardas enferrujadas, recorrendo à vegetação para se ocultar e isolados em um território geográfico amplamente desfavorável.

Diante dessas questões, é crucial destacar que o desenvolvimentismo da Ditadura Empresarial-militar promoveu ações repressoras nas zonas agrícolas, mantendo a estrutura latifundiária, especialmente no norte e nordeste do país. A política ditatorial não reconhecia o camponês como legítimo dono de suas terras, e isso pode ser observado no *slogan* do governo Médici: "Terras sem Homens, para Homens sem Terras", que visava desafogar o excesso populacional dos grandes centros urbanos ao propagandear uma ideia de esvaziamento de territórios já ocupados por famílias que, além de esquecidas e silenciadas, eram tidas como inexistentes diante das políticas públicas que beneficiavam uma elite econômica em constante ascensão, contrariando as necessidades interioranas das regiões norte e nordeste do país.

Esta pesquisa, além de abordar essas problemáticas ao longo dos três capítulos, possibilitou a construção de um produto educacional digital para estudantes do 9º ano do ensino fundamental, professores de história e pesquisadores especialistas na temática. No âmbito educacional, destaca-se que a criação do Acervo Digital da Guerrilha do Araguaia, fundamentado na Ciberaprendizagem e na Pedagogia Histórico-Crítica, utiliza-se da cibercultura e das Tecnologias de Informação e Comunicação, como a internet, para proporcionar uma compreensão profunda e complexa sobre questões centrais da história recente do Brasil. Essa proposta pedagógica, alinhada à Linha de Pesquisa "Linguagens e Construção do Conhecimento Histórico" do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão, conecta saberes acadêmicos e escolares sobre um tema sensível e ausente nos currículos de história.

Ao longo da proposta de pesquisa inicial, o foco era desenvolver um produto educacional digital exclusivo para estudantes do 9º ano do ensino fundamental. Contudo, a identificação das potencialidades decorrentes desse material ocorreu por meio de diálogos com intelectuais e especialistas durante o 32º Simpósio Nacional de História realizado pela ANPUH em São Luís - MA, em julho de 2023. A compreensão dessas novas possibilidades e a ampliação do debate para além dos estudantes do ensino básico foram possíveis através de conversas com professores, como Luiz Gustavo Martins da Silva, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGHIS-UFOP) e também Vice-Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Mídias, Tecnologia e História (MITECHIS).

Após receber sugestões, a estrutura do site foi aprimorada para oferecer uma organização mais eficiente de textos informativos sobre a Guerrilha do Araguaia. O objetivo é

alcançar qualquer pessoa interessada no tema, adotando uma linguagem acessível e priorizando estudantes a partir de 14 anos. Assim, os alunos terão condições de compreender de maneira didática o tema central desta dissertação, ao mesmo tempo em que terão acesso ao arranjo teórico e metodológico que fundamenta cada frase presente no Acervo.

A utilização da linguagem acadêmica foi reservada para os debates nos fóruns de discussão do site. Além disso, o acesso e a disponibilização de fontes históricas no acervo central foram direcionados para o jornal "A Classe Operária" e a obra "Orvil: Tentativas de Tomada do Poder", que constituem os objetos de análise fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Cada tópico postado virtualmente inclui uma aba que disponibiliza a dissertação desenvolvida nesta pesquisa, oferecendo informações mais detalhadas e de cunho acadêmico. Os estudantes podem utilizar a pesquisa dissertativa, contando com a orientação e mediação do educador para a compreensão e abordagem de temas sensíveis e complexos.

A relevância histórica da Guerrilha do Araguaia vai além da resistência camponesa, abrangendo o massacre humano e as práticas terroristas do Estado brasileiro. Mesmo com pesquisas científicas e documentações oficiais, os responsáveis pelas práticas ilegais das Forças Armadas ficaram impunes devido à Lei de Anistia de 1979.

O capítulo 1, intitulado "Percurso Metodológico da Investigação", explora as abordagens metodológicas que fundamentaram a pesquisa, utilizando o conceito de "Estado de Exceção" de Giorgio Agamben (2004) para analisar a ascensão militarista no Brasil a partir de 1964 e a estrutura "Empresarial-militar" conforme estudada por René Dreifuss. Na fase inicial, são apresentadas considerações metodológicas relacionadas à análise das fontes historiográficas sobre a Guerrilha do Araguaia, destacando as perspectivas temporais de Marieta Ferreira, a abordagem de Mariana Joffily sobre documentos oficiais da Ditadura, e a proposta de Maria Helena Rolim Capelato para o uso de métodos vinculados a ações históricas por meio da análise da imprensa e, em particular, dos jornais. Essas contribuições enriquecem a compreensão dos conflitos no Araguaia. Além disso, são exploradas reflexões historiográficas sobre a Guerrilha, considerando perspectivas sociais e econômicas em trabalhos de Carlos Hugo Studart Corrêa e Patrícia Sposito Mechi, bem como análises interdisciplinares de Romualdo Campos Filho.

No capítulo 2, intitulado "A Guerrilha do Araguaia: trajetória, combate e resistência", são analisadas as trajetórias desencadeadas pelo conflito. Inicialmente, foca-se na estrutura e nas estratégias de Guerrilha adotadas pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), explorando objetivos revolucionários direcionados para o campo. Utilizando conceitos da historiadora Patrícia Mechi, observados em "Os Protagonistas do Araguaia" (2012), o capítulo desdobra as trajetórias dos camponeses e militares, abordando a exploração latifundiária e os

objetivos governamentais desde os primórdios da colonização do país. Em seguida, detalha-se o contexto das campanhas do Exército Brasileiro contra o Foco guerrilheiro do PC do B, analisando operações como Papagaio, Sucuri, Marajoara e a subsequente Limpeza para compreender os processos repressivos do Estado de Exceção durante a Ditadura Empresarial-militar. O capítulo também problematiza a Guerrilha do Araguaia por meio da análise do jornal "A Classe Operária", órgão centro do PC do B, e do projeto "ORVIL, Tentativas de Tomada do Poder," elaborado pelas Forças Armadas Brasileiras. Essas fontes históricas são criticamente examinadas, contribuindo para as discussões integradas ao Acervo Digital da Guerrilha do Araguaia, foco do último capítulo.

O Capítulo 3, intitulado "Ensino de História e Ciberaprendizagem por meio do Acervo Digital da Guerrilha do Araguaia," inicia com uma análise historiográfica que explora as perspectivas da operação historiográfica dentro do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão. Focaliza debates sobre pesquisas desenvolvidas no mestrado, destacando a utilização do ciberespaço e abordando contribuições de historiadores como Leonardo Leal Chaves e Terezinha Gusmão. O capítulo examina a integração da educação tecnológica no ensino de história, considerando documentos como a Base Nacional Comum Curricular, o Currículo de Referência em Tecnologia e Computação, o Guia de Tecnologias Educacionais e a Lei nº 14.533 de 2023. Além disso, aprofunda-se na aplicação da Ciberaprendizagem, utilizando o Acervo Digital como exemplo, embasado na Pedagogia Histórico-Crítica de Saviani e explorando as concepções de ciberespaço e cibercultura por Pierre Lévy e Raimundo Xavier. A conclusão detalha o processo de construção e utilização do produto educacional digital, oferecendo uma visão abrangente para estudantes, professores e pesquisadores interessados no tema.

Portanto, esta pesquisa propõe duas hipóteses interligadas, sugerindo que a análise do conceito de "Estado de Exceção" de Giorgio Agamben e a investigação da estrutura "Empresarial-militar" de René Dreifuss possibilitarão uma compreensão aprofundada da ascensão militarista no Brasil a partir de 1964, contribuindo para elucidar particularismos da Guerrilha do Araguaia. Paralelamente, no âmbito educacional, a pesquisa propõe que a construção do Acervo Digital da Guerrilha do Araguaia, alinhada à Pedagogia Histórico-Crítica de Saviani e incorporando a aplicação da Ciberaprendizagem, pode dar luz a novas propostas no ensino de história, oferecendo uma visão abrangente e envolvente para estudantes, professores e pesquisadores interessados no tema. O diferencial deste trabalho reside na conexão entre duas correntes conceituais para compreender o autoritarismo brasileiro, bem como na junção de duas metodologias pedagógicas para criar um produto educacional. Vale

ressaltar que, embora o Acervo Digital seja disponibilizado após a defesa da dissertação, ele passará por atualizações constantes e melhoramentos na linguagem, acessibilidade e conteúdo, demonstrando que esta pesquisa não encerra com a defesa, mas evolui para outro estágio de complexidade. As métricas de avaliação abrangerão um panorama maior e mais denso ao longo do tempo.

A parte final desta pesquisa destaca a abordagem da Guerrilha do Araguaia no âmbito do 9º ano do Ensino Fundamental, evidenciando a consonância com os objetivos pedagógicos propostos pela BNCC. Os alunos terão a oportunidade de compreender o contexto que levou à Ditadura Empresarial-militar no Brasil, discutir questões de memória e justiça, além de explorar processos de resistência e propostas de reorganização da sociedade brasileira. O Documento Curricular do Território Maranhense ressalta a necessidade de uma abordagem mais problematizadora, questionando a narrativa histórica oficial vinculada ao século XIX. No eixo "Cultura Digital", do Currículo de Referência em Tecnologia e Computação o texto destaca a importância do letramento digital no 9º ano, incluindo a produção de artigos de opinião, criação de sites e blogs, e a exploração de ambientes virtuais, alinhando-se às competências propostas do produto final desta dissertação.

## **1. PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

Neste capítulo, serão abordadas as perspectivas metodológicas que fundamentaram a estrutura e os caminhos delineados nesta pesquisa. O conceito de "Estado de Exceção" de Giorgio Agamben (2004) foi utilizado, explorando a ascensão militarista no Brasil a partir de 1964, e a estrutura "Empresarial-Militar" conforme estudada por René Dreifuss, cientista político que, em sua obra "1964: a conquista do Estado" (1981), propõe que a consolidação do golpe militar brasileiro foi arquitetada na esfera da sociedade civil, especialmente influenciada pela classe empresarial nacional e internacional.

Neste momento inicial, são apresentadas observações e propostas metodológicas relacionadas à análise das fontes e recursos historiográficos que sustentam a observação sobre a Guerrilha. Destacam-se as perspectivas temporais propostas por Marieta Ferreira (2000) no contexto da história do tempo presente. Além disso, a abordagem de Mariana Joffily (2013), que problematiza documentos oficiais recentemente divulgados sobre o período da Ditadura, é analisada. Acrescenta-se ainda a proposta de Maria Helena Rolim Capelato (1988) em relação ao uso de métodos ligados a ações históricas presentes em imprensas e jornais. Essas contribuições enriquecem a compreensão dos conflitos no Araguaia, sendo fundamentais para as considerações finais deste trabalho.

Além disso, neste primeiro momento, são abordadas reflexões historiográficas sobre a Guerrilha do Araguaia, explorando perspectivas relacionadas à história social-cultural, conforme discutido na tese de doutorado do historiador Carlos Hugo Studart Corrêa (2013). A história social-econômica é analisada, problematizada pela tese de doutorado da historiadora Patrícia Sposito Mechi (2012), além de serem consideradas análises interdisciplinares presentes no trabalho do historiador e doutor em geografia Romualdo Campos Filho (2013).

### **1.1 Ascensão do Militarismo e Estado de Exceção no Brasil**

Na obra "Estado de Exceção" (2004), Giorgio Agamben oferece uma reflexão essencial para esta dissertação. Sua teoria, utilizada como referência nesta pesquisa, discute uma estrutura ditatorial que é estabelecida com a justificativa de restaurar a "normalidade" em um país imerso em crises. Agamben explora a ideia de uma "lacuna" no ordenamento jurídico, uma pausa intencional nas regras normais, que entra em cena durante situações extremas para suspender temporariamente a aplicação normal das leis, protegendo assim a existência dessas

leis. Esse conceito de “Estado de Exceção” preenche uma separação fundamental entre a criação das regras e sua aplicação prática, criando uma área temporária onde as leis são suspensas, mas ainda permanecem em vigor (Agamben, p. 48, 2004)<sup>1</sup>.

No contexto brasileiro, Sintoni (1999, p. 24) citado por Maria Martins (2014, p. 41) propõe que os militares possuíam um projeto político próprio. Esse projeto, apesar de incorporar a reserva moral específica dos membros do grupo militar e, assim, da ordem militar, refletia também um imaginário social mais abrangente de frações de classe da sociedade civil. Vale destacar que, antes do golpe, setores conservadores da sociedade civil apontavam o Exército Nacional como a última reserva moral e cívica do país, buscando conduzir a população brasileira a "reviver" períodos de suposta estabilidade política, econômica e social. Nesse sentido, Sintoni ressalta que ao compreender esses elementos significativos do imaginário social militar, é possível perceber como eles representavam frações civis e gradualmente estabeleceram padrões para a compreensão da sociedade brasileira.

Agamben observa uma prática comum nos Estados do mundo ocidental, caracterizada pela adoção de uma "exceção" com o intuito de restaurar uma suposta ordem e segurança durante crises político-sociais. A concepção de "exceção" refere-se a uma estrutura construída em situações em que a "regra" não consegue alcançar os resultados desejados de coesão social em meio a crises. A "regra" é associada à ideia de "normalidade" nas estruturas da democracia ocidental, legitimada pela soberania do povo e pela distribuição equitativa das forças políticas entre os poderes executivo, legislativo e judiciário. Por outro lado, a "exceção" aborda as ações políticas do poder executivo tomadas quando o Estado enfrenta desarmonia, seja em crises econômicas, sociais, políticas ou ideológicas, dependendo da perspectiva adotada para observar o Estado e os grupos políticos que buscam direcioná-lo por meio de um projeto hegemônico (Costa, p. 25-26, 2022).

A "exceção" engloba medidas ditatoriais, representando o estabelecimento de um regime forte liderado por uma unidade política claramente definida por uma fração de classes dominantes com interesses comuns. Esse regime busca instaurar coesão no Estado até que as

---

<sup>1</sup> “Mas, na verdade, em que consiste a lacuna em questão? Será ela, realmente, algo como uma lacuna em sentido próprio? Ela não se refere, aqui, a uma carência no texto legislativo que deve ser reparada pelo juiz; refere-se, antes, a uma suspensão do ordenamento vigente para garantir-lhe a existência. Longe de responder a uma lacuna normativa, o estado de exceção apresenta-se como a abertura de uma lacuna fictícia no ordenamento, com o objetivo de salvaguardar a existência da norma e sua aplicabilidade à situação normal. A lacuna não é interna à lei, mas diz respeito à sua relação com a realidade, à possibilidade mesma de sua aplicação. É como se o direito contivesse uma fratura essencial entre o estabelecimento da norma e sua aplicação e que, em caso extremo, só pudesse ser preenchida pelo estado de exceção, ou seja, criando-se uma área onde essa aplicação é suspensa, mas onde a lei, enquanto tal, permanece em vigor” (Agamben, 2004, p. 48).

condições políticas, econômicas e sociais retornem à normalidade. Agamben ilustra o Estado de Exceção explorando a relação desse conceito com a ideia de guerra civil, trazendo à tona o exemplo do Estado Nazista. Contrastando essa dinâmica, o autor exemplifica o caso da Itália que na prática da legislação governamental por meio de decretos-lei tornou-se a norma, especialmente durante períodos de crise política<sup>2</sup>. Essa prática contorna o princípio constitucional que preconiza que os direitos dos cidadãos só podem ser limitados por meio de leis. Os decretos-lei, ao longo do tempo, passaram a ser considerados a forma predominante de legislação, sendo descritos como "projetos de lei reforçados por urgência garantida".

Isso significa que o princípio democrático da divisão dos poderes hoje está caduco e que o poder executivo absorveu de fato, ao menos em parte, o poder legislativo. O Parlamento não é mais o órgão soberano a quem compete o poder exclusivo de obrigar os cidadãos pela lei; ele se limita a ratificar os decretos emanados do poder executivo (Agamben, 2004, p. 32).

Além de Agamben, as estruturas políticas, econômicas e sociais do Brasil, moldadas na conjuntura da década de 1960, são analisadas neste estudo pela proposta de René Dreifuss (1981). O cientista político organizou uma análise profunda sobre as relações de poder entre entidades privadas – pertencentes a frações de classe da burguesia dominante do país – e os mecanismos político-institucionais do Estado nacional.

A análise de René Dreifuss (1981) sugere que a Ditadura não foi imposta de maneira abrupta e imediata apenas pelos militares. Muito antes pelo contrário, ela foi cuidadosamente construída, articulada e aliada a setores da sociedade civil. O propósito era não apenas garantir o controle do poder executivo, mas também dominar as mentes e os corações dos indivíduos que constituíam a força integral do Estado brasileiro. Essa dominação não deve ser atribuída exclusivamente à estratégia intelectual das frações de classes burguesas que tinham interesse no golpe. Ela também deve ser compreendida na articulação coerciva dos generais que compreendiam o funcionamento do poder político nacional. Ao longo da Ditadura, esses generais impuseram uma extensa estrutura de informação e repressão que efetivamente impediu qualquer ameaça ao projeto ditatorial. Isso representa uma organização dialética entre força e consenso, uma interação entre as organicidades dos blocos empresarial e político do país e as organicidades dos grupos militares comprometidos com uma tradição de proteção dos valores patrióticos, não isentos de valores classistas e intelectualidade orgânica (Costa, 2022, p. 37).

---

<sup>2</sup> Agamben menciona exemplos específicos, como o decreto-lei de 28 de março de 1978, n. 59, transformado na lei de 21 de maio de 1978, n. 191 (Lei Moro), e o decreto-lei de 15 de dezembro de 1979, n. 625, transformado na lei de 6 de fevereiro de 1980, n. 15. Portanto, essas referências sugerem que a prática estava consolidada durante as décadas de 1970 e 1980 na Itália (Agamben, 2004, p. 32).

Adotando essa abordagem, é possível entender a escalada autoritária que controlou não apenas o governo, mas também a estrutura estatal brasileira durante 21 anos. O projeto hegemônico, que resultou na reorganização da organicidade política-financeira do Brasil, mediante um golpe de Estado, promoveu a crise e remoção dos representantes do segmento populista do poder nacional. Esse processo foi articulado entre o grupo burguês alinhado ao capital multinacional, protegido e aliado pelo poder coercivo das Forças Armadas. A conclusão desta tese só foi possível mediante a investigação feita por Dreifuss (1981) sobre as convergências e disputas entre duas frações da classe dominante, que almejavam controlar a governabilidade e o Estado brasileiro: a primeira, composta por defensores da estrutura burguesa tradicional, especialmente do setor agrícola, que ansiavam pela continuidade de uma república "populista"<sup>3</sup> (Dreifuss, 1981, p. 72); e a segunda, uma organização econômica emergente que se alinhou com o capital externo durante o processo de industrialização do Brasil (Dreifuss, 1981, p. 50).

A supracitada escalada rumo ao domínio do Estado brasileiro, pelas frações de classe dominantes ligadas ao capital multinacional, pode ser melhor observada durante o governo populista de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que introduziu profundas transformações, evidentes tanto na reestruturação da infraestrutura nacional quanto nas dinâmicas políticas estatais. Um marco de sua administração foi o ambicioso Plano de Metas, que tinha como objetivo condensar cinquenta anos de industrialização brasileira em apenas cinco. Este projeto buscava intensificar a acumulação de capital no curto prazo, otimizando a rentabilidade dos investimentos atuais e futuros. A médio prazo, almejava-se elevar o padrão de vida da população, reduzindo a pobreza e fomentando uma transformação social construtiva (Mendonça, 1986, p. 51 *apud* Costa, 2022, p. 32).

Em consequência, setores estratégicos como energia, transportes, alimentação e indústrias-chave foram priorizados. Paralelamente, o segmento de bens duráveis, também conhecido como "Departamento III", ganhou destaque devido à sua influência nas políticas econômicas, facilitando a entrada e consolidação de conglomerados multinacionais (Mendonça, 1986, p. 45 *apud* Costa, 2022, p. 32).

---

<sup>3</sup> Conforme Dreifuss (1981, p. 43), o conceito de populismo no Brasil é multifacetado. Nesse contexto, o populismo é compreendido como a formação histórica criada pelas classes dominantes, adaptada às circunstâncias específicas do país. Mais especificamente, refere-se à união e coordenação de várias classes sociais sob a direção de um bloco de poder oligárquico-industrial. Embora o populismo tenha tentado mascarar a predominância desse bloco de poder, ele ainda proporcionou um ambiente político no qual as classes trabalhadoras puderam manifestar algumas de suas demandas e criar organizações que buscavam superar as restrições ideológicas e políticas do próprio populismo.

A integração econômica brasileira ao capital internacional intensificou políticas voltadas para o acúmulo de recursos no interior do país. Esse movimento direcionou investimentos para áreas consideradas estratégicas, estabelecendo assim as bases para uma nova configuração da infraestrutura político-econômica sob a influência das frações de classe dominantes (Mendonça, 1986, p. 53 *apud* Costa, 2022, p. 32).

Entretanto, a estrutura financeira implementada por Juscelino Kubitschek, com foco nos setores industrial e comercial, contribuiu para um agravamento da situação de pobreza do Brasil. Isso fica evidente ao observar a inflação crescente: 24,3% em 1958, 30,5% em 1959, 47,7% em 1960, 51,3% em 1962 e impressionantes 81,3% em 1963 (Silva, 2000, p. 83). Esses números refletem a magnitude com que as camadas mais vulneráveis da população foram impactadas, exacerbando as desigualdades existentes (Costa, 2022, p. 33).

Entre 1948 e 1961, representantes influentes do capital multinacional e associado operavam em sintonia com o regime populista. Beneficiaram-se, em particular, das políticas desenvolvimentistas do governo Kubitschek. Esta aliança foi catalisada por entidades da sociedade civil, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Conselho Nacional das Classes Produtoras do Brasil (CONCLAP) e o Centro de Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP). Grupos de ação política, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), e escritórios técnicos, como a Companhia Sul-americana de Administração e Estudos Técnicos (CONSULTEC) e o Consórcio Brasileiro de Produtividade (CBP) também desempenharam papéis significativos. Além disso, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE, “Grupos Executivos”) serviram como pontes entre esses grupos e a estrutura política. Contudo, a renúncia inesperada de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, sinalizou uma mudança na postura destas entidades, apontando para uma inclinação em ampliar sua influência direta sobre o governo e, posteriormente, sobre o Estado (Dreifuss, 1981, p. 106).

Embora Goulart tivesse grande aprovação social, enfrentou oposição ao buscar equilibrar demandas sociais e interesses da burguesia brasileira. Propôs as Reformas de Base, abordando áreas como agrária, educacional e fiscal (Silva, 2000, pp. 91-99). Estas, embora atraentes entre setores progressistas, geraram forte oposição conservadora, culminando em eventos como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que criticava a suposta inclinação do governo ao comunismo (Motta, 2000, p. 326). Neste cenário, movimentos atrelados ao conservadorismo brasileiro adotaram uma postura decididamente anticomunista, como ressaltou Rodrigo Patto Sá Mota (2000, p. 10). Essa sensibilidade se manifestou mesmo quando alguns setores superestimaram a ameaça bolchevique, sugerindo uma possível inclinação do governo

nacional em direção a esses ideais. Tal percepção foi reforçada quando João Goulart, mesmo mantendo laços com os EUA, optou por preservar boas relações com países aderentes ao socialismo, como Cuba e China (Viana, 2009, p.3).

A insatisfação de setores conservadores foi fortalecida mediante o contexto geopolítico que se caracterizava pelo alastramento da influência socialista na América Latina (Motta, 2000, p. 286). No início de 1964, com o apoio de setores conservadores da sociedade brasileira, o exército assumiu o controle, depôs Goulart e instituiu uma série de Atos Institucionais. Essas ações jurídicas, especialmente o Ato Institucional número 1, de 9 de abril de 1964, estabeleceram a base ideológica para o regime ditatorial que se seguiu, retratando a ação militar como uma "Revolução" necessária e justificada, enquanto minimizavam seus excessos aparentes (Brasil, 1964).

Durante a Ditadura empresarial-militar, uma extensa rede de informação e repressão foi estabelecida pelos militares, neutralizando qualquer potencial ameaça ao regime. Observa-se uma dinâmica entre força e consenso, representada pela interação entre os setores empresariais e políticos do país e os grupos militares, tradicionalmente dedicados em orquestrar uma narrativa de defesa aos valores patrióticos.

Nas análises de Dreifuss (1981) é evidenciado que as frações burguesas dominantes não apenas navegaram nas turbulências político-econômicas do mandato de Goulart. Elas também lançaram numerosos ataques à sua governabilidade, empregando estratégias para construir consenso, muitas originadas de órgãos de pesquisa e campanhas publicitárias. Portanto, o controle político-social do generalato se manifestou não apenas através da ação militar, mas também através de estratégias intelectuais e de comunicação. Instituições como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) desempenharam papéis cruciais na deslegitimação do governo (Dreifuss, 1981, p. 104).

Dreifuss (1981) destaca a formação, em 1959, do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), um órgão anticomunista articulado para criticar a postura populista de Kubitschek e, posteriormente, a de João Goulart. Paralelamente, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), estabelecido em 1961, tinha como objetivo minar as políticas desenvolvidas nos anos 1960, utilizando levantamentos estatísticos que projetavam a "impopularidade" das ações governamentais. Esses dois Aparelhos Privados de Hegemonia focalizavam especificamente a classe média e baixa da população. Cadernudo (2009) e Corrêa (2005) também corroboram a relevância das campanhas publicitárias de filmes anticomunistas, promovidos e patrocinados pelo IPES, especialmente sob a direção de Jean Manzon. Nessa estética cinematográfica, Manzon propunha o ideário liberal como caminho para alcançar a tão desejada estabilidade político-econômica do Brasil. Assim, Dreifuss destaca que essa intrincada relação entre militares e empresários foi organizada em diretrizes e

estratégias políticas estabelecidas na ação pública após a tomada do poder (Costa, 2022, p. 37-38).

Em resumo, a ascensão ao poder do militarismo no Brasil foi o resultado de complexas interações políticas, econômicas e sociais, que foram intensificadas a partir de 1956. Setores das forças armadas, em colaboração com grupos da sociedade civil, instituíram uma Ditadura sob o pretexto de restaurar a ordem e combater ameaças percebidas ao país, principalmente as de natureza comunista. Durante essa trajetória, as instituições civis-militares trabalharam juntas para controlar a narrativa, a economia e a política.

Retornando ao tema da "Excepcionalidade", a abordagem apresentada por Agamben (2004) se insere no âmbito do Direito, especialmente ao questionar se a origem do Estado de Exceção está dentro ou fora da lei, e se essa lei se enquadra como "legal" conforme as normas estabelecidas pelos acordos constitucionais que estruturam o Estado ocidental. Esta reflexão assume relevância significativa para este estudo ao considerarmos o período ditatorial brasileiro, marcado pela promulgação de uma nova Constituição em 1967 e pela instituição de Decretos-Leis (também conhecidos como Atos Institucionais) como instrumentos que legitimavam a supressão de direitos da população e a subjugação dos poderes legislativo e judiciário em favor do fortalecimento do poder executivo, caracterizado por Agamben como o poder soberano dentro do Estado de Exceção (Costa, 2022, p. 26).

A necessidade de restabelecer a harmonia interna do Estado, ou seja, de superar a crise para evitar seu colapso, justifica a implementação da "exceção". A criação de leis nesse contexto se torna um mecanismo para a preservação desse Estado, evidenciando a preocupação dos ditadores com a sua integridade. O pacto estabelecido entre a população e o corpo político que dirige as estruturas estatais não pode ser desfeito, pois a crise não se limita mais às disputas pelo poder hegemônico do Estado, mas alcança o próprio significado que o Estado possui para os cidadãos. Portanto, ao conferir um caráter "legal" aos regimes ditatoriais, os ditadores asseguram aquilo que lhes permite exercer o governo: a existência do próprio Estado. Agamben define a Exceção como algo que visa "não apenas à salvaguarda da segurança e ordem pública, mas à defesa da 'constituição liberal-democrática'. A democracia protegida torna-se, assim, a regra sem regra" (Agamben, 2004, p. 30 *apud* Costa, 2022, p. 27).

O estado de exceção, enquanto expressão de urgência, ocorre concomitantemente com a revolução e a efetiva implementação de um sistema constitucional, ele se estabelece por meio da criação de leis que não seguem a formulação típica do estado normal, conforme estipulado pelo ordenamento jurídico das democracias ocidentais. Pode-se considerar a medida "ilegal", mas totalmente "jurídica e constitucional". Esta manifestação se materializa na

elaboração de novas normas (Agamben, 2004, p. 44). Quando um ditador assume o controle do Estado, é comum a elaboração de leis por meio da exclusão de outras para legitimar a ditadura. No entanto, ao buscar legitimar o novo poder instaurado, ocorre exatamente o oposto, pois há uma proposta de deslegitimação do que foi previamente estabelecido pelos cidadãos e pelos três poderes. A exclusão das leis anteriores ocorre de maneira ilegal, mas de acordo com a nova lei e a constituição recém-criadas, visando evitar o declínio do Estado (Costa, 2022, p. 27).

Essas leis são justificadas pela necessidade emergente da crise e servem para que os poderes do soberano ganhem ainda mais amplitude, diminuindo os direitos dos cidadãos. A aplicação dessas leis, no entanto, se torna indiferente ao direito, e por isso Agamben utiliza a expressão "Força de Lei" para explicar que, embora as medidas legislativas ganhem uma conotação de legitimidade, elas não podem ser consideradas como leis verdadeiramente constitucionais, sendo valorizada apenas sua "força" que é exercida pelos "plenos poderes" do soberano.

O estado de exceção é, nesse sentido, a abertura de um espaço em que a aplicação e a norma mostram sua separação, e onde uma pura força de realização (isto é, aplica desaplicando) uma norma cuja aplicação foi suspensa. Desse modo, a união impossível entre norma e realidade, e a conseqüente constituição do âmbito da norma, é operada sob a forma da exceção, isto é, pelo pressuposto de sua relação. Isso significa que, para aplicar uma norma, é necessário, em última análise, suspender sua aplicação, produzir uma exceção. Em todos os casos, o estado de exceção marca um patamar onde lógica e práxis se indeterminam e onde uma pura violência sem logos pretende realizar um enunciado sem nenhuma referência real (Agamben, 2004, p. 63).

Assim sendo, a teoria do Estado de Exceção, que pode ser compreendida como uma doutrina da soberania, destaca que o soberano, ao decidir sobre o Estado, assegura sua integração na ordem jurídica. No entanto, essa decisão envolve a própria anulação da norma, transformando o Estado de Exceção em uma esfera que está simultaneamente fora e dentro, representando a suspensão da norma. O soberano, responsável pela decisão de suspender totalmente a constituição, permanece fora da norma jurídica normalmente válida, mas, ao mesmo tempo, pertence a ela. Dessa maneira, o termo técnico "oximoro" é usado para descrever a combinação paradoxal de "êxtase-pertencimento". Isso significa que o soberano, quem decide sobre a Exceção, está fora das regras normais, mas ao mesmo tempo faz parte delas, pois é responsável por decidir sobre a suspensão total da constituição. Essa dualidade destaca a posição única do soberano nesse cenário. (Agamben, 2004, p. 56-57).

De maneira análoga à teoria de Agamben sobre o Estado de Exceção, busca-se debater a "estrutura" do regime militar autoritário, financiado pelas classes burguesas e

impulsionado pela coercitividade das Forças Armadas, interpretando-o como algo excepcional projetado para virar normalidade. Essa condição, representada pelo poder soberano empresarial-militar, decidia pela suspensão de normas e direitos, alinhando-se à perspectiva de Agamben. Paralelamente, essa estrutura pode ser associada à teoria de Dreifuss, que propõe que o golpe empresarial-militar brasileiro foi arquitetado na esfera da sociedade civil, especialmente por frações de classe dominante associadas ao capital multinacional. Ademais, discute-se o papel da "agência" dos militantes e camponeses, que, assim como na teoria agambeniana, enfrentaram essa exceção ao participar de um projeto de resistência, frustrado pela repressão estatal. Ambos os contextos abordam a atuação do poder soberano e suas implicações, proporcionando uma análise comparativa relevante para esta pesquisa.

## **1.2 História do Tempo Presente, História Pública, Ciberspaço e outros apontamentos.**

Esta investigação se propõe a explorar o manejo dos instrumentos historiográficos no contexto da História do Tempo Presente. A compreensão dos limites e possibilidades da abordagem temporal, central para as análises futuras neste trabalho, será orientada pelos recursos instrumentais discutidos aqui. Inicialmente, serão abordados os particularismos desse campo científico e a discussão sobre sua legitimidade como disciplina, além dos desafios enfrentados pelos historiadores na busca de apoio acadêmico para pesquisas sobre eventos contemporâneos.

Vale ressaltar que a escrita da História nesse contexto enfrenta contínuos desafios, especialmente ao estruturar-se como um campo válido para a investigação de estudos relacionados a eventos recentes e traumáticos. Segundo Ferreira (2000, p.9), "a história do tempo presente encontrou dificuldades para se legitimar por não ter uma definição mais precisa de seu objeto, de suas metodologias e dos limites de sua investigação". A distância temporal, a diversidade de fontes vivas e suas complexas relações com o evento estudado geram receios nos historiadores em relação à estrutura metodológica a ser adotada na elaboração de um ensaio historiográfico bem estruturado.

No entanto, essas aproximações temporais são essenciais em um cenário de mudanças constantes, especialmente quando se percebe que existem possibilidades únicas na análise do historiador ao lidar com objetos mais próximos de sua experiência vivida. Isso se deve à potencialização de ferramentas que outras análises não conseguem encontrar devido à escassez de recursos em investigações de eventos mais distantes. Ferreira (2000, p.9) cita Eric Hobsbawm (1998) para explicar a perspectiva de abordar a História do Tempo Presente visando

combater o esquecimento de eventos sensíveis para a contemporaneidade, preservando as fontes para torná-las mais acessíveis ao processo de compreensão das especificidades mais atuais.

O uso e a legitimação desse campo inovador são evidentes quando historiadores estabelecem métodos e objetivos claros para discutir eventos ocorridos a partir de 1917, como a Revolução Soviética, a entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial, e os impactos da Segunda Grande Guerra. A urgência em examinar esses tópicos decorre da nova ordem econômica mundial liderada pelos Estados Unidos e das estruturas paradigmáticas desafiadas pelo cenário revolucionário socialista. Além disso, era essencial investigar os impactos traumáticos da Segunda Guerra, assim como os efeitos dos movimentos fascista e nazista na sociedade europeia. As análises desenvolvidas nesse campo se mostraram indispensáveis para compreender os efeitos e causas do trauma coletivo vivido nas sociedades afetadas pelos eventos bélicos (Ferreira, 2000).

Ana Paula Brito e Letícia Julião (p.5, 2023) explicam que nos anos 1990, os estudos sobre as memórias traumáticas da ditadura brasileira ganharam destaque, especialmente com a descoberta e abertura da Vala Clandestina de Perus, em São Paulo. Essa notoriedade levou à implementação de políticas públicas voltadas para a memória e verdade, incluindo comissões nacionais como a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (1995), a Comissão da Anistia (2002) e a Comissão Nacional da Verdade (2014).

Diversas comissões foram criadas em estados, municípios e entidades como universidades e associações, com grupos de direitos humanos buscando a justiça sobre o período ditatorial. Destacam-se organizações como o grupo Tortura Nunca Mais e associações de ex-presos políticos e familiares de vítimas. Na academia, além da produção acadêmica, grupos de pesquisa, redes de pesquisadores e núcleos de estudos dedicam-se ao tema. Destaques incluem o portal do Arquivo Nacional – Memórias Reveladas – e a Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência, integrando uma rede global acadêmica sobre memórias traumáticas. Apesar dos avanços nas pesquisas e reflexões sobre as memórias traumáticas da ditadura, o governo Bolsonaro (2018-2021) representou um retrocesso, suspendendo obras e descontinuando ações, mas esforços acadêmicos e de grupos de direitos humanos garantiram a continuidade no enfrentamento das memórias traumáticas, inclusive no campo da Museologia, com reflexões sobre uma possível Museologia de Memórias Traumáticas (Brito; Julião, 2023, pp.8-9).

Esta pesquisa, situada no contexto da História do Tempo Presente, proporciona uma perspectiva contemporânea sobre a abordagem metodológica e temporal do historiador em

relação ao objeto de estudo. É relevante destacar o conceito de História Pública, originado nos anos 1970 nos Estados Unidos como resposta à crise de empregos para historiadores acadêmicos (Santana; Magalhães, 2021, p.4). Salienta-se a evolução global desse conceito, com debates mais recentes e distintos do modelo norte-americano no Brasil. A História Pública surge como um caminho promissor para ampliar discussões e permitir diversas observações dos pesquisadores sobre uma abordagem temporal mais próxima, expandindo o conhecimento para horizontes futuros. Essas perspectivas podem ser refinadas e articuladas com novos métodos e problematizações. Santhiago (2018), conforme citado por Santana e Magalhães (2021, p.4), propõe uma definição que considera a peculiaridade brasileira, identificando quatro engajamentos fundamentais.

(...) área de estudo e ação com quatro engajamentos fundamentais, passíveis de entrecruzamento: a história feita para o público (que prioriza a ampliação de audiências); a história feita com o público (uma história colaborativa, na qual a ideia de ‘autoridade compartilhada’ é central); a história feita pelo público (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e história e público (que abarcaria a reflexividade e a autorreflexividade do campo). (Santiago, 2016, p. 28 *apud* Santana; Magalhães, 2021, p. 5).

Com o crescente interesse público pela história, são enfrentados desafios, como a disseminação de produções eurocêntricas e anedóticas, que priorizam grandes eventos e personalidades, deixando de lado abordagens mais amplas e complexas em sua perspectiva global, e se apoiando na contraposição aos historiadores acadêmicos, como uma estratégia de marketing (Santana; Magalhães, 2021, p. 6). Nesse sentido, esta pesquisa visa integrar a História Pública da Guerrilha do Araguaia, um evento inserido na História do Tempo Presente, por meio da construção de um website para divulgar informações e conhecimentos históricos a um amplo público via internet. Essas ponderações sobre a cibercultura serão desenvolvidas no Capítulo 2 da dissertação, destacando a complexidade das relações entre o mundo virtual e o físico, e sua influência na forma como as pessoas interagem com a informação histórica na era digital.

Vale ressaltar que o ciberespaço, enquanto meio de interação e socialização, permite ao homem agir e interagir com diversos contextos globais, sendo os instrumentos tecnológicos uma extensão do corpo humano (Nicolaci-da-Costa, 1998, p. 66; Assis, 2010, *apud* Silva; Teixeira; Freitas, 2015, p. 187-188). No entanto, sua natureza virtual, desprovida de um suporte físico para o corpo humano, levanta questões sobre como o corpo e a consciência se inserem nesse ambiente (Silva; Teixeira; Freitas, 2015, p. 188). Apesar das diferenças em

relação ao mundo físico, onde o homem é seu próprio criador no ciberespaço, ele busca uma totalização nesse ambiente, embora essa totalidade seja paradoxalmente impossível (Lévy, 1999, *apud* Silva; Teixeira; Freitas, 2015, p. 188).

O texto de Joffily (2013, p. 2) provoca uma reflexão sobre os métodos de observação aplicados às fontes históricas que abordam acontecimentos recentes. A afirmação de Antonie Prost<sup>4</sup>, citada pela autora, destaca que embora a história afirme verdades, essas não são absolutas, caracterizando uma contradição constitutiva da disciplina histórica. A pesquisa busca utilizar essa ponderação metodológica ao examinar duas fontes específicas: o jornal "A Classe Operária," órgão central do PC do B, e a obra "Orvil: as tentativas de tomadas do Poder." A "noção de verdade" abordada por Joffily é relacionada ao entendimento de Carlos Ginzburg (1993) e Prost (2008) sobre os métodos históricos. Estes métodos são considerados cruciais para validar uma narrativa histórica, desde que haja rigor metodológico na observação das evidências e na construção da "verdade" a partir delas (Joffily, 2013, p. 2, *apud* Costa, 2022, p. 19).

A autora realiza uma análise no âmbito da História do Tempo Presente, focalizando a Ditadura Empresarial-Militar brasileira. A discussão aborda a problemática da lei 12.527 de acesso à informação, sancionada em 2011, que estabeleceu um quadro legal reduzindo prazos de sigilo e promovendo amplo acesso a documentos relacionados a violações dos direitos humanos ou ações voltadas para a recuperação de fatos históricos relevantes (Joffily, 2013, p. 1). Com a implementação dessa lei, observa-se um acesso mais amplo à documentação relacionada à catalogação de opositores da Ditadura, criando um ambiente propício para ampliar o debate sobre o papel do historiador diante dessas novas fontes. Entretanto, a autora destaca a necessidade de uma aplicação meticulosa e criteriosa da metodologia, alertando para a possibilidade de que essa documentação introduza mais nuances e questionamentos do que esclarecimentos sobre o período repressivo do Brasil. Reflexões importantes são apresentadas por Joffily (2013), destacando as potencialidades e desafios que esses novos materiais representam para a análise histórica (Costa, 2022, p. 20).

Nas análises das fontes documentais da Ditadura realizadas por Joffily, destaca-se a complexidade intrínseca à investigação desses registros, concentrando-se em documentos que envolvem espionagem, repressão burocrática, prisões e depoimentos extorquidos. Por outro lado, nesta pesquisa, adotou-se uma abordagem distinta. Na obra "Orvil: Tentativas de Tomada do Poder", não se concentra em relatos diários, mas constrói um discurso para elucidar a

---

<sup>4</sup> "A história afirma o que é verdadeiro; no entanto, suas verdades não são absolutas" (Prost, 2008, p. 257 *apud* Joffily, 2013, p. 2)

estratégia repressiva adotada pelos militares. Da mesma forma, o jornal "Classe Operária" não se apresenta como um relato minucioso de eventos concretos, mas como uma manifestação discursiva voltada à luta de classes, opondo-se à estrutura fundiária e ao imperialismo, ecoando uma mensagem ideológica e apelando à mobilização.

Embora os objetos de pesquisa tenham abordagens distintas, a análise de Joffily ainda oferece perspectivas valiosas sobre as estratégias repressivas e a mobilização ideológica durante a Ditadura. Suas reflexões e metodologia fornecem um arcabouço que enriquece a compreensão desses aspectos, contribuindo para a ampliação do panorama de estudos sobre esse período histórico. Em suma, mesmo que as fontes se diferenciem em natureza e enfoque, os princípios de análise e interpretação se mantêm intrinsecamente valiosos para ambas as perspectivas.

Joffily (2013) argumenta que os documentos da Ditadura Empresarial-Militar brasileira foram elaborados dentro de atividades persecutórias que sobrevalorizavam a suspeita, partindo não de uma acusação concreta, mas de uma presunção de culpa. A autora identifica a tendência dos militares a conduzir suas investigações com base nessa presunção, categorizando tal abordagem como um "Defeito Profissional" que refletia a crença na ameaça aos valores cívico-morais por interesses "subversivos". Em relação à militância "subversiva", destaca-se a estratégia de não confessar atividades contrárias à Ditadura, com presos políticos desenvolvendo artimanhas nos interrogatórios.

Diante da extrema dificuldade em guardar absoluto silêncio diante da tortura, muitos presos políticos desenvolveram artimanhas, nos interrogatórios, como contar uma história plausível, mas total ou parcialmente falsa, inventar "pontos" inexistentes para ganhar tempo enquanto a equipe de busca ia verificar sua existência, o mesmo para a localização de "aparelhos". Entremeados aos despistes, há também erros, enganos e uma quantidade não desprezível de informações precisas e verídicas. Distinguir umas das outras é tarefa de pesquisadores experientes e sobretudo muito bem amparados de farta documentação de outras fontes (Joffily, 2013, p. 4).

No contexto da Guerra Fria, os militares possuíam suspeitas reforçadas sobre seus opositores, apesar da limitada capacidade de instaurar um regime socialista no Brasil. Joffily também aborda o uso da tortura como método de extração de confissões, destacando que os agentes repressivos empregavam sistematicamente esse método, resultando frequentemente em depoimentos falsos e distorcidos. A autora ressalta a tendência dos militares de enfatizar a ameaça representada pelos opositores para sustentar o regime e justificar as ações repressivas, evidenciando a criação dos aparatos de informação e repressão com base em percepções exageradas de ameaça à "moral e bons costumes da nação" (Joffily, 2013, p. 5). Essas reflexões de Joffily oferecem uma base significativa para a análise das fontes históricas, enriquecendo a compreensão das práticas repressivas durante o período (Costa, 2022, p. 21).

É crucial notar que os documentos fornecidos pelos militares não capturam a totalidade das ações e perspectivas daqueles que os criaram. Esta limitação surge de uma transição política que favoreceu os militares, permitindo-lhes moldar a narrativa histórica. Green (2007), citado por Joffily (2013), corrobora essa visão.

Os gritos de dor causados pelos choques elétricos no corpo dos prisioneiros não aparecem nos registros policiais. Na verdade, uma leitura superficial dos documentos poderia dar a impressão de que os policiais haviam tido interações corteses e bastante bem-educadas com os detidos, esclarecendo questões em entrevistas subsequentes até poderem reconstituir uma narrativa final e coerente e decidir pelo indiciamento ou não. Alguns relatórios parecem tão inocentes que se poderia imaginar o policial oferecendo um cafezinho antes de um interrogatório de seis ou sete horas, ao fim do qual o prisioneiro confirmou seu depoimento e “nada mais tinha a declarar”. Em suma, os policiais haviam apagado todos os sinais de tortura (Green, 2007, pp. 206-207 apud Joffily, 2013, p. 6).

Finalmente, a autora destaca que a documentação disponibilizada ao público apresenta inúmeras lacunas, devido à prática comum em regimes autoritários, durante transições políticas, de destruir documentos comprometedores (Joffily, 2013, p.7). Em um trabalho subsequente, Joffily (2013) exemplifica essa situação com os arquivos do DOPS de São Paulo, extinto em 1983, cujo acervo foi transferido para a agência paulista da Polícia Federal e permaneceu inacessível até 1991, sendo cedido ao Arquivo Público de São Paulo somente nesse ano. A autora reforça que existem fortes indícios de que, durante o tempo sob custódia da Polícia Federal, o arquivo tenha passado por um processo de 'limpeza' por agentes associados aos antigos órgãos repressivos (Joffily, 2013, p. 6).

Os discursos presentes nas páginas do jornal "A Classe Operária" e na obra "Orvil: Tentativas de Tomadas do Poder" foram analisados para compreender as singularidades das ações dos militares e dos militantes na Guerrilha do Araguaia. A metodologia proposta por Joffily, voltada à análise dos documentos revelados pela lei 12.527, fundamentou grande parte dos questionamentos feitos a esses materiais. Seguindo os parâmetros estabelecidos por Joffily (2013), as ações subversivas dos militantes do PC do B, evidenciadas nos textos do jornal "A Classe Operária", foram problematizadas levando em conta os contextos político-sociais em que se inseriam. Ressalta-se que, em períodos de disputas narrativas, as paixões imbuídas nos discursos tornam-se elementos essenciais a serem analisados e contrastados com outras fontes disponíveis. A partir da década de 1970, diversos historiadores propuseram um novo modelo teórico-metodológico relativo à utilização das fontes históricas como objeto de pesquisa. Na França, o movimento dos Annales introduziu uma forma renovada de trabalhar com recursos

jornalísticos, propondo uma abordagem histórico-crítica que divergia da abordagem simplista do século XIX. Nesse processo inovador, houve uma ampliação significativa da fonte de pesquisa histórica, aceitando desde objetos de cultura material e obras literárias até imagens iconográficas, canções, testemunhos, diários particulares anônimos e jornais (Lapuente, 2015, p.3). Essa nova forma de "fazer historiográfico" gerou debates entre os historiadores, principalmente pela desconfiança em relação às abordagens não oficiais dos documentos jornalísticos, que expressam claramente sentimentos pessoais e coletivos.

Nesse contexto, Capelato (1988) destaca que a investigação histórica a partir de jornais requer delimitação e revisão cuidadosas, visando a uma compreensão que se aproxime da objetividade, mesmo reconhecendo a impossibilidade de alcançar uma compreensão absoluta dos fatos passados. Didaticamente, o jornal como fonte é utilizado para entender eventos históricos e suas repercussões ao longo do tempo, com base em fragmentos que podem sugerir teses esclarecedoras sobre o passado. O jornal como objeto torna-se uma ferramenta historiográfica que incentiva o historiador a refletir sobre a sociedade considerando a natureza histórica do próprio material impresso, isto é, considerando quem o produziu e editou. Essa "objetividade" envolve a análise do jornal como um documento carregado de valores e princípios, facilitando a compreensão das sociedades. É uma análise que considera não só o que foi registrado sobre o passado, mas também as diferentes interpretações e controvérsias propostas por aqueles que mantiveram esse veículo de comunicação de acordo com seus interesses específicos.

Capelato (1988) destaca a importância de o historiador identificar os proprietários dos jornais, determinar seu público-alvo e reconhecer os interesses políticos refletidos em suas páginas. Além disso, é crucial entender a materialidade deste tipo de documento, observando a linguagem utilizada, identificando o público-alvo socioeconômico e analisando a qualidade do design para determinar as condições sob as quais foram produzidos e os recursos financeiros disponíveis para tais publicações. Este é um método de análise que torna o jornal mais tangível, mais real na investigação histórica. Na análise metodológica das diversas tipologias de fontes, torna-se necessário não apenas questionar a veracidade das informações, mas também entender os detalhes e contextos que envolvem sua disseminação. Ao confrontar diversas narrativas sobre um mesmo evento histórico, é crucial ponderar sobre as simetrias entre essas versões. É necessária uma reflexão profunda sobre os objetivos que levaram à construção de determinadas "verdades".

Afinal, em que medida as publicações foram elaboradas com o intuito de moldar ou influenciar a percepção do público sobre cenários específicos, como a conjuntura política

nacional ou eventos como a Guerrilha do Araguaia? Além disso, é essencial avaliar a intencionalidade dos editores e autores: estavam eles buscando informar objetivamente, ou havia motivações ideológicas, políticas ou pessoais influenciando sua narrativa? Por fim, é vital discernir a discrepância entre o que era relatado e o entendimento genuíno desses eventos por parte dos autores e redatores. Cada detalhe, cada escolha de palavras e até mesmo omissões podem oferecer pistas sobre os contextos mais amplos em que essas fontes foram produzidas e divulgadas. Ao analisar o "Orvil", foi possível observar variações diferentes da narrativa.

A metodologia de Joffily (2013) permitiu identificar possíveis omissões, exageros ou interpretações influenciadas pelo contexto político. Esse documento, ao se focar nas tentativas de tomada de poder, revelou-se uma peça chave para entender a visão dos ditadores e suas reações às ameaças comunistas. É fundamental destacar que o jornal "A Classe Operária" não se pautou por interesses lucrativos e, por isso, as reflexões teóricas sobre a "Grande Imprensa" não se aplicam diretamente à sua análise. Capelato (1988) utiliza este conceito ao se referir a jornais que buscam construir consenso na sociedade civil, almejando privilégios políticos e financeiros.

Essa abordagem muitas vezes confunde as noções cívicas da população com as do proprietário do veículo, permitindo a manipulação da opinião pública e favorecendo a ascensão, estabilidade ou declínio de determinados grupos sociais, sejam dominantes ou dominados. Este periódico apresenta uma estrutura jornalística distinta, dado o contexto e a necessidade histórica de sua produção. Ele era visto como subversivo e ilegal pelas frações de classes dominantes, por servir como Órgão Central do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e ter como finalidade construir consenso e elucidar os acontecimentos revolucionários para seus militantes.

Assim, considerando o cenário esboçado sobre a relevância de estudar a História do Tempo Presente e identificar as estruturas e agências envolvidas na Guerrilha do Araguaia, este trabalho dissertativo almeja aprofundar o entendimento em torno da construção de um campo de possibilidades sobre a interpretação de eventos recentes e traumáticos. Além disso, a pesquisa entende que é crucial analisar estes conceitos discutidos até aqui como meio para enfrentar o silêncio histórico, sobretudo em episódios marcados por desafios aos direitos humanos e justiça social. Dessa maneira, o objetivo deste estudo é intensificar as análises sobre a Guerrilha do Araguaia, concebendo-a como um fenômeno complexo e pluralista que reflete os desafios da sociedade brasileira no século XX.

### 1.3 Revisão Historiográfica

O debate historiográfico proposto neste trabalho sobre a Guerrilha do Araguaia pode ser categorizado em três principais correntes: a econômica-social, a social-cultural e a interdisciplinar. Cada uma dessas vertentes proporciona diferentes percepções para a compreensão desse acontecimento.

A corrente que privilegia a perspectiva econômica-social destaca principalmente as estruturas latifundiárias e as relações coletivas inerentes à exploração dos grandes proprietários com a classe trabalhadora rural. Estes sistemas, caracterizados por uma desigual distribuição de terras e por processos intensos de desapropriação contra os camponeses, foram considerados terreno fértil para movimentações revolucionárias. Nesse contexto, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) reconheceu a potencialidade dessas estruturas de exploração para catalisar uma possível insurgência camponesa. Essa visão sustentava que os camponeses, ao se reconhecerem como explorados, poderiam encontrar nas propostas revolucionárias do partido uma resposta para suas insatisfações e, assim, aderir à causa.

Por outro lado, a corrente que se debruça sobre a perspectiva social-cultural concentra-se na memória e nas representações contemporâneas sobre o conflito. Esta análise destaca as experiências e relatos dos familiares dos mortos e desaparecidos, dos guerrilheiros que se engajaram na luta, dos camponeses e, mais recentemente dos militares. Muitos desses camponeses e militantes, inseridos em um contexto tumultuado e oprimidos, encontravam-se em uma posição delicada, frequentemente mal compreendidos em seus anseios e objetivos. A historiografia social-cultural busca resgatar e valorizar essas vozes, muitas vezes silenciadas, reconhecendo a complexidade das experiências individuais e coletivas durante a Guerrilha.

A linha de pesquisa da história oral, voltada para as memórias e representações, ocupa um espaço especial neste tipo de estudo. Essa perspectiva se detém nas experiências compartilhadas por entes queridos dos protagonistas da Guerrilha, que enfrentaram torturas ou perderam suas vidas durante o conflito. Observa-se um avanço significativo em direção a uma compreensão mais abrangente do episódio, incluindo recentes investigações que buscam entender o ponto de vista dos próprios militares, ampliando as perspectivas consideradas no exame desse período histórico. Esta abordagem memorial é essencial, capturando as complexidades do conflito e considerando as experiências dos diversos participantes.

Localizada dentro da perspectiva da História do Tempo Presente, a análise da Guerrilha do Araguaia se beneficia grandemente de relatos orais. Esses depoimentos preenchem lacunas deixadas por documentos escritos, que, apesar de abundantes, apresentam limitações

devido a processos de deterioração ou destruição, especialmente durante a transição política culminante na Lei de Anistia de 1979.

Dada essa realidade, a história oral emerge como percurso crucial. Para a compreensão das vivências camponesas, em particular, os depoimentos orais se tornam elementos-chave, permitindo uma imersão nas experiências, sentimentos e percepções daqueles que viveram o conflito de perto. Portanto, esta abordagem complementa e enriquece os estudos “tradicionais”, assegurando uma visão mais completa e profunda sobre este evento histórico.

Além das abordagens já discutidas até o momento, a conclusão desta dissertação pretende expandir sua estrutura historiográfica, incorporando outros trabalhos ainda não explorados. Essa expansão não se restringirá apenas à literatura já produzida, mas também dará espaço a discussões adicionais pertinentes ao objeto de investigação. Há uma ênfase particular na inclusão de trabalhos acadêmicos interdisciplinares que se concentram na análise da Guerrilha do Araguaia, abrangendo diversas disciplinas como direito, geografia, letras, ciências sociais aplicadas, literatura, entre outras. Essas disciplinas têm o potencial de fornecer uma base teórico-metodológica robusta para futuras pesquisas.

A interseção entre análises provenientes de diversos campos das ciências humanas torna-se primordial, principalmente quando consideramos a escassez de produção acadêmica sobre o tema no Brasil. Apesar da tendência crescente na condução de pesquisas relacionadas à Guerrilha do Araguaia, o volume de trabalhos específicos ainda é relativamente modesto. Para melhor ilustrar essa constatação, dados quantitativos e percentuais, obtidos a partir de pesquisas em revistas eletrônicas e espaços digitais como a Biblioteca Digital (<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/>), CAPES (<https://www.capes.gov.br/>) e outros, são apresentados no final desta dissertação. Detalhes mais específicos sobre esses dados, assim como sua devida contextualização, serão abordados e exemplificados nas considerações finais da pesquisa.

Na seção de anexos deste trabalho, é possível encontrar listas abrangentes de materiais acadêmicos já catalogados durante esta pesquisa. Essa compilação inclui teses, dissertações, trabalhos de conclusão de cursos e artigos científicos. Esta relação serve como um recurso adicional para aqueles interessados em aprofundar-se ainda mais no tema ou explorar perspectivas relacionadas.

A análise das correntes historiográficas sobre a Guerrilha do Araguaia fundamenta-se nas contribuições de pesquisadores renomados. Wellington Sampaio da Silva, em sua tese de doutorado intitulada "Livros em Guerra: a escrita e a disputa do passado sobre a Guerrilha do Araguaia (1978-2015)," defendida em 2019, destaca duas correntes historiográficas sobre o

conflito: a perspectiva econômico-social adotada pela historiadora Patrícia Sposito Mechi e a análise baseada na história cultural, problematizada pelo jornalista e historiador Hugo Studart Corrêa.

Quanto a Patrícia Mechi, Wellington Silva (2019) ressalta que, no trabalho dela (2012), "embora o título de seu livro remeta, inicialmente, à ideia de análise a partir da história cultural, a autora prioriza, na sua análise, os aspectos econômicos e sociais do Brasil" (Silva, 2019, p. 221). Além disso, segundo o autor, a historiadora tinha como objetivo "(...) compreender o caminho que cada grupo trilhou para chegar ao Araguaia, quais seus objetivos e as práticas que adotaram para alcançá-los" (Silva, 2019, p. 221).

Wellington Silva (2019) explica também que Hugo Studart Corrêa, autor do livro "A Lei da Selva" (2006), desempenha um papel fundamental no entendimento das narrativas de memória da Guerrilha do Araguaia. Studart (2006) traz uma análise centrada na versão dos militares nesse livro. Já em sua tese de doutorado, intitulada "Em Algum Lugar das Selvas Amazônicas. As Memórias dos Guerrilheiros do Araguaia (1966-1974)," defendida em 2013, ele aborda as memórias dos guerrilheiros, sendo esta pesquisa considerada uma peça crucial e solidamente documentada para compreender a complexidade do conflito.

Silva (2019) também menciona os trabalhos do pesquisador Romualdo Pessoa Campos Filho, que, apesar de ter uma dissertação de mestrado relevante com base no materialismo histórico, se destaca em sua tese de doutorado no programa de pós-graduação em geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Essa análise interdisciplinar aborda a luta pela terra no sul do Pará, contextualizando a Guerrilha do Araguaia no recorte cronológico de 1975 a 2000. Assim, as correntes historiográficas - econômico-social, cultural-social e interdisciplinar - convergem e se complementam, proporcionando uma compreensão abrangente da Guerrilha do Araguaia.

Como mencionado anteriormente, uma das teses de grande destaque no cenário acadêmico nacional sobre o tema desta dissertação é a de Patrícia Sposito Mechi. Intitulada "Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares (1972-1974)", foi apresentada em 2012 no Programa de História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sob a orientação da Professora Doutora Vera Lúcia Vieira. Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma abordagem metodológica que se caracteriza pelo uso de livros de memórias de militares, fontes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), entrevistas com figuras políticas ligadas ao movimento guerrilheiro, depoimentos de camponeses, além de outras entrevistas disponibilizadas pelo Ministério Público Federal. O ineditismo da pesquisa reside na compreensão das trajetórias que levaram militares, militantes

e camponeses a chegarem à região palco do conflito, com o objetivo de discorrer sobre suas intenções, estratégias e práticas político-sociais.

No que concerne aos debates conceituais sobre questões agrárias, o trabalho é enriquecido por análises de Antônio Teixeira Neto, Barsanufu Gomide Borges, Caio Prado Júnior e Antônio Cândido. Complementando esta abordagem, a pesquisa também aciona as contribuições de Violeta Refkalefsky Loureiro, Octavio Ianni e Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

No âmbito teórico, as obras de José Chasin e Florestan Fernandes são utilizadas para analisar a burguesia e a formação do capitalismo no Brasil. Autores como Antônio Rago Filho e Caio Navarro de Toledo contribuem para a compreensão do caráter "bonapartista" do golpe militar. Para uma análise da esquerda brasileira e do Partido Comunista do Brasil (PC do B), são consultadas as obras de Jacob Gorender, Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho. Além disso, a autora recorre a Carlos Fico, Maria Helena Moreira Alves e René Armand Dreifuss para esmiuçar as relações entre o Estado e as Forças Armadas.

A partir das fontes utilizadas na investigação, a autora problematiza o impacto do movimento guerrilheiro no cotidiano camponês, destacando também a manutenção da estrutura exploratória latifundiária e estatal na realidade vivida pelos camponeses da região. A pesquisadora constatou que muitos desses trabalhadores rurais se deslocaram para o local do conflito devido às duras condições socioeconômicas experimentadas em seus ambientes de origem, que incluem estados do Nordeste e Centro-Oeste do país. Esse processo migratório também foi debatido por meio de uma análise conectada sobre as mobilizações referentes aos embates agrários ocorridos nas regiões de Porecatu, no Paraná, em Trombas e Formoso em Goiás, e acerca das Ligas Camponesas nordestinas.

Dessa forma, este estudo abrange tanto a compreensão sobre as circunstâncias específicas da guerrilha quanto questões multidimensionais sobre uma conjuntura econômica desfavorável para os sujeitos camponeses, promovida pela manutenção da estrutura latifundiária com apoio do Estado brasileiro.

A estrutura latifundiária e as políticas de terra em Goiás e Tocantins foram analisadas por Mechi mediante o debate sobre os estudos de Antônio Teixeira Neto, autor do trabalho "Goiás-Tocantins: questões agrárias", e do relatório de Visconde de Taunay, para compreender o período colonial brasileiro até o século XIX. A conjuntura do século XX teve como principal referência as perspectivas marxistas de Antônio Cândido, autor do livro "Os Parceiros do Rio Bonito", de 1970.

Sobre a trajetória dos militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) rumo ao Araguaia, Patrícia Mechi (2012, p. 200) examina primeiramente o processo de escolha dos sujeitos que deveriam seguir rumo ao palco do projeto guerrilheiro. Nesse sentido, embora não exista uma documentação que dê precisão sobre estas decisões, a pesquisadora pontua que é possível postular um perfil caracterizado por algumas questões centrais: “ter conhecimentos técnicos que servissem à guerra popular; ter familiaridade com a vida no campo ou origem sertaneja e, principalmente, ter tido destaque na atuação política anterior, o que comprovaria o compromisso militante com o partido” (Mechi, 2012, p.200).

É relevante ressaltar que, de acordo com relatos dos próprios guerrilheiros, não existia um esclarecimento por parte do partido quanto ao local exato onde a organização armada seria articulada. Uma das rotas seguidas por eles inicialmente tinha como destino Anápolis, em Goiás, e posteriormente dirigiam-se para Imperatriz, no Maranhão, continuando em direção ao rio Tocantins e, por fim, subindo o rio Araguaia. A política de segurança dos militantes os proibia de compartilhar informações sobre as regiões para as quais estavam se dirigindo.

Segundo Mechi (2012, p. 201), já na rota do rio Araguaia, os guerrilheiros tinham permissão para dialogar e fornecer pequenas informações sobre o destino final da viagem. Ao adentrarem territórios camponeses, uma das estratégias para assimilar os hábitos locais e estabelecer vínculos com os moradores era realizar trabalhos na roça. Além de promover a aproximação com os habitantes locais, essa atividade servia como preparação física, envolvendo o entendimento da mata e do território em geral em que estavam inseridos.

Conversas, participação em rezas e caças na mata eram algumas das estratégias empregadas pelos militantes com o objetivo de conquistar a confiança dos camponeses. Mechi (2012) explana que

Após estabelecerem-se como moradores dedicados à atividade agrícola, os laços com a vizinhança aprofundavam-se. Participavam de caçadas com os camponeses, além de envolverem-se em rezas e festas. Os primeiros contatos foram estabelecidos com os moradores dos povoados de Santa Izabel e Santa Virgem. As conversas versavam sobre as práticas cotidianas: “conversávamos sobre a peste, a falta de feijão, os grileiros, o arroz que tá ruim, como não perder arroz”. Os militantes desempenhavam diversos papéis, como marreteiros (vendedores ambulantes), mariscadores, garimpeiros e donos de farmácia. No entanto, a atividade principal de todos era a de posseiro (Mechi, 2021, p. 204).

Com o envolvimento em territórios até então desconhecidos, os militantes se depararam com circunstâncias desconfortáveis, enfrentando doenças cujo período de contágio persistiu enquanto estiveram na mata. Os males foram variados: “malária, leishmaniose,

picadas de morcegos, diversas espécies de carrapatos e insetos atormentaram os militantes” (Mechi, 2012, 205).

O debate conduzido por Mechi (2012, p. 259-268) sobre a trajetória delineada pelas Forças Armadas no processo de desestruturação da Guerrilha do Araguaia perpassa uma análise dualística entre a questão da Segurança Nacional e o projeto desenvolvimentista articulado durante a escalada autoritária.

No contexto da Segurança Nacional, Mechi aborda o cenário geopolítico das décadas de 1960 e 1970, marcado por disputas entre as superpotências do capitalismo, os Estados Unidos (EUA), e do socialismo, a União Soviética. A autora destaca que, na Escola Superior de Guerra (ESG), foi instituído um projeto de defesa nacional caracterizado por combater “toda demanda social que contrariasse os planejamentos de desenvolvimento brasileiro”. Esse projeto construía uma perspectiva que, teoricamente, inseria o Brasil em um cenário de disputa bipolar, ao lado da suposta “tendência democrática” liderada pelos Estados Unidos. Essa postura acionava a ESG como um instrumento militar na luta contra a ameaça comunista (Mechi, 2012, p. 282).

No âmbito desse contexto geopolítico, a proposta conceitual para articular o projeto ditatorial, a partir de circunstâncias específicas do Brasil, engendrou uma noção de “antagonismo social”. Essa noção visava alcançar a plenitude democrática após a destruição do “inimigo interno”, caracterizado de forma imprecisa, abrangendo conceitos como “violência, subversão, corrupção, tráfico de influência, infiltração ideológica, domínio econômico, desagregação social ou quebra de soberania” (Escola Superior de Guerra, 1976, p. 431-432 *apud* Mechi, 2012, p. 283).

Essas proposições indicam que os militares tinham como objetivo consolidar uma justificativa para a estrutura repressora da ditadura, “visando eliminar toda a ação social que fosse considerada antagonismo, pressão, subversão, ou outras expressões do ‘inimigo interno’” (Mechi, 2012, p. 286).

A trajetória dos camponeses em direção ao palco da Guerrilha do Araguaia, central no trabalho de Mechi (2012), será estrategicamente abordada no subtópico dedicado à “Versão dos Camponeses”, no capítulo 2. Esse enfoque visa compreender, sob um prisma econômico, o percurso desses trabalhadores rurais durante a Guerrilha do Araguaia. Portanto, para uma melhor articulação e entendimento, a tese relacionada será explorada detalhadamente nesse tópico específico, ainda dentro do mesmo capítulo, proporcionando uma visão ampla e contextualizada das perspectivas campesinas da época.

Como citada anteriormente, uma contribuição fundamental para o estudo cultural da Guerrilha do Araguaia foi realizada por Carlos Hugo Studart Corrêa. Sua tese, intitulada "Em Algum Lugar das Selvas Amazônicas: As Memórias dos Guerrilheiros do Araguaia (1966-1974)", apresentada em 2013 na Universidade de Brasília (UnB), teve a orientação da Professora Doutora Cléria Botelho da Costa.

A abordagem de Corrêa (2013) concentra-se na análise das motivações que levaram os militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) à mata durante a Guerrilha do Araguaia. Sua pesquisa envolve uma revisão de diversas documentações, como diários, correspondências e registros militares, além da coleta de depoimentos orais de sobreviventes e ex-guerrilheiros.

O autor construiu sua estrutura teórica por meio de intensos debates no campo da História Cultural, problematizando as contribuições de intelectuais como Walter Benjamin e Paul Ricoeur. Seu foco está na discussão das representações e significados das memórias extraídas das fontes investigadas. Corrêa (2013) destaca o predomínio de ideais ligados à justiça e igualdade social nas décadas de 1960 e 1970, motivando jovens universitários ligados aos movimentos de esquerda dos grandes centros urbanos brasileiros a se envolverem na luta guerrilheira em território amazônico, em um contexto repressor e hostil.

A tese explora ainda ideias fundamentadas nas teorias de Hannah Arendt, Ernest Bloch e Norbert Elias, proporcionando percepções inéditas sobre o tema. Além da análise documental, Corrêa oferece uma rica problematização sobre as motivações e impactos nas esferas culturais e sociais que levaram os militantes ao Araguaia. Ele postula que os membros do movimento guerrilheiro foram impulsionados por sonhos e ideais em busca de liberdade e igualdade social. Essas ações são analisadas a partir de uma compreensão benjaminiana, navegando pelos ideais revolucionários desses jovens militantes, situando-os em um cenário geopolítico bipolar e marcadamente desigual.

Corrêa (2013, p. 275) adota a abordagem teórica de Walter Benjamin ao abordar a motivação dos guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil. Em um contexto histórico marcado pela aspiração a uma nação justa e igualitária, esses indivíduos eram impulsionados pelo que o autor descreve como "cristalização dos sonhos". Benjamin referia-se a isso como "o espaço da vida simbólica, as imagens do desejo", ressaltando a importância de decifrar os sonhos coletivos para compreender a essência de uma época.

O ex-guerrilheiro Miguel (Dagoberto Costa) articula esse sentimento ao lembrar: "Era o sonho nosso ver o país grande, forte, onde a grande maioria da sua população desfrutasse dos benefícios sociais. Esse sonho era a força que nos movia". Complementando essa visão, a

ex-guerrilheira Lúcia afirma: “Havia sim um sonho coletivo muito claro para todos nós: lutar pela transformação social” (Corrêa, 2013, p. 277).

Nesse sentido, Corrêa (2013) utiliza as “imagens dialéticas” propostas por Benjamin como ferramenta analítica para desvendar o núcleo dos desejos e vontades da militância comunista que se embrenhou no Araguaia. O estudo revela que, ao decifrar os sonhos coletivos desse grupo guerrilheiro, emergem “as imagens fantasmagóricas”, manifestações simbólicas do desejo coletivo, entrelaçadas por perspectivas individuais.

A tese secundária de Corrêa (2013, p. 133) refere-se à possibilidade do movimento guerrilheiro do Araguaia ter um caráter messiânico. O autor explica que, embora o Partido Comunista do Brasil (PC do B) não tivesse uma liderança messiânica e que no Araguaia também não existisse um líder com esta característica, é possível sugerir que os jovens idealistas, marcados por um anseio revolucionário, tinham em suas interpretações sobre o mundo político-social da época uma perspectiva que os conduzia a uma ideia messiânica no processo de orquestração da guerrilha do Araguaia.

Houve, igualmente, uma “passagem mágica”, um “instante messiânico” entre o mundo dos sonhos e a prática da luta pela sociedade sem classes. E este instante, de acordo com as lembranças dos sobreviventes, teria sido o exato instante no qual desembarcaram na região do Araguaia (...) Quando os militares descobriram a existência de um grupo no Araguaia que preparava a futura guerra popular revolucionária, teria ocorrido um segundo instante messiânico, uma nova passagem “mágica” das imagens do desejo para a concretização do sonho coletivo. Seria a primeira grande chance de começar a restituir a justiça àquela gente esquecida às margens do Araguaia. Em carta enviada a seus pais, o guerrilheiro Flávio (Ciro Flávio Salazar) informava que havia chegado o momento da tão sonhada luta armada, que “o raio de esperanças começa a nascer” (Corrêa, 2013, p. 277-278).

Dessa forma, a metodologia da pesquisa abrange uma estrutura conceitual que debate perspectivas ancoradas em aspectos complexos das novas análises historiográficas, como os fenômenos da narrativa, memória e políticas coletivas revolucionárias. Há um foco no qualitativo, interpretando e transcrevendo os anseios humanos expostos nas fontes, com o objetivo de debater o conteúdo histórico-cultural embutido no objeto de estudo de Corrêa (2012).

É relevante apontar que o autor também contribui para pesquisas futuras, organizando nos anexos da tese listas completas com os nomes dos guerrilheiros mortos e desaparecidos. Estas listas são resultado de uma investigação meticulosa sobre as circunstâncias até então emergentes e abrangem informações de diferentes fontes, seja das Forças Armadas,

do PC do B ou fornecidas pelo próprio historiador. Corrêa (2012) também tem como referência as informações contidas no livro jornalístico de Taís Morais e Eumano Silva, “Operação Araguaia: Os Arquivos Secretos da Guerrilha”, publicado em 2005 pela Editora Geração. Além disso, o autor traz contribuições de sua própria pesquisa de dissertação, que resultou no livro “A Lei da Selva” de 2006, também publicado pela Editora Geração. Essa pesquisa foi defendida em 2005 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, sob a orientação da Professora Doutora Cléria Botelho da Costa.

Na análise sobre as memórias dos Guerrilheiros, o autor destaca que há um esforço contínuo empreendido pelos familiares dos militantes desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, desde os anos 1960, de compreenderem as causas das mortes de seus entes queridos. Esse desejo intenso é evidenciado pela busca desses grupos familiares em realizar rituais fúnebres e entender os motivos que os levaram a se envolverem com uma causa guerrilheira em regiões distantes dos centros urbanos onde viviam.

Documentos como o “Relatório de Arroyo” de 1976, tornado público em 1980, e realizado pelo Ministério Público Federal em 2004, são fundamentais para a compreensão das ações militantes orquestradas pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B). Além destes, trabalhos jornalísticos também são considerados cruciais para a construção de uma visão tanto analítica quanto quantitativa dos esforços desenvolvidos pela sociedade civil para compreender o que aconteceu com esses militantes.

Em 1993, durante o governo de Itamar Franco, foi criado um projeto destinado a levantar informações sobre os eventos ocorridos durante a Guerrilha do Araguaia. Esta iniciativa, realizada em colaboração com as Forças Armadas, deu origem ao Grupo de Trabalho de Tocantins (GTT), que foi posteriormente renomeado como Grupo de Trabalho Araguaia (GTA). O objetivo deste grupo era entender as circunstâncias das mortes dos envolvidos.

As respostas do Exército e da Aeronáutica foram no mínimo risíveis. Em quase totalidade, informações como “militante da VPR preso no Congresso de Ibiúna”; ou ainda, “segundo sua mãe, teria desaparecido no Araguaia”. Nas respostas da Marinha, entretanto, informações concretas sobre provável data da morte da maior parte dos guerrilheiros. Informações como “preso enquanto se encontrava acampado na mata, portando uma espingarda 20 e um revólver 38”. Ou ainda: “Morta em 25 out 1974”. Assim, o Relatório da Marinha avança em dois pontos relevantes. Primeiro, apresenta as primeiras informações oficiais sobre a morte de praticamente todos os 59 desaparecidos do Araguaia. Segundo, tomando por fonte seus arquivos secretos, apresenta prováveis datas das mortes da maioria deles (Corrêa, 2013, p. 461).

Para aprofundar ainda mais a análise, o autor cita outras obras jornalísticas fundamentais como "A Ditadura Escancarada", publicada em 2002 por Elio Gaspari, e "O Coronel Rompe um Silêncio" de Maklouf Carvalho, publicada em 2004.

No âmbito acadêmico dos estudos interdisciplinares, é possível encontrar contribuições valiosas à perspectiva histórica direcionada nesta dissertação. Um exemplo disso é a tese de doutorado de Romualdo Campos Filho, intitulada "Araguaia Depois da Guerrilha: Outra Guerrilha, a Luta pela Posse da Terra no Sul do Pará (1975-2000)", defendida em 2013 na Universidade Federal de Goiás, sob a orientação da Professora Doutora Celene Cunha M. Barreira. É importante ressaltar que Campos Filho possui formação na área da História (Graduação e Mestrado – ambos pela Universidade Federal de Goiás), o que permite perceber uma abordagem destacadamente ligada aos rumos que este trabalho busca traçar, embora não seja possível fazer conexões profundas sobre aspectos ligados às questões historiográficas.

A pesquisa do autor é rica em documentações, utilizando fontes como espionagens, registros militares, depoimentos, documentários e jornais. A abordagem da tese refere-se ao contexto político e social no sul do Pará, concentrando-se no período posterior aos acontecimentos guerrilheiros, mais especificamente durante os anos de 1975 a 2000. O trabalho discute o planejamento e a prática estatal da manutenção do controle político e econômico na região estudada, como consequência dos eventos ocorridos durante a Guerrilha.

A intervenção da Ditadura no convívio dos camponeses promoveu uma sensação de vigilância constante acerca de suas relações trabalhistas e reivindicativas. O processo que instaurou uma rede de informação e repressão no controle das ações campesinas nos anos subsequentes ao movimento guerrilheiro foi organizado por um conjunto de mecanismos repressivos e informativos que continuaram a existir mesmo após a tentativa revolucionária comunista.

Os agentes se dedicaram, a partir de 1975, a apagar os rastros dos guerrilheiros e as marcas da Guerrilha, com as operações limpeza, num ato macabro de desaparecer seus restos mortais. Uma rede de informantes e ex-guias foi sendo montada pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) e pelo Centro de Informações do Exército (CIE), sob o comando do Major Curió. Este soube aproveitar-se da situação e constituir-se no “homem forte” do regime militar a comandar toda aquela área até então conflagrada (Filho, 2013, p. 140).

Campos Filho destaca o impacto da ideologia de Segurança Nacional na estruturação do movimento militar ensejado no sul do Pará. Esta ideologia serviu como direcionamento e justificativa de prisões e torturas que oprimiram a população local, assim como também ajudou a solidificar instrumentos paramilitares destinados ao controle da

comunidade local, beneficiando o grupo político da região que em sua maioria se mantinha em benefício da estrutura latifundiária. Frequentemente, os prefeitos locais eram grandes proprietários de terras ou administradores de grandes fazendas, complicando ainda mais o cenário de controle político e social. Uma figura central nesse contexto paramilitar foi o Major Curió, cujas ações exemplificam a agressividade do Estado na região, ao mesmo tempo que demonstram a sua ausência quanto à impunidade daqueles que se utilizaram dele, mesmo sem ter condições institucionais e legais para a prática desumana promovida contra uma população explorada pelo latifúndio.

Mesmo ao fim da Guerrilha, as políticas adotadas seguiam as linhas definidas pela Ideologia de Segurança Nacional, inclusive nos conflitos que se intensificavam a partir do final dos anos 1970, entre posseiros e grileiros. Muitos dos relatórios dos órgãos de segurança, citados e analisados no capítulo seguinte deste trabalho, demonstram que, para além do Movimento Guerrilheiro, e até o período de transição, entre o fim do regime militar e o novo governo civil da chamada “Nova República”; o que movia as ações dos órgãos do Estado militar brasileiro eram as concepções que fundamentaram todo o ideário da ditadura militar, inspiradas nessa ideologia. Tratava-se ainda, de identificar como “inimigo interno”, aqueles que se opunham ao regime vigente e procuravam subverter a ordem estabelecida, fundada nos valores cristãos - ocidentais. Seguindo-se esses preceitos, tornava-se essencial separar os “subversivos” do meio do povo, e combatê-los implacavelmente, como representantes do “comunismo internacional” (Filho, 2013, p. 92).

A partir de 1973, houve um aumento no aparato repressivo, coordenado pela ditadura. Agentes infiltrados sob a direção do Serviço Nacional de Informação (SNI) e do Centro de Informações do Exército (CIE), juntamente com outras instituições como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), focaram na vigilância da população local. Este monitoramento intensivo resultou em traumas coletivos, marcados por torturas, violências e outras barbaridades.

Em 1975, as Forças Armadas promoveram a Operação Limpeza com o objetivo de eliminar qualquer evidência da atividade guerrilheira. O clima de vigilância e repressão se prolongou por anos, mesmo após o fim da ditadura, fazendo com que muitas pessoas evitassem falar sobre o assunto. Segundo Campos Filho, a criação da Comissão da Anistia nos anos 1990 começou a mudar essa situação progressivamente.

Alguns camponeses até mencionavam algum tipo de apoio à estrutura guerrilheira organizada pelos militantes comunistas nos anos anteriores a 1975. No entanto, essa dinâmica mudou quando as forças repressivas começaram a se infiltrar nas comunidades locais. As

informações sobre os moradores locais foram meticulosamente coletadas, criando uma rede informativo-repressiva que afetou drasticamente os camponeses locais.

Para compreendermos o quanto ficou entranhado no cotidiano das pessoas essas presenças entre os moradores de cidades, povoados e camponeses, é necessário que se entenda todo o mecanismo de repressão montado para eliminar a Guerrilha a partir de 1973, com a infiltração de agentes no meio da população. O aparato repressivo passou ao controle do SNI e CIE, e ocorreu tanto pelo disfarce como pessoas comuns, de elementos 'secretas', como através de órgãos públicos, de fáceis contatos com a população, como o INCRA e a SUCAM. A partir de 1992, com o início da pesquisa em campo nessa região, em busca de informações sobre esse conflito, era visível o impacto que esse movimento causara sobre a população. Os traumas advieram exatamente como consequência desse processo de vigilância e investigação às sombras, feitas desde outubro de 1972 até completar um ano, de uma tregua que obedecia muito mais a uma guerra de movimento, quando um dos contendores afasta-se para refazer sua estratégia e preparar outro mecanismo de ataque (Filho, 2013, p. 138).

O cenário também foi marcado pela construção da rodovia Transamazônica, que impulsionou a migração de trabalhadores rurais para a região. Entre os migrantes, destaca-se a figura de João Canuto, uma das principais lideranças camponesas da região que, como consequência do enfrentamento com grileiros e da luta pela terra, foi assassinado em 1985. A maioria desses imigrantes era motivada tanto por fatores econômicos quanto religiosos, incluindo profecias como a "Bandeira Verde" prevista pelo Padre Cícero. Vale destacar que Major Curió também tomou medidas drásticas para restringir cultos religiosos como parte de sua estratégia de controle social.

A maior parte da população vinda do Nordeste para este Estado tinha duas motivações básicas: a primeira e fundamental era econômica; a segunda, que a justifica, era, parece-me, de fundo religioso. Rezam as lendas que o Pe. Cícero teria previsto que para se salvar carecia atravessar o Rio Araguaia em busca da Bandeira Verde, terra da promessa e da esperança. Que surgiria a era do Capa-Verde, príncipe maligno. O rio iria banzeirar (ter ondas) na metade e na outra metade ferver. Travar-se-ia uma grande guerra e as forças do bem prevaleceriam (Figueira, 1986, p. 28 apud Filho, 2013, p. 136).

A situação se tornou ainda mais intrincada com a emergência da Serra Pelada, o maior garimpo do mundo. Isso atraiu uma população significativa em busca de melhores condições de vida. Entretanto, a falta de investimentos em infraestrutura pela Ditadura tornou os planos de desenvolvimento ineficientes, levando à instabilidade e conflitos na região.

As organizações estatais, com seus recursos e autoridade limitados, não puderam coibir o crescimento de conflitos, dando espaço para o aumento da influência dos grandes

proprietários de terras. A tese de Filho (2012) não apenas traça um panorama da estrutura político-social da região, mas também oferece uma análise crítica dos planos e políticas do regime ditatorial, colocando em questão a eficácia e os impactos dessas iniciativas no sul do Pará.

Apesar disso, a terra continuou a ser um palco de conflito. Qualquer movimento organizado por camponeses era considerado subversivo, levando a inúmeros conflitos, chacinas e mortes nos anos seguintes. Este cenário culminou na militarização da questão agrária, com a criação da GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins), embora esta tentativa de pacificar a região não tenha resolvido os problemas subjacentes.

Dessa forma, a pesquisa de Romualdo Campos Filho se debruça sobre as mudanças drásticas ocorridas no sul do Pará após o episódio da Guerrilha do Araguaia. A tese explora o papel decisivo do Estado brasileiro na reconfiguração e controle da região, e como essa interferência estatal perpetuou uma estrutura latifundiária. Os mecanismos de coibição e manutenção da repressão latifundiária foram mantidos tanto diretamente quanto indiretamente por grandes fazendeiros, sendo reforçados por uma teia de informação e repressão estabelecida durante os anos do conflito.

Além disso, a tese investiga a exploração excessiva dos recursos naturais da região, em particular da madeira, que mais tarde deu lugar ao desenvolvimento da produção agropastoril. Este modelo de desenvolvimento, fundamentado na ideologia de Segurança Nacional, contribuiu para a criminalização de movimentos sociais e favoreceu a manutenção do poder nas mãos de grandes proprietários de terras. Tal configuração perpetuou um ciclo de violência e repressão na região marcado pelo avanço da ação de pistoleiros e garimpeiros.

A proliferação da pistolagem também decorria dos fatores sociais, gerados pelas políticas públicas mal implementadas para a região amazônica, e a demanda criada pela frieza criminosa de grileiros que não viam outra alternativa para manter o poder sobre terras adquiridas ilegalmente. Pistoleiro se tornou uma profissão em um mercado da morte valorizado por esses cartéis numa região que ficou marcada como a de um faroeste caboclo (Filho, 2013, p. 245).

Campos Filho também faz um inventário das lideranças que foram assassinadas no sul do Pará, muitas das quais foram mortas por se oporem às políticas agrárias vigentes. Estas lideranças incluíam profissionais ligados ao direito, membros do Partido Comunista do Brasil, e representantes de diversas organizações sociais. Eles estavam associados a vários municípios, como São Geraldo do Araguaia, Marabá e Eldorado dos Carajás, entre outros (Filho, 2013, p. 246). Em conclusão, a tese argumenta que as políticas do Estado brasileiro foram cruciais na

criação de um ambiente de violência e repressão no sul do Pará, exacerbadas por um medo persistente de um ressurgimento de atividades guerrilheiras.

Ao concluir-se este primeiro capítulo, a importância de uma abordagem interdisciplinar e de uma seleção metodológica é destacada para a compreensão dos complexos fenômenos históricos envolvendo a Guerrilha do Araguaia e o contexto da Ditadura Empresarial-Militar no Brasil. Por meio das lentes de teóricos renomados como Giorgio Agamben e René Dreifuss, e com o auxílio das perspectivas historiográficas de Marieta Ferreira, Mariana Joffily, Maria Helena Rolim Capelato, entre outros, um panorama detalhado das dinâmicas sociopolíticas, econômicas e culturais que definiram esse período turbulento da história brasileira foi traçado.

A análise da estrutura "Empresarial-Militar" e do "Estado de Exceção", juntamente com as observações sobre as estratégias de guerrilha e a resistência no Araguaia, oferece uma visão crítica sobre como os movimentos sociais e as forças estatais interagem em contextos de conflito armado e opressão. Além disso, a complexidade das lutas pelo poder e pela memória histórica é revelada pelo exame dos discursos e das narrativas construídas tanto pelos militares quanto pelos guerrilheiros.

Por meio do aprofundamento nas trajetórias desencadeadas pela Guerrilha do Araguaia, não apenas os contornos do conflito foram delineados neste capítulo, mas também foi preparado o terreno para uma análise mais aprofundada dos legados deixados por essa luta. As reflexões apresentadas servem como um convite para uma investigação contínua sobre como esses eventos moldaram a sociedade brasileira e como são lembrados e interpretados nos dias de hoje.

A incorporação de documentos oficiais, análises de imprensa e a problematização de projetos como o "ORVIL" ilustram a riqueza das fontes disponíveis para o estudo da Ditadura Empresarial-militar e da Guerrilha do Araguaia. Estas fontes, analisadas criticamente, oferecem problematizações valiosas sobre as tentativas de narrativa e justificação dos atos pelo autoritarismo brasileiro, assim como sobre a resistência e a resiliência dos que lutaram contra a opressão.

À medida que se avança para o próximo capítulo, as perspectivas metodológicas e as reflexões historiográficas que formam a espinha dorsal deste estudo são levadas consigo. Uma compreensão aprofundada dos eventos passados não apenas ilumina as páginas da história, mas também inspira um diálogo contínuo sobre justiça, memória e democracia no Brasil. Este capítulo lança luz sobre a complexidade da luta pela liberdade e justiça, preparando o terreno

para futuras explorações sobre o impacto duradouro desses eventos no tecido social e político do país.

## **2. A GUERRILHA DO ARAGUAIA: TRAJETÓRIA, COMBATE E RESISTÊNCIA**

No presente capítulo, será empreendida uma análise acerca das trajetórias desencadeadas pela Guerrilha do Araguaia até a região do conflito. Inicialmente, a atenção será voltada para a estrutura e as estratégias de guerrilha adotadas pelo PC do B, juntamente com seus objetivos relacionados a um projeto revolucionário direcionado para o campo. Conceitos e argumentos da historiadora Patrícia Mechi, conforme delineados em sua obra "Os Protagonistas do Araguaia" (2012), serão empregados para mapear as trajetórias dos camponeses e dos militares, explorando as perspectivas relacionadas à exploração latifundiária, bem como os objetivos governamentais do Estado brasileiro em relação à manutenção dessa estrutura desde os primórdios da colonização do país.

Posteriormente, o contexto das campanhas do Exército Brasileiro contra o Foco guerrilheiro do PC do B será explanado. As operações, nomeadamente a Operação Papagaio, Operação Sucuri, Operação Marajoara e a subsequente Operação Limpeza, serão analisadas em suas distintas fases. Estas observações permitirão a compreensão dos processos repressivos do Estado de Exceção durante o período ditatorial contra o movimento comunista da Guerrilha.

A Guerrilha do Araguaia também será problematizada por meio da análise do jornal "A Classe Operária". O discurso, a análise narrativa e a compreensão de aspectos específicos potencializados por esse órgão central do PC do B serão explicados. Além disso, a problematização do projeto "ORVIL, Tentativas de Tomada do Poder," um livro elaborado pelas Forças Armadas Brasileiras para construir consenso na sociedade civil, especialmente nos setores conservadores, e estabelecer sentido e coesão militar para os agentes durante o pós-Ditadura Empresarial-militar brasileira, será incorporado. Essas fontes históricas serão criticamente problematizadas ao longo deste capítulo, contribuindo para as discussões que serão posteriormente integradas ao Acervo Digital da Guerrilha do Araguaia, tema central do Capítulo 3.

### **2.1 Interesses em conflito: as trajetórias dos envolvidos na Guerrilha**

Até 1962, o Partido Comunista do Brasil (PCB), representado pela sigla PCB, era a única organização comunista no país. No final dos anos de 1950, a liderança partidária reavaliou suas diretrizes diante dos desafios revolucionários e eleitorais no cenário político brasileiro. Nessa conjuntura, o núcleo da entidade viu seus militantes divididos entre duas linhas

intelectuais discordantes a respeito dos caminhos traçados que a organização deveria seguir. A orientação oficial determinou o abandono da ação radical imediata e a adoção de uma aliança estratégica com os setores da burguesia nacional, em defesa de uma revolução anti-imperialista e antifeudal, mediante um direcionamento pacífico com o objetivo de consolidar uma frente ampla, democrática e nacional. Todavia, essa mudança gerou fortes tensões entre a cúpula dirigente do PCB, que logo mais se oporia a outras decisões tomadas pelo partido (Silveira, 2013, p. 292).

Além dos preexistentes desentendimentos internos, outro fator que culminou no desalinhamento estratégico do partido refere-se ao problema de interesse global em relação às organizações que eram adeptas às diretrizes comunistas soviéticas. O relatório secreto de Nikita Krushev durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), denunciando crimes praticados por Josef Stalin, intensificou a fissura intrapartidária. O culto à personalidade de Stalin estava ameaçado, e tais discussões foram aprofundadas na "chamada declaração de março de 1958 e referendadas pelo V Congresso do PCB realizado em 1960" (Sales, 2000, p. 23). O descontentamento com a direção do PCB cresceu, e durante o V Congresso Nacional do Partido, em 1960, mudanças significativas no estatuto partidário levaram à exclusão das concepções "marxistas" e "leninistas", o apoio da URSS e expressões como "Ditadura do Proletariado", resultando na renomeação para Partido Comunista Brasileiro. Essa inflexibilidade contribuiu para o fortalecimento de movimentos dissidentes, culminando na criação do PC do B em fevereiro de 1962, marcando oficialmente o nascimento do órgão responsável pela organização da Guerrilha do Araguaia (Silveira, 2013, p. 300).

O novo partido, PC do B, destacou-se ao escolher a luta armada como via principal para a realização da revolução brasileira e enfatizou a necessidade da liderança da classe operária na "Frente Única" revolucionária. Internacionalmente, diferenciou-se pelo alinhamento ao Partido Comunista Chinês (PCC), inserindo o Brasil no centro da disputa entre as potências comunistas, no contexto da cisma sino-soviética (Sales, 2017, p. 299). Contudo, historiadores como Mechi (2012, p.180) apontam que, apesar das bases teóricas no PCC, na prática, o PC do B seguiu uma trajetória semelhante ao "Foquismo" cubano, uma estratégia de guerrilha caracterizada por múltiplos focos espalhados pela selva, visando surpreender o inimigo. Durante a Guerrilha do Araguaia, os camponeses foram utilizados como apoio ao conflito, não como agentes da revolução, aproximando-se do "Foquismo" cubano (Mechi, 2012, p.180).

Em relação às propostas da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), que defendia a guerrilha como estratégia necessária nos países subdesenvolvidos, o PC do B concordava com as propostas nas zonas agrícolas, mas discordava dos métodos, enfatizando a

impossibilidade de um processo revolucionário sem o Trabalho de Massas para conscientizar os trabalhadores rurais. O partido brasileiro também defendia a abordagem marxista-leninista sobre as etapas da revolução e acreditava na necessidade de manter algumas frações da classe burguesa no processo. Contrariamente à perspectiva continental da OLAS, o PC do B respaldava métodos centrados em uma vanguarda partidária voltada para as fragilidades nacionais, não internacionais (Mechi, 2012, p.174). Essas estratégias foram consideradas lógicas e acessíveis dadas as condições sociopolíticas da Ditadura no Brasil e a situação "desmantelada" do PC do B após a cisão com o PCB, além das décadas na ilegalidade política sem recursos para construir uma coesão bélico-militar. A escolha da região do Araguaia para a luta reflete esses desafios, sendo uma área agrícola nos estados do Pará, Goiás (atual estado do Tocantins) e Maranhão.

**Mapa 1:** Mapa da Região da Guerrilha do Araguaia



Fonte: [noticias.uol.com.br](http://noticias.uol.com.br)

Antes mesmo da instauração do golpe de 1964, o PC do B enviou alguns de seus dirigentes e militantes para serem treinados pelo Partido Comunista Chinês (PCC) (Silva, 2017, p. 378). Os guerrilheiros, como Osvaldão, Juca, Zé Carlos, Zeca Fogoió, Paulo, Doca, Nunes, Goiano, Pedro, Cazuzza, Nelito, Zezinho, foram destacados para a Guerrilha do Araguaia (Silva, 2017, p. 378). A maioria desses combatentes, provenientes da classe média brasileira, destacou-se na região a partir de 1966, disfarçada como comerciantes e pequenos proprietários de terras, sendo chamados localmente de "paulistas" (Silva, 2017, p. 379). Esses guerrilheiros passaram a viver de maneira semelhante aos moradores locais, ressignificando seus valores em prol da causa revolucionária (Silva, 2017, p. 379).

A convivência dos guerrilheiros com os camponeses foi facilitada pela migração intensiva de trabalhadores rurais nas décadas de 1950 e 1960 nas regiões do norte do Brasil (Mechi, 2012). A Guerrilha do Araguaia baseou suas ações na Guerra Popular Prolongada, com os "paulistas" adotando medidas para conquistar o apoio dos camponeses, como atendimentos médicos, trabalhos agrícolas e promoção de ensino básico. O Regulamento das Forças Guerrilheiras do Araguaia estabeleceu regras rígidas orientadas pelo PC do B, com punições para aqueles que não as seguissem (Silva, 2017, p. 380). Além disso, o documento "Diário da Guerrilha do Araguaia" indicava a necessidade de conhecer os problemas das massas, respeitar seus hábitos e realizar propaganda revolucionária (Moura, 1985 *apud* Silva, 2017, p. 380). Os "paulistas" foram estrategicamente divididos em três destacamentos na região do Araguaia, cada um com seu comandante, e a chefia máxima da organização estava na Comissão Militar, liderada principalmente no Rio de Janeiro (Barbosa, 2016, p. 29; Corrêa, 2013). Essa hierarquia organizacional realizava treinamentos diários, incluindo exercícios físicos, práticas de tiro e reconhecimento territorial na região (Mechi, 2012; Filho, 2013).

## Mapa 2: Ilustração dos destacamentos da Guerrilha do Araguaia



Fonte: [pcdob.org.br/noticias](http://pcdob.org.br/noticias)

Em "Os Protagonistas do Araguaia" (2012), Patrícia Mechi explica a trajetória dos camponeses até a região do conflito. A historiadora inicia sua tese explicando que a concentração de terras no Brasil tem sua origem ainda nos anos coloniais, institucionalizado pela Lei de Sesmarias, que obstruiu o acesso dos camponeses ao domínio de novos territórios, consolidando desde então um legado marcado pela ausência de uma cultura agrícola eficaz. Tais questões desencadearam uma série de consequências negativas para o trabalho camponês, impulsionando a movimentação e vulnerabilidade dos trabalhadores rurais nos períodos posteriores.

As mudanças no cenário agrário nacional pouco foram sentidas após o período colonial, principalmente depois da abolição da escravatura, observando-se a manutenção de uma estrutura fundiária caracterizada pela concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários. "Não é por acaso que a Lei de Terras de 1850 foi outorgada no mesmo ano da proibição do tráfico negreiro" (Mechi, 2012, p. 52).

Em relação à rota do Nordeste, a autora faz o mesmo tipo de exame proposto acerca da região Centro-Oeste, iniciando o debate a partir da conjuntura colonial brasileira e perpassando por outras questões conjunturais. A autora utiliza-se de importantes especialistas sobre o tema como Caio Prado Júnior, ao abordar seu trabalho intitulado de "História Econômica do Brasil" de 1945. Sobre o processo de estruturação econômica da região supracitada durante o Brasil colônia, ela destaca que "a atividade produtiva centrada na monocultura de açúcar para a exportação determinou a economia colonial e ensejou o desenvolvimento de um segmento social marginalizado, que não encontrava função na economia açucareira" (Mechi, 2012, p. 61).

As "rotas de transgressão" são citadas pela historiadora que reflete sobre esta questão ao explicar sobre a mobilidade da população nordestina no que tange ao movimento cearense em direção ao Pará e ao Maranhão entre os anos de 1877 e 1880, período marcado pela grande seca na região, que culminou na mobilidade campesina para os chamados "portais da Amazônia". Também é pontuado que estas rotas levavam os trabalhadores rurais, que não possuíam porções de terras para o cultivo familiar, a irem para "fora dos espaços de controle do Estado e dos latifundiários, num local onde seria possível produzir novas formas de sociabilidade". Dessa forma, o processo de migração de um grupo da população nordestina durante a crise do escravismo é um traço cultural, que foi intensificado em meados do século XIX (Mechi, 2012, p. 62).

O século XX foi marcado pela intensa seca de 1915-1919, que influenciou as estruturas capitalistas a proporem hipóteses de abandono dos investimentos na região Nordeste em detrimento da Sul-Sudeste. O Estado brasileiro, após 1930, passou a catalisar os esforços centrais para o processo de combate à seca nordestina, conforme estabelecido na Constituição de 1934 e com a definição do Polígono das Secas em 1936. Todavia, a ação estatal abrangeu seu apoio prioritariamente para as elites locais, não modificando as situações calamitosas sofridas pela população (Mechi, 2012, p. 63).

O fluxo migratório na região do Centro-Oeste variou em intensidade, dependendo de ciclos econômicos específicos, como o da borracha ou do garimpo. Todavia, esse movimento nunca se esgotou por completo. Essa migração não tinha um destino específico, na medida em

que o objetivo central dos camponeses era escapar das explorações latifundiárias e encontrar terras mais férteis. Essa característica agrária manteve-se até a década de 1930. Como não existiam rodovias, os "deslocamentos se efetuavam por estradas vicinais, estradas tropeiras e trilheiros, além do transporte fluvial feito pelos dois grandes rios que cortam a região: o Araguaia e o Tocantins, que comportavam apenas pequenas embarcações" (Mechi, 2012, p. 53).

Durante o governo de Getúlio Vargas, o processo de ocupação territorial goiano-tocantinense foi modificado a partir da criação de políticas de povoamento. Mechi destaca a "Marcha para o Oeste," instaurada durante o Estado Novo, que pretendia abrir "novas fronteiras agrícolas e integrar a região Centro-Oeste ao Centro-Sul, através de um amplo projeto rodoviário. Essa política também visava fornecer mão de obra barata para a região industrial do país, facilitando o afluxo de camponeses para essas regiões" (Mechi, 2012, p. 53). Todavia, este projeto que visava à expansão agrícola também incentivava a mobilização camponesa para o Centro-Sul do Brasil, revelando um constante objetivo em promover a manutenção da estrutura latifundiária.

A preservação dos interesses dos grandes proprietários de terras pode ser observada por meio da criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) em 1941, e da articulação da Fundação Brasil Central. Após a queda de Vargas em 1945, iniciativas privadas tomaram o rumo deste projeto que, a partir da I Conferência de Imigração e Colonização realizada em Goiânia, em 1949, estabeleceu uma abordagem capitalista para a colonização, priorizando agricultores que pudessem integrar capital, trabalho e administração (Mechi, 2012, p. 55).

A partir dos anos de 1950, o Estado orquestrou um beneficiamento de terras para imigrantes, resultando na contínua tradição excludente imposta aos camponeses, gerando novamente significativas mobilidades campesinas em busca de novos espaços com melhores qualidades de vida. Nesse sentido, o estado de Goiás recebeu contingentes populacionais de diversos outros estados da federação, formados por pessoas expulsas pela dinâmica de expansão das relações capitalistas de produção no campo (Mechi, 2012, p. 57).

Mechi (2012, p. 57) aponta que Goiás passou por um processo de mudanças em duas conjunturas distintas: a primeira refere-se aos anos de 1930 a 1970, e a segunda a partir da década de 1970. Ela argumenta que essa divisão é justificada pelos avanços tecnológicos que surgiram nas décadas de 1960 e 1970, os quais catalisaram uma nova etapa caracterizada por maior mobilidade e expansão agrícola.

Mechi (2012, p.70) explica que também não havia qualquer tipo de infraestrutura promovida pelo Estado brasileiro na região que compreende a região da Guerrilha. Os camponeses que lá estavam na década de 1970 chegaram nesta localidade a partir de uma onda

migratória que surgiu nos anos de 1950. A autora utiliza alguns depoimentos extraídos de moradores da região para compreender sobre o processo migratório dos camponeses para a região palco do conflito. As informações extraídas dos Sr. João Moreira explicam fatores importantes sobre as trajetórias dos trabalhadores rurais. Sua saída ainda criança do município de Pau D'arco (atualmente município do estado do Tocantins), para Itaipava, no Pará, ocorreu em decorrência da busca feita pelo seu pai por uma oportunidade de trabalho e melhores condições de vida.

O mesmo pode ser observado na amostra do diálogo da pesquisadora com o Sr. Raimundo, que saiu também durante sua infância do Maranhão em direção a Xambioá, no Tocantins, em 1962. Essas e outras entrevistas comprovam, na tese de Mechi que “uma característica que se levantou anteriormente sobre a mobilidade do camponês foi o esgotamento da terra, que era abandonada quando sua fertilidade caía” (Mechi, 2012, p. 70). Um ponto importante que é salientado na tese refere-se à construção da rodovia Belém-Brasília entre 1956 e 1960, promovendo a facilitação no acesso ao sul do Pará e ao norte de Goiás (atual Tocantins) (Mechi, 2012, p, 72).

Dessa forma, esse processo migratório pode ser explicado de acordo com dois fatores. O primeiro corresponde à “Reforma Agrária Espontânea”, em decorrência da iniciativa dos próprios trabalhadores rurais em encontrar e estruturar zonas agrícolas que serviriam para a extração de recursos naturais. O outro se refere ao processo de instauração dos grandes latifúndios patrocinados pelo capitalismo rural. Essas duas motivações que desembocaram na ocupação dos camponeses nos territórios agrários causam até hoje um combate travado entre posseiros e latifundiários. Vale ressaltar que a política econômica promovida pela Ditadura, regimentada pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND), buscava promover o crescimento do Brasil a qualquer custo.

Mechi (2012, p. 99-101) pontua a agressão dirigida à população campesina durante a Guerrilha do Araguaia também era resultado de uma perspectiva militar que via os residentes de baixa renda como possíveis agentes de mudança, capazes de criar obstáculos aos planos de desenvolvimento que beneficiavam grandes proprietários de terras. A comunidade vivenciou duas formas de violência: uma relacionada ao conflito com o grupo armado e outra voltada aos agricultores.

O governo, ao perceber a presença de "inimigos internos" na região, analisou as condições sociais do local. Os relatórios das Forças Armadas destacavam a dependência da população da exploração de recursos naturais, as doenças frequentes, a falta de profissionais de

saúde no hospital e as tensões entre posseiros e grileiros. A corrupção na política e na polícia também era evidente, tanto nas narrativas dos habitantes quanto nos relatórios militares.

Os camponeses foram submetidos a tratamentos físicos e psicológicos violentos, mesmo que apenas algumas pessoas estivessem diretamente envolvidas com o grupo armado. O governo tinha conhecimento das condições de vulnerabilidade da população, mas a repressão concentrava-se na luta contra o grupo armado, sem buscar soluções para os problemas sociais. A população, ao interagir com as Forças Armadas, inicialmente reagiu com antipatia e desconfiança devido à destruição de suas moradias e plantações.

Os agentes da ditadura adotaram duas estratégias: uma tentativa mínima de responder às necessidades da população, buscando reduzir os efeitos das atividades do grupo armado, e outra foi o uso de métodos violentos. A assistência social procurava recrutar habitantes para obter informações sobre o grupo armado, enquanto a violência física e psicológica visava controlar a população da região próxima ao Rio Araguaia.

Patrícia Mechi (2012, p.269) destaca que as reformas propostas para o campesinato brasileiro demonstram sua natureza hiperconservadora, contrastando com a dinâmica industrial nas cidades. Ele aborda a luta pela terra como uma decorrência do desenvolvimento capitalista no país, em que a terra assume um caráter rentista, unindo o capitalista e o latifundiário. Ressalta que, na segunda metade do século XX, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, sem transformar os latifundiários em empresários capitalistas. O texto também destaca a presença de grandes empresas capitalistas estrangeiras na região amazônica, como o grupo Bradesco e a Volkswagen. Além disso, menciona o Estatuto da Terra, promulgado em 1964, como uma das primeiras medidas do bonapartismo para resolver a "questão agrária".

Dessa forma, o Estatuto da Terra é problematizado pela historiadora como uma medida que textualmente buscava promover uma melhor distribuição da terra, mas que, na prática, não gerou um plano nacional de Reforma Agrária. Dessa forma o projeto estatutário seria aprovado, mas não implementado, o que foi confirmado após o período do governo militar. José Sarney posteriormente elaborou o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, conforme previsto no mesmo documento supracitado. Na Amazônia, durante a Ditadura Empresarial-militar, diversos programas, como o PIN, PROTERRA e II PDA, foram orientados para a região, mas não resolveram os problemas no campo e intensificaram as tensões sociais, especialmente para o camponês local. Patrícia Mechi também menciona as contradições e conflitos resultantes da modernização agrícola após os anos 50, transformando a região do

Araguaia no principal polo de conflitos pela terra e de violência contra trabalhadores rurais no país (Mechi, 2012, p.271).

## **2.2 As campanhas do exército brasileiro contra o foco guerrilheiro**

O Exército brasileiro conduziu três campanhas para desarticular a Guerrilha do Araguaia, iniciando com a "Operação Papagaio" em 1972. Durante esta fase, os guerrilheiros foram surpreendidos, ainda em fase de reconhecimento da mata, com alojamentos inacabados e sem uma rota de fuga planejada.

Para enriquecer os dados da pesquisa, foram utilizadas produções audiovisuais, como o documentário "Guerrilha do Araguaia" da TV Brasil, contendo entrevistas com camponeses, guerrilheiros, militares e especialistas, incluindo Romualdo Pessoa Campos Filho e a historiadora Heloísa Starling<sup>5</sup>.

O documentário revela que os 150 militares enviados na primeira etapa do conflito não possuíam preparo tático para combate na selva. Alguns membros do exército admitiram falta de conhecimento sobre a missão contra os comunistas. O ex-soldado Edson Fernandes mencionou um treinamento inesperado de "tiro noturno" antes de serem enviados para Xambioá, no Tocantins, para a missão. A primeira operação envolveu cerca de 1.500 homens armados, mas os comunistas, embora acuados, ainda não tinham condições militares para resistir aos soldados do Estado. Alguns militantes subestimaram o poder do exército, mantendo uma visão romântica da revolução, acreditando ser possível derrotar um comando militar com apenas espingardas antigas, diante da força militar do Estado. Esse sentimento nostálgico e eufórico foi alimentado pelos processos de emancipação e radicalização dos movimentos sociais no final dos anos 1960 (Costa, 2022, p.75-76).

O primeiro equívoco das forças governamentais nessa Guerrilha do Araguaia foi enviar recrutas com apenas seis meses de treinamento para a selva inóspita, habitada por um grupo de 63 guerrilheiros. Estes últimos foram treinados na própria selva, alguns com seis anos de preparação militar rigorosa e espartana, além de possuírem um notável espírito decisivo. Adicionalmente, estavam bem orientados por membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) com formação militar no exterior, teoricamente comparáveis a oficiais brasileiros altamente capacitados (Portela, 2002, p.67).

---

<sup>5</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=4Y0wb10TJmA> >. Acesso em 19 de outubro. 2023.

Na segunda campanha militar, conhecida como "Operação Sucuri", a falta de clareza e controle por parte do exército persistiu, com mais de 2.500 soldados enviados, ainda carentes de preparo. Contudo, uma estratégia mais consistente foi adotada, envolvendo a infiltração dos militares entre os camponeses, adotando uma aparência casual com cabelos longos e barbas. O propósito era observar e mapear as estruturas revolucionárias (Costa, 2022, p.79).

Os guerrilheiros, fruto da convivência prolongada com os camponeses, desenvolveram uma conexão significativa com a terra e o ambiente da selva. Mesmo com recursos bélicos substancialmente inferiores aos do exército, conseguiram repelir as tropas em diversos momentos. Importante ressaltar que os militares enfrentavam condições precárias de alimentação, consumindo água clorada e frequentemente poluída. Em contrapartida, os guerrilheiros realizaram minuciosas explorações do território. Segundo relato de Macheias Gomes de Almeida, um dos guerrilheiros ativos, no documentário da TV Brasil, eles criaram instalações subterrâneas para preservar alimentos, estocando suprimentos suficientes para sobreviver na mata por mais quatro anos. José Genoíno, ex-deputado pelo PT/SP e ex-guerrilheiro, acrescenta que foram criados buracos verticais e horizontais para enterrar e proteger os alimentos da umidade (Costa, 2022, p.79).

A participação ativa das mulheres na guerrilha do Araguaia é um aspecto notável, contrastando com a postura do exército brasileiro. As mulheres, ao contrário das forças militares convencionais, não apenas manuseavam armas, mas também enfrentavam os desafios do combate em pé de igualdade com os homens. No entanto, que a violência perpetrada contra as mulheres era desproporcional, sendo marcada por estupros seguidos de morte, evidenciando uma brutalidade distinta em relação aos homens (Kappes, 2016, p. 28).

A guerrilha contava com um contingente de 14 a 15 mulheres que desempenhavam diversas funções, desde a fabricação de munições até a participação em treinamentos militares. Envolviam-se também na coleta e distribuição de informações. Apesar do semblante de "igualdade de gênero" nos confins do Araguaia, tanto entre guerrilheiras quanto entre as ribeirinhas locais, que desempenhavam atividades como carregar peso, roçar e caçar, é ressaltado por Kappes (2016, p.28) que não se pode afirmar que o machismo fosse inexistente. Não há relatos específicos sobre a ausência de machismo, mas destaca-se o papel fundamental das guerrilheiras e sua integração no combate (Kappes, 2016, p. 28).

A última fase da guerrilha, denominada Operação "Marajoara," teve início em outubro de 1973 e encerrou-se em outubro de 1974. Para este confronto, enviaram-se 250 militares especialmente preparados, adotando uma estratégia que incluía a averiguação do

território e a criação de um álbum com fotos e nomes completos dos guerrilheiros, distribuído entre todos os soldados. Agentes infiltrados foram deslocados, e estradas operacionais (OP-1, OP-2, OP-3) foram criadas para facilitar a entrada do exército na mata, dificultando o movimento dos guerrilheiros (Filho, 2013, p.126).

Com os militantes desgastados e a escassez de combatentes armados, a Guerrilha do Araguaia chegou ao seu fim. No entanto, as forças armadas deixaram uma brutalidade marcante, evidenciada pelos corpos ensanguentados de guerrilheiros e camponeses espalhados pela região. A "Operação Limpeza," iniciada em 1975, visava apagar da história o trágico episódio entre duas forças combatentes. A legislação que respaldava uma delas foi suprimida nas repressões contra participantes do conflito, inclusive aqueles sem conexão direta com as campanhas militar e comunista. Pedro Corrêa Cabral, ex-coronel da Aeronáutica, revelou em entrevista à TV Brasil que recebeu ordens da cúpula do exército para queimar os corpos em meio a pneus durante a retirada dos corpos da região do massacre.

### **2.3 A Guerrilha do Araguaia por meio do “A Classe Operária”**

O jornal "A Classe Operária" exerceu uma função de destaque como fonte documental essencial para esta pesquisa sobre a organização guerrilheira do PC do B, sendo o Órgão Central desde maio de 1925. Através do site da Fundação Maurício Grabois (<https://grabois.org.br>), é possível acessar digitalmente os periódicos publicados, os quais tinham o propósito de difundir as ideias do Partido, seu programa e estruturar a base partidária. Contudo, a trajetória do "A Classe Operária" foi permeada por desafios legais, enfrentando dificuldades na circulação regular devido à falta de democracia no país. As perseguições começaram na Primeira República e persistiram durante as ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e da Ditadura Empresarial-militar iniciada em 1964. Entre os principais editores destacam-se Otávio Brandão, Maurício Grabois, Pedro Pomar, João Amazonas e Carlos Daniele, cuja missão central consistia em debater questões ligadas à conscientização da classe proletária, fundamentando-se nos pilares políticos, programáticos e filosóficos marxistas-leninistas do partido.

Este estudo revela uma lacuna na presença do jornal nos trabalhos relacionados à Guerrilha do Araguaia, trazendo à tona reportagens que delineiam as estratégias do PC do B e documentos silenciados pela "Grande Imprensa" nacional. Dentro do jornal, encontram-se diversos documentos, incluindo cartas e mensagens da liderança do PC do B aos guerrilheiros, bem como entre os próprios guerrilheiros.

Uma análise mais detalhada aponta que, entre 1972 e 1974, a estrutura iconográfica do jornal era notavelmente frágil, enquanto a partir de 1975, ocorreu uma nítida melhoria na iconografia, incorporando imagens marcantes e representativas da luta camponesa, como o braço erguido, símbolo distintivo do jornal. Esse período marcante reflete uma evolução na capacidade do jornal de comunicar visualmente e estimular o engajamento com a causa revolucionária, especialmente relacionada à luta camponesa.

**Gráfico 1** – Linha do tempo sobre o avanço da iconografia do “A C. Operária”\*



**Fonte:** Elaboração Própria (2024)

Na reportagem da edição nº 64, de maio de 1972, intitulado de “Camponeses lutam pelos seus direitos” o jornal relata as adversidades do campo, onde a exploração latifundiária impunha condições de vida difíceis para milhões de camponeses sem terra ou com pouca terra em todo o Brasil. A narrativa destaca que as massas camponesas, buscando reivindicar seus direitos à posse da terra e aspirando a uma vida melhor, emergem como uma força combativa de grande importância. O relato destaca as resistências em regiões como São Domingos do Capim, no Pará, e São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, onde os camponeses enfrentaram grileiros, jagunços e soldados armados. A parte final do texto ressalta a determinação dos camponeses em lutar pela posse da terra que trabalhavam, apesar das promessas não cumpridas e das adversidades impostas pela ditadura, que tentava afirmar que “tudo ia bem”, enquanto “os que sofriam as consequências estavam dispostos a lutar”.

O jornal a destaca que a luta camponesa se enquadra no contexto mais amplo da frente geral de luta pela liberdade e contra a ditadura. O fato de serem forças federais envolvidas

nas operações sugere que os acontecimentos na região amazônica não se limitam a um cenário local, mas têm implicações em nível nacional. A reportagem da edição nº 65 sugere que, mais cedo ou mais tarde, a maioria da nação se identificaria com os combatentes de São João do Araguaia e manifestaria um firme e decidido apoio a eles (Tarefa de Todos – Livrar o Brasil da Ditadura, 1972, p. 2).

A reportagem da edição nº 66, de julho de 1972, intitulada “Relevante acontecimento político” aborda a resistência armada contra a ditadura no norte do país, que vinha se desenvolvendo nos últimos três meses do ano anteriormente citado. Essa resistência recebeu apoio crescente dos camponeses e da população local, exercendo uma influência significativa na política brasileira. O texto ainda informa que, apesar disso, o governo de Garrastazu Médici (1969-1974) proibiu a divulgação de qualquer informação sobre o assunto.

A narrativa destaca que, apesar dos esforços da ditadura em mobilizar forças para esmagar ou isolar os grupos armados nas selvas, a resistência persistia. A reportagem menciona casos de violência contra religiosos, incluindo um padre e uma freira espancados na localidade do município de Palestina de Goiás. A nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de junho, revelou detalhes sobre a repressão e as violações de direitos humanos cometidas pelas forças militares.

A presença massiva de contingentes militares concentrados nas regiões Norte de Goiás, Oeste do Maranhão e Sul do Pará é destacada, com muitas cidades sob controle das Forças Armadas. A população nessas áreas enfrentou abordagens constantes, interrogatórios e revistas por parte das forças militares. A prisão de líderes camponeses, como José Porfírio, demonstra a intensificação das ações repressivas. A reportagem ressalta que a resistência armada representava uma resposta às condições de miséria e opressão enfrentadas pelos camponeses e pela população em geral desde o golpe militar de 1964. A luta armada era vista como uma efetiva resistência à ditadura, e o texto destaca a crescente aceitação dessa forma de resistência pela juventude e por setores significativos da sociedade.

A matéria “Ações Corajosas no Pará” de agosto de 1972, edição nº 67, ressalta a grande repercussão da luta armada entre a população local, mencionando que o público acompanhava com “vivo interesse” os acontecimentos na região e “expressava solidariedade aos que resistem às forças federais”. A narrativa destaca também que, diante da simpatia da população aos combatentes, a ditadura tentava manobrar, oferecendo assistência médico-dentária às comunidades afetadas.

No entanto, o periódico sugere que a população não era ingênua e reconhecia a estratégia do governo. A ação médico-dentária é interpretada como uma tentativa de ganhar

simpatia popular para fragilizar os guerrilheiros, mas a população agradecia mais aos grupos armados do que ao Exército, considerando-os responsáveis pelo tratamento médico recebido.

Além disso, destaca-se que, apesar da demagogia do governo, a repressão era intensificada, com novas medidas arbitrárias sendo implementadas. A criação de uma Comissão para estabelecer um "cinturão de segurança" ao redor da Amazônia Legal é mencionada, indicando a preocupação do regime com a possibilidade de a vasta área tornar-se um bastião da luta popular.

Em setembro de 1972 os comunistas destacaram a preocupação das autoridades militares com a resistência. Para lidar com essa situação, os militares investiram em medidas de repressão intensificadas. Algumas dessas ações incluíram a construção de quartéis para instalar cinco novos batalhões do Exército nas cidades de Imperatriz, Marabá, Itaituba, Altamira e Humaitá. O quartel em Marabá já estava em funcionamento naquela situação.

Essas tropas foram empregadas tanto para patrulhamento da área quanto para realizar tarefas policiais, como identificação de cidadãos e detenção de suspeitos. Além disso, os militares se prepararam para uma vasta manobra anti-guerrilheira que se estabeleceu de Xambioá a Araguatins, na margem direita do Araguaia, programada para meados de setembro de 1972. Nessa manobra, deveriam participar tropas do Exército, subordinadas ao Comando do Planalto, e efetivos da Polícia Militar de Goiás, com o apoio aéreo da Força Aérea Brasileira (FAB). Segundo a reportagem, a intenção dessa manobra era amedrontar os habitantes dessa região. Além disso, a estratégia visava cobrir a concentração de forças que os militares pretendiam realizar na localidade, onde estabeleceram o posto de comando para combater as guerrilhas no sul do Pará (Intrépido lutadores do Povo, 1972, p. 1).

Seguindo na edição nº 68, a luta armada no sul do Pará continuou repercutindo na imprensa estrangeira. Jornais como "Nacion" e "Presencia" do Chile publicaram reportagens sobre os eventos ocorridos em abril no município de São João do Araguaia, destacando a combatividade dos moradores locais que empunharam armas para resistir à agressão da ditadura. A agência europeia "Liberation", em seu boletim internacional, divulgou novas informações sobre as ações armadas no Brasil. Além disso, o jornal "Bashkimi", órgão dos sindicatos albaneses, também noticiou a resistência popular na região do Araguaia e fez comentários políticos, ressaltando a importância dessa resistência e expressando votos pelo seu completo êxito.

Além disso, na supracitada edição, foram fornecidas informações sobre horários e frequências de emissões de duas estações de rádio estrangeiras, Radio Tirana (Albânia), e Radio Pequim (China), para serem ouvidas em ondas curtas. A sugestão era para que os ouvintes

escutassem essas transmissões regularmente e incentivassem seus amigos a fazer o mesmo. As informações incluem os horários das emissões, a duração das transmissões e as faixas de frequência em ondas curtas nas quais as estações poderiam ser sintonizadas (Intrépido lutadores do Povo, 1972, p. 2).

Na reportagem de outubro de 1972, é destacada a publicação de uma carta pela Classe Operária, assinada pelo Comando das Forças Guerrilheiras do Araguaia. A carta esclarece a posição política dessas forças, representando um testemunho da rebeldia do povo contra o “regime fascista vigente”. Destaca-se o valor e desprendimento dos que “recorreram às armas na selva amazônica para resistir à investida da reação”. A análise contida na carta aborda as adversidades de vida na região interior, examina o quadro político do país e tirar conclusões sobre o futuro glorioso da revolução comunista. Os signatários da carta defendem a bandeira da liberdade e soberania popular, contrastando com o sistema ditatorial imposto pelos militares desde 1964. Destaca-se na carta o registro do núcleo combativo armado no país, representado pelas Forças Guerrilheiras do Araguaia, que se mantinha em ação há mais de seis meses.

A resistência armada é considerada promissora, “uma vitória das correntes democráticas, mesmo diante da feroz repressão”. A carta destaca a importância da luta armada e do movimento de massas, argumentando que a ditadura não cairia por si só. Os militares, segundo a análise, reafirmam constantemente sua recusa em promover qualquer movimento em direção a estabelecer liberdades democráticas. A conclusão é que a luta armada e o desenvolvimento do movimento de massas são meios essenciais para encerrar o regime de opressão. A carta enfatiza a necessidade de uma orientação política correta, defendendo a ideia de uma frente única democrática e patriótica para unir amplas camadas da população em prol da liberdade, progresso social e independência nacional. A derrubada da ditadura e a instauração de um governo que assegure amplas franquias democráticas são apresentadas como objetivos essenciais (Definição Política, 1972, p. 1-2).

Na reportagem de novembro de 1972, o A Classe Operária destaca novamente a repercussão internacional dos eventos relacionados à resistência armada na região amazônica. Vários órgãos de imprensa estrangeiros, como "Ultima Hora" do Chile, a revista francesa "Amerique", "Nuova Unita" da Itália, jornais do Equador e até mesmo da Austrália e Nova Zelândia, publicaram reportagens ou comentários sobre esses acontecimentos. A Radio Pequim, ao fazer um resumo dos choques mais recentes no Brasil, destacou o conflito armado que surgiu no Pará. A Radio Tirana também dedicou um amplo espaço em sua programação para notícias e comentários sobre a resistência armada no Araguaia. O V Congresso da Juventude do

Trabalho da Albânia expressou grande alegria saudando o espírito de luta dos brasileiros, manifestado na decisão dos guerrilheiros de levar adiante e até o fim o combate contra a ditadura militar fascista. A reportagem enfatizou o significado “global” do surgimento das Forças Guerrilheiras do Araguaia, as esperanças que elas despertam e o apoio solidário de outros povos à luta pelo que é descrito como "nossa liberdade" (Repecurte a Luta Armada, 1972, p. 12).

A problematização dessas informações, feita por esta pesquisa, sugere uma análise crítica sobre a veracidade e o propósito por trás das narrativas apresentadas. O tom “global” aponta para a possibilidade de as informações não condizerem completamente com a realidade, sugerindo que as narrativas podem ter sido manipuladas ou utilizadas estrategicamente para aumentar o tamanho ou a importância percebida da Guerrilha do Araguaia no exterior.

Ao questionar a autenticidade das informações, é relevante notar a ausência de registros independentes ou fontes externas que corroborem os eventos descritos na reportagem. O fato de não haver citações de outros veículos de imprensa ou confirmações independentes levanta dúvidas sobre a objetividade da fonte original.

Além disso, a criticidade desta pesquisa que torna o jornal mais do que um fonte história explora possíveis motivações por trás da criação ou amplificação dessas narrativas. Questões como o desejo de atrair atenção internacional, mobilizar apoio popular ou até mesmo desinformar sobre os acontecimentos reais podem ser consideradas como possíveis razões por trás da elaboração dessas informações. A falta de evidências externas também pode sugerir a possibilidade de que as notícias foram criadas ou exageradas como parte de uma estratégia de propaganda, visando fortalecer a imagem da resistência armada ou desacreditar o regime militar vigente.

A reportagem “Conflitos Rurais no Nordeste” levanta questões significativas sobre a migração camponesa, a reforma agrária e os conflitos de terra no Brasil. O tom crítico sugere uma análise profunda das condições sociais e políticas que envolvem esses temas. A discussão sobre a migração camponesa para as cidades destaca uma preocupação com as tensões sociais no campo e a saturação do êxodo rural. A matéria sugere que, embora essa migração alivie as pressões no campo, ela também contribui para agravar a crise social nas cidades, resultando em um excesso de mão de obra urbana e uma tendência à diminuição dos salários reais do proletariado industrial. Isso ressalta as complexidades e as ramificações sociais da migração interna.

A abordagem crítica também questiona a eficácia das políticas de colonização, principalmente na região amazônica, destacando que a colonização não atendeu adequadamente às demandas populacionais e resulta em conflitos de posseiros. A falta de êxito dessas políticas

é apontada como um fiasco, levando a questionamentos sobre a efetividade das iniciativas governamentais. Além disso, destaca-se a resistência dos latifundiários à reforma agrária, especialmente em regiões historicamente populosas, como o nordeste. A citação do deputado mineiro “Último de Carvalho”, afirmando que "terra, no Brasil, é assunto em que não se toca", ressalta a resistência arraigada à mudança e à redistribuição de terras. Nesse sentido, é pontuada a importância da revolução agrária e anti-imperialista como a única solução definitiva para o problema da terra. A referência aos conflitos no Nordeste como episódios espontâneos que indicam a possibilidade de surgimento de lutas armadas camponesas destaca a base objetiva desses movimentos e sua conexão com as realidades concretas do interior brasileiro (Conflitos Rurais no Nordeste, 1972, p. 11).

Na edição 78 do jornal, de outubro de 1973, destacam-se pontos cruciais sobre a análise dos conflitos rurais, contextualizando-os e conectando-os com estruturas políticas nacionais e internacionais. Primeiramente o impresso celebra o 24º aniversário da China Popular, que influenciou os anseios revolucionários do movimento comunista do PC do B. No contexto latino-americano é mencionada a repressão sangrenta no Chile, revelando a “brutalidade contra o povo, trabalhadores e massas populares, assemelhando-se às situações no Brasil, Bolívia e Uruguai”. O jornal aprofunda a análise das perspectivas camponesas, destacando desigualdades sociais na Amazônia, onde milhões de camponeses se tornam subjugados pelos novos empresários rurais.

A política agrária dos generais é abordada contrastando com o desenvolvimento capitalista e a importância dos produtos agropecuários no comércio externo. O jornal também menciona o Programa de Integração Nacional (PIN), ressaltando a necessidade de um regime emancipado para a justa utilização do fundo agrário. Quanto à fixação de camponeses nas agrovilas, a reportagem destaca a lacuna entre as promessas e a realidade, evidenciando que apenas 3.872 famílias haviam se mudado para as agrovilas até o final de 1972 (Prenúncio de Tormentas no Campo, 1972, p. 6-12).

Dessa forma, a análise do arranjo de narrativas no Jornal da A Classe Operária revela um padrão consistente. Cada edição aborda um aspecto internacional, muitas vezes relacionado a conflitos nos países socialistas ou às propostas capitalistas de nações sob domínio ditatorial ou influência de organizações empresariais vinculadas ao que denominam imperialismo norte-americano. Paralelamente, destacam-se questões específicas sobre questões nacionais, como o caso da Guerrilha do Araguaia. A estrutura das edições busca embasar discussões contrarrevolucionárias em defesa dos direitos dos cidadãos, argumentando a favor de um sistema socialista, em oposição às políticas do generalato que dominava o Brasil. Emerge

a percepção de uma condição essencial para a construção da narrativa do jornal, que se caracteriza pela interseção de aspectos internacionais, nacionais e específicos de regiões afetadas pela exploração latifundiária.

Na reportagem de julho de 1973, edição nº 75, é destacada a continuidade dos esforços repressivos da ditadura no combate à resistência armada no sul do Pará. A violência se expande, despertando repúdio popular e gerando protestos. Agentes repressores intensificam a perseguição a agricultores, com brutalidades que vão desde invasões até bombardeios com napalm. Moradores de regiões próximas aos rios Tocantins e Araguaia vivem sob rígido controle policial, com prisões e torturas frequentes.

Além disso, informam que as estradas, como a Transamazônica e a PA-70, foram fortemente policiadas, sujeitas a rigorosas revistas. A censura à imprensa aumentou, proibindo a cobertura dos acontecimentos na região. Todavia, de acordo com a narrativa, apesar da repressão, as Forças Guerrilheiras do Araguaia continuaram a resistir, ganhando experiência e apoio popular. A violência do regime fortaleceu a imagem da Guerrilha, tornando-a “símbolo da luta pela liberdade na região norte do país” (Amplia-se a luta popular, 1973, p. 12).

A ideia positivada do projeto guerrilheiro seguiu sendo pontuada no final de 1973 no A Classe Operária. Na edição nº 80 é explicado que a região do Araguaia se tornou um símbolo no país, representando a resistência popular e a luta pela democracia contra aqueles que “traíram a nação”. Segundo a reportagem, o movimento guerrilheiro no Araguaia crescia a cada dia, buscando ampliar a União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo. Os militantes conquistavam a simpatia e o apoio crescente da população local, identificando-se com os sofrimentos dos lavradores e interpretando os anseios de liberdade e independência de todos os patriotas.

Segundo relatos, o sucesso do movimento incluiu a prisão, julgamento e execução de Pedro Mineiro, um temido capanga associado à empresa agro-pecuária CPPLGO na margem direita do Araguaia. Pedro Mineiro, contratado pelo grileiro Capitão Olinto, havia sido incumbido de avançar sobre a área da margem esquerda do rio, onde ocorreu a resistência armada. Sua captura e condenação foram celebradas pelos lavradores do Pará e Goiás, que expressavam satisfação pelo desaparecimento do pistoleiro, proclamando que a “justiça do povo está chegando”.

A narrativa explica que a população do Pará e de outros estados, conhecidos como Parazão, uniam-se para estudar a situação das guerrilhas, debatendo formas de apoiar e desenvolver a resistência armada. Organizaram a União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo, com a ideia de acabar com o cativeiro ganhando força entre os “sofredores do interior”.

O "Romance da Liberdade do Povo", circulando na região, expunha em versos simples a triste existência dos posseiros, castanheiros e pobres do campo, destacando a exploração sofrida e a luta necessária para conquistar a liberdade territorial. Segundo o Classe Operária, o "impacto vibrante" da ação revolucionária das Forças Guerrilheiras do Araguaia chegava ao interior, mobilizando não apenas os campos, mas também os grandes centros urbanos onde se concentravam operários e estudantes. Apesar da censura e da repressão violenta, o impresso indica que os eventos do sul do Pará chegavam gradualmente ao conhecimento do povo, "despertando entusiasmo e mobilizando esforços contra a ditadura" (O Caminho da Libertação, 1973, p. 4-8).

Segundo o "Romance da Libertação do Povo," a obra revela um retrato contundente da situação dos camponeses, especialmente da região Norte, destacando a persistência das aflições enfrentadas por esses trabalhadores. O autor, ao abordar a exploração e a falta de condições adequadas de trabalho, expõe a dura realidade do camponês, que sofre com a imposição do patrão, a falta de valorização do esforço no trabalho e a constante incerteza em relação ao próprio sustento.

Se o senhor me vir mentindo, / Me corte a língua a facão / Me jogue dentro do Inferno, / No meio do caldeirão, / Pra ser frito em óleo quente / Misturado com serpente / E comido pelo céu (Romance da Libertação do Povo, 1973).

O autor destaca a exploração como um fator central na vida do camponês, simbolizado pelo apelo dramático à punição extrema caso minta. A narrativa prossegue, revelando as condições adversas nos Estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso e Maranhão, ressaltando a seca e a fartura das espécies vegetais como elementos distintivos do contexto.

A obra descreve a grandeza natural desses lugares, apresentando a complexidade da vida do camponês em áreas desbravadas, onde a exploração é "a norma e a escravidão persiste". A presença de grileiros e a ausência de paz e segurança para os posseiros na terra devoluta são evidências da opressão sistêmica enfrentada pela população rural.

No Brasil vai ter justiça / Para o povo da nação, / Garantia pros posseiros, / Bom salário pro peão, / Muita escola pras crianças. / Pra mulher um nudo novo / Que não seja escravidão. (Romance da Libertação do Povo, 1973).

A obra aponta para a necessidade de justiça, garantias para os posseiros e salários dignos para os trabalhadores. A menção à educação e à busca por uma vida melhor reflete a luta por direitos fundamentais. O chamado final para apoiar os guerrilheiros e derrubar um

governo considerado opressor denota uma busca por transformação, alinhada ao propósito do jornal "A Classe Operária" de promover a conscientização e a mobilização das massas para uma mudança estrutural na sociedade.

A narrativa propagandeada pelos comunistas durante a Guerrilha do Araguaia, especialmente em relação à noção de "vitória", suscita questionamentos sobre a veracidade dessas afirmações e se, de fato, o movimento atingiu os rumos e proporções alardeados. A ideia de uma possível vitória clara e inequívoca é, por natureza, complexa quando se observa o contexto da Guerrilha.

Ao analisar os eventos que cercaram o Araguaia, surge a necessidade de considerar as nuances e desafios enfrentados pelos guerrilheiros. A captura e execução de figuras como Pedro Mineiro podem ter sido interpretadas como triunfos, mas a amplitude e alcance real da resistência armada são temas que merecem uma abordagem mais crítica. A propaganda comunista, ao destacar prisões e eliminações de inimigos, pode ter obscurecido a complexidade do cenário, incluindo as dificuldades logísticas, as baixas constantes e a falta de apoio mais amplo da população.

A extensão da vitória proclamada também suscita questionamentos sobre a real conquista de liberdade e independência. A população do "Parazão", embora estudasse e debatia as guerrilhas, pode não ter experimentado efetivamente uma libertação plena do cativeiro. O "Romance da Liberdade do Povo", apesar de sua ressonância local, levanta dúvidas sobre o quão representativas essas manifestações eram em termos de mudanças estruturais e conquista de direitos.

Além disso, a disseminação das informações sobre a Guerrilha pode ter sido limitada pela censura e repressão violenta, o que levanta a questão de quanto das informações chegavam ao conhecimento público. Mesmo que os eventos do sul do Pará tenham despertado entusiasmo, é crucial questionar se a população, de fato, compreendia completamente a extensão das ações revolucionárias das Forças Guerrilheiras do Araguaia. A narrativa de vitória expandida pelos comunistas na época exige uma revisão crítica. As circunstâncias complicadas e as complexidades inerentes ao movimento do Araguaia requerem uma análise cuidadosa para determinar em que medida o resultado alcançado se alinha com as proclamações de vitória.

Vale lembrar que o leitor, engajado na leitura do jornal "A Classe Operária", é parte integrante de um público que se identifica com uma proposta de literatura vinculada a um projeto de política de massas. Nesse contexto, o periódico atua como um veículo de informação que vai além das notícias tradicionais, incorporando uma perspectiva crítica e engajada. A literatura veiculada por esse meio de comunicação, como exemplificado pelo "Romance da

Libertação do Povo", se insere em uma narrativa que visa representar as lutas, anseios e desafios enfrentados pela classe trabalhadora.

Ao se direcionar a um público específico, composto majoritariamente por trabalhadores e membros das classes populares, o jornal busca construir uma consciência coletiva e promover a mobilização política. A literatura presente nesse contexto não é apenas uma forma de entretenimento, mas sim uma ferramenta de conscientização e organização, contribuindo para a construção de uma narrativa coletiva que reflita as experiências e perspectivas das massas.

Esse tipo de literatura, alinhada com a política de massas, desafia as estruturas sociais estabelecidas, questionando a exploração, a opressão e as desigualdades. Ao envolver o leitor nesse processo, a literatura veiculada pelo jornal busca não apenas informar, mas também inspirar ações e engajamento político, fortalecendo a identidade coletiva e fomentando a busca por justiça social e transformação política. Dessa forma, o leitor do jornal "A Classe Operária" desempenha um papel ativo na construção dessa narrativa engajada, tornando-se um agente de mudança e resistência dentro do contexto da política de massas.

Assim como o "Romance da Libertação do Povo" problematiza a realidade vivida durante a Guerrilha do Araguaia, as edições do Jornal "A Classe Operária", especialmente a de nº 91, de 1974, apresentam duas composições poéticas de Libério de Campos intituladas "Primeiras Cantigas do Araguaia". Esses poemas, encontrados nas páginas do jornal, oferecem duas versões problematizadas, dirigidas aos grupos sociais que enfrentaram as repressões do Estado brasileiro: os guerrilheiros, representados no "Canto de Amor aos Guerrilheiros da Araguaia," e os nativos, mencionados no "Canto de Amor aos Nativos."

Canto de Amor aos Guerrilheiros da Araguaia:

"Quisera ser cantador / de verso ardente e ligeiro / para contar, lutador - / flor do povo brasileiro, / tua luta e tua dor / no vão desse mundo inteiro" (Campos, 1974, p. 8).

Canto de Amor aos Nativos:

"O vivente destas bandas / é escravo do patrão. / Sua paga é só em lagulho / que lhe empurram, queira ou não. / Do esforço do trabalho / não há saldo nem pro abalo, / tão medonha a exploração" (Campos, 1974, p. 8).

Ao analisar esses poemas em conjunto com o "Romance da Libertação do Povo," torna-se evidente a estratégia literária utilizada para construir um consenso revolucionário entre

os trabalhadores urbanos e rurais. Os versos de Libério de Campos<sup>6</sup> abordam tanto a luta dos guerrilheiros quanto as adversidades enfrentadas pelos nativos, destacando a diversidade de experiências no contexto da Guerrilha do Araguaia.

A busca por consenso, expressa nas composições, revela uma tentativa de influenciar a consciência coletiva, promovendo uma visão revolucionária que transcende as barreiras geográficas e sociais. Dessa forma, a construção literária emerge como uma ferramenta fundamental na formação de uma narrativa que visava unificar os diversos setores da sociedade em prol da transformação social.

Na edição nº 102, de novembro de 1975, mesmo após o fracasso do movimento guerrilheiro dos comunistas no Araguaia, o texto "Apreciação Crítica" ironicamente intitulada persiste em construir uma narrativa integralmente favorável aos guerrilheiros. Ignorando os impactos trágicos e dolorosos do conflito, o texto mantém uma abordagem positivada, enfatizando a resistência idealizada e a luta pela liberdade, enquanto minimiza os aspectos adversos.

O repúdio maciço da população aos generais, evidenciado no pleito eleitoral de 1974, é inicialmente ressaltado. Contudo, a obstinação desses líderes militares em permanecer no poder torna-se o foco crítico. A recusa em atender às demandas de anistia, abolição dos atos institucionais e leis de exceção é mencionada, assim como a resposta do governo por meio de uma escalada repressiva, com prisões, torturas e execuções de "patriotas e democratas".

Apesar do quadro sombrio, a reportagem destaca a resiliência e coragem dos lavradores e patriotas do Araguaia, que, desde 1972, formaram destacamentos guerrilheiros no campo que, segundo o impresso, reviveram a tradição revolucionária de 1935. Os apelos desses guerrilheiros para a união de todas as forças interessadas na luta pela derrubada da ditadura militar e pela conquista da liberdade são enfatizados como fundamentais, apresentando a batalha como dura e prolongada, porém a única garantia de vitória.

A ironia persiste na designação da "Apreciação Crítica", que, ao invés de analisar objetivamente os eventos, mantém uma postura parcial, omitindo os impactos negativos da Guerrilha. A promessa do Partido do proletariado de homenagear aqueles que sacrificaram suas vidas em 1935 é reiterada, reforçando o compromisso de prosseguir na marcha iniciada por esses homens aclamados como heróis.

---

<sup>6</sup> Possivelmente Libério de Campos, identificado como um pseudônimo, é a assinatura presente nas "Primeiras Cantigas do Araguaia", que reúne poemas de várias origens.

## 2.4 A Guerrilha do Araguaia por meio do “ORVIL: Tentativas de Tomada do Poder”.

Conhecido como “Livro Negro do Terrorismo no Brasil”, o “Orvil: Tentativas de Tomada do Poder” (anagrama de “livro”), representa uma das mais densas e ricas fontes históricas sobre o período ditatorial instaurado no Brasil em 1964. Esta obra, mantida oculta pelas forças armadas por anos devido à inviabilidade política de sua divulgação, só veio a público em 2007. O conteúdo abrangente de seus capítulos discorre sobre as estruturas repressivas e informativas da Ditadura Empresarial-Militar, bem como sobre os atos de "contenção" realizados contra as mobilizações opositoras. A obra conta com dois volumes, totalizando 996 páginas na edição tradicional e 920 na edição de 2012. Seu título original é “As Tentativas de Tomada do Poder”. A primeira ficha catalográfica atribui a autoria ao General Brigadeiro do Exército, Sergio Augusto de Avellar Coutinho, que supostamente utilizou o pseudônimo “S.A.A.C”. No entanto, a edição de 2012 lista o Tenente - coronel Lício Maciel e o Tenente José Conegundes como organizadores.

O "Orvil" ganhou visibilidade quando o jornalista Lucas Figueiredo publicou uma série de reportagens nos jornais *Correio Braziliense* e *Estado de Minas*, a começar por 14 de abril de 2007. A repercussão das matérias levou a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, em junho de 2007, a promover uma audiência pública sobre o livro. Em 2008, o Ministério Público Federal e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão emitiram um relatório sobre a obra.

Em 2007, o movimento de extrema direita "Terrorismo Nunca Mais" divulgou em seu site, com a colaboração do suposto idealizador, detalhes sobre a concepção do Orvil. Esta pesquisa tentou acessar o conteúdo originalmente disponível no site do Ternuma, mas este já estava indisponível. Utilizando o Wayback Machine<sup>7</sup>, foi possível acessar parte do conteúdo, mas as primeiras referências ao Orvil não foram localizadas.

A motivação para investigar o site do Ternuma advém do artigo “Nunca foram heróis!”, de 2012, das historiadoras Priscila Carlos Brandão e Isabel Cristina Leite, que apresentam uma entrevista exclusiva com o suposto idealizador da fonte em questão, nomeado pelas autoras apenas como “N2”. Conforme a entrevista, o principal propósito do "Livro Negro da Ditadura" era apresentar uma reinterpretação dos eventos entre 1964-1985, desafiando a

---

<sup>7</sup> A Wayback Machine é um serviço online que permite aos usuários visualizar versões antigas de sites da internet. Desenvolvido pelo Internet Archive, é um arquivo digital que armazena cópias de páginas web tiradas em intervalos regulares ao longo do tempo. Isso possibilita que os usuários acessem conteúdos de sites que podem ter sido alterados, removidos ou não estão mais disponíveis na web atual.

crescente narrativa de repressão atribuída à ditadura. “N2”, ex-analista do Centro de Informações do Exército (CIE), destacou a importância de apresentar a perspectiva dos “vencedores”.

Brandão e Leite (2012) apontam que a visão militar sobre o período já havia sido estabelecida, especialmente após a anistia. Mesmo assim, “N2” defendeu que o projeto era crucial para sustentar a visão revolucionária das forças armadas, visando principalmente os jovens militares. Ele propôs, então, um plano de pesquisa dividido em três fases.

a) Primeira fase (curto prazo): seleção dos casos mais conhecidos de ação dos guerrilheiros, para posterior produção de slides, ilustrações e quadros a serem divulgados em aulas ou palestras; b) Segunda fase (médio prazo): ampliação da pesquisa para casos menos conhecidos e; c) Terceira fase (longo prazo): produção de livros amparados por essas informações. De acordo com N2, apesar de haver “muita coisa que não pode ser contada”, os militares tinham os dados e os fatos para a construção desta, apenas faltava-lhes “a vontade e a decisão” (Brandão; Leite, 2012, p. 306).

A ideia, inicialmente considerada pretensiosa, foi aceita devido ao vasto currículo que “N2” tinha nas esferas militares. As autoras o apresentam como um tenente-coronel do Exército, que teve seu primeiro contato com as estruturas informativas da ditadura por meio do Curso de Informações do Centro de Estudo Pessoal do Exército (CEPE). Devido ao seu bom desempenho, tornou-se docente deste órgão. Posteriormente, foi transferido para a Escola Nacional de Informações (ESNI), atuando diretamente no Destacamento de Operação Interna (DOI) entre 1975 e 1981. Além disso, “N2” era graduado em filosofia e possuía profundos conhecimentos sobre os discursos de Hegel e Marx. Em março de 1985, sua ideia de construir uma narrativa saudosista sobre os tempos da ditadura foi acatada pelo então presidente da redemocratização, José Sarney. O Ministro do Exército à época, general Leônicio Pires Gonçalves, instruiu o coronel Ângelo Del Nero, então chefe da Seção de Análise do CIE, a organizar a narrativa exaltando os valores “cívico-morais” da ditadura. O objetivo era reforçar argumentos sobre a “força ameaçadora” comunista (Brandão; Leite, 2012, p. 308).

Conforme relatado pelas autoras, com base nas informações do entrevistado, Del Nero atribuiu a análise das principais organizações comunistas aos analistas do CIE e estabeleceu um prazo de dois meses para pesquisa e elaboração de um documento sobre cada organização de esquerda (Brandão; Leite, 2012, p. 308). A pesquisa foi baseada em relatórios de investigação, informes, documentos de operação, entre outros. Uma das dificuldades encontradas foram os erros de transcrição nesses documentos, cometidos pelos militares. Como citou “N2”: “o terrorista tinha sido morto em abril, e estava assaltando banco em julho”

(Brandão; Leite, 2012, p. 309). Diante dessa situação, “N2” assumiu a responsabilidade pela pesquisa sobre as organizações comunistas, sendo novamente reconhecido por sua qualificação técnica.

A estrutura dos documentos preparados pelos analistas do CIE focou em questionar a intensidade das ações guerrilheiras e se elas ameaçavam a força militar do país. É importante notar que o projeto “Orvil” já havia sido mencionado pelo coronel Carlos Alberto Brillante Ustra na obra “A Verdade Sufocada” (2006).

Ao considerar as reportagens do jornalista Lucas Figueiredo, percebe-se uma divergência entre estas e o estudo de Brandão e Leite (2012) sobre a origem do “Livro Negro”. Enquanto Figueiredo sugere que ele foi uma resposta a “Um Relato para a História: Brasil Nunca Mais” (1985), organizado pela Arquidiocese de São Paulo, as historiadoras, baseando-se em relatos de “N2”, afirmam que a motivação para o “Orvil” surgiu em 23 de março de 1984, um ano antes da publicação de “Brasil Nunca Mais”.

Nesta pesquisa optou-se por utilizar a edição em PDF da obra original disponível na internet, devido à sua ampla disseminação e possibilidade de divulgação. Essa escolha fundamenta-se no plano de incorporar a obra ao site Acervo Digital da Guerrilha do Araguaia. Para assegurar uma referência precisa, os fragmentos na dissertação indicarão a numeração dos volumes, capítulos e partes da obra. Essa abordagem facilitará a localização das seções no site, onde serão divulgadas e anexadas por meio de upload.

O “Orvil” começa, no primeiro volume, com uma seção chamada “Uma Explicação Necessária” (p.37). Nesta seção tenta-se justificar as ações dos militares brasileiros, sugerindo uma suposta imparcialidade dos autores diante da brutalidade contra opositores do regime. No entanto, ao longo da obra, esse tom se perde, sendo o livro centrado no discurso de defesa dos valores anticomunistas. A obra se posiciona como um “contra-ataque” às tentativas esquerdistas de instaurar o socialismo no Brasil.

Os militares argumentam que a maior ameaça dos “subversivos” surgiu apenas durante o período de abertura política da ditadura, iniciada em 1974. Essa visão pode ser questionada, considerando que os próprios ditadores reconheciam que a luta não se dava apenas nas frentes tradicionais, mas também nas esferas discursivas. Durante os combates de 1960 a 1974, essas disputas de narrativas foram vencidas pelos militares em decorrência da censura e repressão contra centros esquerdistas de produção intelectual.

Em resumo, os autores defendem que houve várias tentativas de tomada de poder pela “esquerda radical”. A primeira em 1935; a segunda em 1964, barrada pela “Revolução Democrática” (como nomearam a Ditadura empresarial-militar); a terceira entre 1966 e 1974, e

a última a partir de 1974, apoiada pelo público e pelo clero progressista.

Nos últimos anos, o "ORVIL" foi tornado acessível ao público em formato PDF, em sua maior parte de forma gratuita, após a ampla divulgação realizada por jornalistas e veículos de grande imprensa. Acessibilidade essa que foi proporcionada pela versão digital, permitindo um acesso democrático às informações, as quais são essenciais para a compreensão dos eventos estudados nesta pesquisa. A edição que é utilizada como referência nesta dissertação foi revisada e reorganizada em 2012, pelos Tenentes Lício Maciel e José Conegundes do Nascimento. Em vista da relevância e do elevado custo dessa edição, oscilando entre novecentos a mil reais, a obra foi citada em duas vertentes: na forma digital, publicamente acessível, e na edição física de 2012, o que garantiu a precisão e a riqueza de detalhes. Tal abordagem foi adotada visando atingir um amplo espectro de leitores, abrangendo desde estudantes do ensino fundamental, com aproximadamente 14 anos, que poderiam não ter acesso à edição física, até acadêmicos e pesquisadores. O PDF será disponibilizado no Acervo Digital da Guerrilha do Araguaia, e referências serão feitas nesta dissertação em duas formas: detalhando como a obra está formatada em PDF, indicando o volume, a parte da obra, os capítulos e os tópicos do sumário. Quanto à referência do livro físico, a citação paginal da edição de 2012 será realizada. Essas medidas facilitarão que os estudantes se localizem no conteúdo, promovendo o acesso e o entendimento do material, que é densamente informativo, e visam a uma assimilação abrangente e eficaz por todos os públicos interessados na temática.

No 1º Volume, na Segunda Parte da obra, em seu capítulo 1, especificamente no tópico 5, que trata do PC do B, a obra evidencia o amplo conhecimento militar sobre organizações de esquerda no período da Ditadura de 1964 no Brasil. Aborda a cisão no PCB e a subsequente formação do PC do B em 1962, analisando sua estrutura ideológica e mobilizações contra o imperialismo e latifúndio. Além disso, explora a incorporação da filosofia de Mao Tsé-Tung em 1963, que propiciou a estruturação da Guerrilha do Araguaia (Orvil, 2012, p. 101).

Na Terceira Parte, no capítulo 1, no tópico 9, destaca-se que com apenas dois anos de existência, o PC do B permaneceu ativo após a “Revolução de Março de 1964” (termo frequentemente utilizado pelos militares para se referir ao golpe de 31 de março), criticando estruturas ditatoriais e adotando uma postura estalinista-maoísta. O texto relata a agressividade da linguagem utilizada e a proposta de contra-revolução focada no campo e preparação para a guerra popular prolongada (p. 180).

No capítulo 3, centrado em 1966, aborda-se o marxismo e leninismo, incluindo a carta aberta a Fidel Castro defendendo a China e criticando Fidel e a conferência tricontinental.

Destaca-se a sexta conferência nacional em junho de 1966, que aprovou estatutos, resoluções políticas e documentos sobre guerra popular. O novo Comitê Central foi eleito, desencadeando a formação da Ala Vermelha e do Partido Comunista Revolucionário (p. 220).

No tópico 10, o “Orvil” explana sobre a dissidência do PC do B, originando o Partido Comunista Revolucionário (PCR) e a Ala Vermelha (AV). Esta última, influenciada por ideais foquistas e de Mao Tse Tung, revela a compreensão detalhada desta obra sobre estatutos, estruturas e organizações do PC do B, indicando que os militares possuíam informações consideráveis, inclusive confidenciais sobre seus inimigos (p. 222).

No 2º Volume, no capítulo 10, no tópico 10, é explicado que o descobrimento da organização guerrilheira foi desencadeada pela prisão de Pedro Albuquerque Neto, um militante do PC do B, em Fortaleza. Durante os interrogatórios, Pedro forneceu informações detalhadas sobre sua participação em um campo de treinamento de guerrilha em Conceição do Araguaia, Pará. Esses relatos, transmitidos ao Exército em 17 de março, chegaram ao conhecimento da 8ª Região Militar (RM) em 21 de março (p. 706).

Para confirmar as declarações de Pedro, a 8ª RM realizou operações de informações. Inicialmente, de 27 a 31 de março, uma equipe mista confirmou indícios, mas não pôde definir completamente a extensão das atividades na área. Diante de novos dados, uma segunda operação ocorreu de 3 a 11 de abril, com uma equipe de 14 homens. Apesar das dificuldades geográficas e limitações de tempo, os militares confirmaram os indícios iniciais, mas não conseguiram uma análise detalhada das atividades guerrilheiras.

Assim, a descoberta da Guerrilha no Sudeste do Pará envolveu a colaboração de Pedro Albuquerque Neto, a transmissão de informações ao Exército e a realização de operações para verificar e confirmar os relatos, destacando a complexidade do processo de obtenção de dados em uma região de difícil acesso (p. 708).

No tópico “Novas ações contra o foco guerrilheiro” (Orvil, 2012, p. 713), é descrito uma manobra que envolveu tropas das Forças Armadas, incluindo a 3ª Brigada de Infantaria (3ª Bda Inf), elementos do IV Exército, da Brigada Paraquedista, apoio aéreo e naval, totalizando cerca de 3.000 homens. A ação teve início em setembro e visava conter as atividades subversivas, ocupando a área afetada, que estava situada nos municípios de Conceição do Araguaia, São João do Araguaia e parte de Marabá.

Durante a operação, foram realizadas ações de construção de estradas, melhoria de vias carroçáveis e pontes, além de operações psicológicas, como a distribuição de folhetos para desencorajar os subversivos. Também foram descritos confrontos armados entre as forças oficiais e os militantes, resultando em baixas de ambos os lados.

O texto destaca a morte de um sargento do Exército durante um confronto e a prisão de alguns membros do PC do B. No entanto, ressalta que a estratégia de estabelecer um prazo pré-fixado para a operação trouxe prejuízos operacionais, financeiros e psicológicos, indicando que a ação militar pode ter sido comprometida por esse erro. Após o término da manobra, é mencionado que as forças legais reduziram sua presença na área, permitindo que os guerrilheiros retomassem atividades, adquirissem alimentos e reestruturassem suas forças. O texto termina mencionando que em 22 de dezembro de 1972, Glênio Fernandes de Sá, do destacamento "B", se apresentou à tropa estacionada em Xambioá, fornecendo informações importantes sobre o Movimento de Libertação do Povo (MOLIPO) e sobre as atividades do PC do B na área. Glênio Fernandes de Sá é o militante mencionado como tendo transmitido informações durante sua apresentação às forças armadas.

Ao tratar sobre a operação "Sucuri" (Orvil, 2012, p.763), a narrativa militar revela um padrão característico adotado pelos militares da época, que consistia em evitar detalhes explícitos sobre torturas e mortes, enquanto justificavam suas ações como "necessárias" para a segurança nacional. No relato, observa-se uma lacuna deliberada quanto aos métodos empregados para alcançar os objetivos da operação, e em seu lugar, há uma ênfase na obtenção de informações e na execução de ações estratégicas.

A construção da narrativa evidencia uma reticência em abordar diretamente as práticas mais controversas, como as torturas e execuções de militantes. Em vez disso, o texto enfoca a necessidade de coletar informações concretas sobre o foco guerrilheiro na região do Araguaia. Essa escolha na apresentação das informações pode ser interpretada como uma estratégia para evitar uma discussão franca sobre as práticas questionáveis empregadas durante a operação.

A utilização de termos como "expropriação" em relação a ações dos militantes, como roubos de dinheiro, armas e alimentos, serve para moldar a narrativa de maneira a justificar as ações das forças oficiais. O texto destaca incidentes em que os guerrilheiros atacaram fazendas e postos policiais, enquadrando essas ações como ameaças que demandavam uma "resposta enérgica por parte dos militares".

Ao abordar as ações dos "subversivos", o texto não explicita as circunstâncias que levaram às execuções de moradores locais, mantendo uma ambiguidade sobre os métodos empregados. A ênfase recai sobre o que é descrito como "comunicados militares" emitidos pelos comandantes dos destacamentos responsáveis, exaltando os atos como "revolucionários", sem entrar em detalhes sobre as consequências humanas dessas ações.

Portanto, ao analisar a narrativa da Operação "Sucuri", percebe-se uma estratégia

por parte dos militares ao abordar diretamente as práticas controversas, ao mesmo tempo em que se concentram na justificção das ações como medidas "necessárias" para conter ameaças à segurança nacional. Essa abordagem visa moldar a percepção pública e histórica das operações militares, destacando a importância estratégica enquanto omite detalhes desconfortáveis.

À medida que este segundo capítulo se encerra, é evidente que a análise das trajetórias desencadeadas pela Guerrilha do Araguaia, desde suas origens até a efervescência do conflito, lança luz sobre aspectos cruciais da luta armada e da repressão estatal durante um dos períodos mais conturbados da história brasileira. A estrutura e as estratégias de guerrilha adotadas pelo PC do B, os objetivos revolucionários visando uma transformação social no campo, e a resistência contra a exploração latifundiária formam o cerne das discussões, embasadas por obras significativas como a de Patrícia Mechi.

A exploração detalhada das campanhas militares contra a guerrilha, nomeadamente através das operações Papagaio, Sucuri, Marajoara, e Limpeza, revelou a magnitude dos esforços repressivos sob o manto do Estado de Exceção. Este cenário foi complementado pela análise crítica de fontes como o jornal "A Classe Operária" e o controverso projeto "ORVIL", refletindo sobre as tentativas de narrativa e legitimação dos atos pelo regime militar e a persistente luta pela memória e justiça.

Agora, o fechamento deste capítulo não somente sintetiza as investigações realizadas, mas também prepara o terreno para um avanço significativo na pesquisa. Ao vincular estas análises históricas à próxima fase de estudo no Capítulo 3, propõe-se um mergulho profundo na operação historiográfica contemporânea. Este novo foco na utilização do ciberespaço para dinamizar conteúdos históricos, especialmente através do Acervo Digital da Guerrilha do Araguaia, promete abrir novas avenidas para a educação e a pesquisa histórica.

Enquadrando-se nos debates sobre a integração da tecnologia na educação histórica, o próximo capítulo explorará como o ciberespaço, amparado por teóricos como Michel de Certeau, Peter Burke, e apoiado pela Pedagogia Histórico-Crítica, pode revolucionar a forma como o conhecimento histórico é construído, compartilhado e engajado. A discussão estender-se-á à aplicação prática da Ciberaprendizagem, utilizando o exemplo do Acervo Digital da Guerrilha do Araguaia como um modelo de como ferramentas digitais podem enriquecer a compreensão histórica e facilitar o acesso ao conhecimento.

Este capítulo, portanto, serve não apenas como uma conclusão das análises anteriores, mas também como uma ponte para discussões futuras. Ele sinaliza a transição para um exame aprofundado da interseção entre história, tecnologia e educação, destacando o

potencial do ciberespaço como um meio vital para a pesquisa histórica e o ensino no século XXI. Ao antecipar estas discussões, busca-se não apenas reconhecer a importância da história digital, mas também reafirmar o compromisso com a inovação no campo da historiografia e educação.

### **3. ENSINO DE HISTÓRIA E CIBERAPRENDIZAGEM POR MEIO DO ACERVO DIGITAL DA GUERRILHA DO ARAGUAIA**

O capítulo 3 inicia com uma análise historiográfica, explorando as perspectivas da operação historiográfica no contexto do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão. Focaliza-se nos debates sobre pesquisas desenvolvidas no mestrado, com ênfase na utilização do ciberespaço. Destacam-se as influências de Michel de Certeau e Peter Burke, visando potencializar debates interdisciplinares em consonância com a Nova História problematizada por Katia Maria Abud.

Ao abordar dissertações no Programa, o capítulo examina contribuições de historiadores como Leonardo Leal Chaves e Terezinha Gusmão, que exploram o ciberespaço na construção de websites para dinamizar conteúdos históricos na era da hiperconectividade. A integração da educação tecnológica no ensino de história é problematizada, considerando documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Currículo de Referência em Tecnologia e Computação, o Guia de Tecnologias Educacionais e a Lei nº 14.533 de 2023, que estabelece a Política Nacional de Educação Digital (PNED).

O capítulo também se aprofunda na aplicação da Ciberaprendizagem, utilizando o Acervo Digital da Guerrilha do Araguaia como exemplo. Embasado na Pedagogia Histórico-Crítica de Saviani, explora as concepções de ciberespaço, Ciberaprendizagem e cibercultura por Pierre Lévy e Raimundo Xavier. A conclusão desta pesquisa detalha o processo de construção e a utilização do produto educacional digital, oferecendo uma visão abrangente para estudantes, professores e pesquisadores interessados no tema.

#### **3.1 Discussão sobre historiografia e ciberespaços no PPGHIS-UEMA**

Michel de Certeau (1982) afirma que a elaboração do saber histórico é feita por meio de uma operação que relaciona o lugar, os esquemas metodológicos e a construção de um texto historiográfico. Dessa forma, o profissional de história parte de um ambiente institucionalizado que funciona como validador de seu ofício. Sua escrita é construída para que seus pares critiquem e qualifiquem os recursos utilizados em sua pesquisa, consentindo, ou não, com suas reflexões sobre a temporalidade e a sociedade estudada, e ponderando ideias que possam enriquecer as discussões produzidas a partir de parâmetros padronizados pela própria comunidade acadêmica. A finitude do texto feito pelo historiador e as ressignificações que ele atribui ao passado são condicionadas por interesses subjetivos. Por isso, são empregadas

metodologias que distanciam o pesquisador de seu objeto de investigação, mesmo que a imparcialidade seja um ideal constantemente perseguido, mas nunca plenamente alcançado.

À vista disso, os instrumentos metodológicos servem como uma base sólida para a articulação de teorias que perpassam pelas observações sociais, políticas e culturais de uma operação historiográfica. Não obstante, é importante que o estudioso não se limite a uma única perspectiva teórico-argumentativa para compreender seu objeto de pesquisa e as dimensões que o cercam. De acordo com Peter Burke, os historiadores podem cometer certos paroquialismos no fazer historiográfico quando acreditam que suas análises são plenamente únicas "(...) e não uma combinação única de elementos, que individualmente têm paralelos em outros lugares" (Burke, 2000, p. 12). É certo que Burke (2000) nesta passagem refere-se aos embates e inflexões entre história e sociologia. A conotação do autor especifica um problema que não é necessariamente do interesse da presente dissertação, embora seu sentido seja cabível nas futuras argumentações aqui apresentadas.

Logo, é possível dizer que a mescla entre a investigação histórica e a prática educativa pode servir para pluralizar os olhares sobre os novos documentos, objetos, abordagens e estruturas conceituais das discussões. Essa condição aumenta a versatilidade do historiador, que terá mais funções político-sociais ao laborar suas inquietações mediante inúmeras circunstâncias pertinentes ao meio educacional. Um exemplo disso pode ser observado quando Kátia Maria Abud (2007) salienta que a Nova História foi responsável por "introduzir novas categorias" no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes brasileiros, visto que, a partir dela, foram abordadas perspectivas sobre o cotidiano escolar, campo de estudo responsável pela inserção do debate sobre a regionalização dos sujeitos, que rendeu apontamentos até sobre a latinidade do país.

Conclamava-se que nossos olhares deixassem de mirar o Atlântico ao norte e se voltassem para os Andes e para a África. Que buscássemos nossa história junto aos vizinhos de colonização hispânica, recuperando nossas raízes não-europeias, nossos elos com os indígenas e com os africanos (Abud, 2007, pp. 112-113).

Isso demonstra que o trabalho historiográfico e a prática docente podem consolidar valores importantes sobre noções universais, inserindo a regionalização dos estudantes em um contexto global, sem que, para isso, ele perca sua identidade em detrimento da generalização cultural que tentam naturalizar por meio da globalização. Essa representatividade histórica ganha contornos mais objetivos quando são discutidos assuntos em sala de aula sobre o dia a dia dos estudantes, relacionando-os com outras temáticas mais genéricas, como regimes

totalitários, disputas políticas, revoluções sociais, sistemas econômicos, desigualdade social, criminalidade, cultura, midiaticização, entre outros conteúdos inseridos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nos Parâmetros e Diretrizes da educação brasileira. Assim sendo, a disciplina de história passa a ter mais sentido para os alunos a partir do momento em que estes compreendem a dimensão moral que os estudos do passado e do presente possuem e as reverberações que eles podem gerar para o futuro.

Um exemplo que justifica esta ponderação, e que especifica as dimensões do Ciberespaço e da Ciberaprendizagem, pode ser encontrado na dissertação de mestrado do historiador Leonardo Leal Chaves (2018)<sup>8</sup>. Além da produção de um texto historiográfico, ele também construiu um produto didático-pedagógico em formato de website destinado aos estudantes do ensino básico, nomeado "Acervo Digital da Luta pela Anistia no Maranhão". Um dos objetivos do autor, que motivou a criação dessa extensão virtual-pedagógica de sua pesquisa, foi a intenção de discutir e relembrar à sociedade civil sobre o projeto de silenciamento e esquecimento relacionado ao massacre humano ocorrido durante a Ditadura brasileira de 1964.

Esse debate centrou-se nos usos e abusos da memória e nas representações simbólicas do passado como dimensões fundamentais para a formação cidadã dos sujeitos. O objeto de investigação da pesquisa de Chaves foi a Lei de Anistia de 1979 (Lei nº 6.683), que permitiu que os agentes do Estado brasileiro fossem perdoados pelos estupros, torturas, censuras e assassinatos cometidos em prol da manutenção de um regime autoritário. O rigor teórico-metodológico da pesquisa foi observado a partir da utilização dos conceitos de "Esquecimento Comandado" de Paul Ricoeur (2014), "Estado de Exceção" de Giorgio Agamben (2004), "Cultura Histórica" mediada por problematizações de Jörn Rüsen (2011), Circe Bittencourt (2011) e Katia Maria Abud (2014), além de outras estruturas conceituais que ultrapassam a noção de paroquialismo criticada por Burke (2000). Essa base metodológica e teórica conectou e deu sentido às ideias centrais da sua abordagem, enquanto a criação do *website* conferiu funcionalidade social à pesquisa, demonstrando que o tripé teoria, ensino e tecnologia é uma estrutura coerente e com propósito claro na operação historiográfica.

Mais do que a organização de um arranjo teórico para problematizar símbolos e valores sociais em conjunto com a concretude documental, Burke (2000) também destaca que

---

<sup>8</sup> CHAVES, Leonardo Leal. Ensino de História, ciberespaço e novas tecnologias de informação: potencializando o ensino da Lei de Anistia através do "Acervo Digital da Luta pela Anistia no Maranhão" Produto: <http://acervodigitalanistiamaranhao.net/>. São Luís: PPGHIST, 2018.

o historiador precisa conectar as mudanças sociais das comunidades estudadas e historicizar suas diferenças e similaridades. O papel do pesquisador em história torna-se mais objetivo quando possui ouvintes que, em teoria, precisam assimilar suas reflexões sobre o mundo, não apenas para avançar de nível educacional, mas também para compreender sua própria existência, cidadania e posição social. Sem os professores, os indivíduos podem permanecer desinformados sobre sua própria percepção de vida, cidadania e classe social.

Além do plano teórico-metodológico mencionado, é relevante entender que o historiador/professor está constantemente envolvido, pedagogicamente e politicamente, na conjuntura educativa da sociedade. Deve-se considerar o cenário político-educacional brasileiro atual, que tende a minimizar a importância de políticas públicas para diversos desafios escolares e que também desassocia o ensino da pesquisa. O profissional de história se torna também responsável por iluminar as lacunas na educação e por vincular a história a um patamar de assimilação político-cultural.

A pesquisa historiográfica, o ensino de história e as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) podem e devem se interrelacionar por meio de duas estruturas essenciais. A primeira refere-se à pluralidade de metodologias e objetos que esse tripé (teoria, ensino e tecnologia) oferece ao historiador. Isso o incentiva a explorar múltiplas formas de compreender as estruturas sociais do passado e do presente, distanciando-se do paroquialismo já mencionado.

Assim, a investigação assume contornos mais práticos ao conectá-la com a vivência dos estudantes. Chaves (2018) destaca que "as TICs<sup>9</sup> (...) podem ser vistas como meios que proporcionam um acesso livre à informação, permitindo o compartilhamento de experiências e a produção/circulação de conhecimento" (Chaves, 2018, p. 24). Essa perspectiva oferece uma alternativa às questões relacionadas à rigidez de determinadas narrativas e discursos presentes nos livros didáticos. Kazumi Munakata (2007) observa que os textos padronizados nas instituições de ensino básico são "‘poderosos instrumentos culturais de primeira ordem’ (...) ao lado dos meios de comunicação de massa", que "(...) constroem uma ‘base para a formação de um consenso cultural mínimo que garanta a coesão social’" (Munakata, 2007, p. 138).

Outro aspecto crucial a ser considerado é o caráter moral que a ciência histórica adquire com a inclusão de valores educativos no processo de investigação dos objetos de pesquisa. Flávia Eloísa Caimi (2015) argumenta que a história, enquanto disciplina escolar, auxilia na autocompreensão do indivíduo, dos outros e do lugar que ocupam na sociedade e no

---

<sup>9</sup> Tecnologias de Informação e Comunicação.

contexto histórico (Caimi, 2015, p. 28). É importante ressaltar que diversos elementos compõem o cotidiano escolar, e nem todos estão confinados aos limites da instituição educacional. Fatores como problemas familiares dos alunos, questões sociais, econômicas e culturais devem ser levadas em conta em estudos sobre as interações entre educador e educando, pois esclarecem e enriquecem as dinâmicas presentes em sala de aula.

Dessa forma, a relação entre teoria, ensino e tecnologia mostra-se extremamente necessária e eficiente para a elaboração de um trabalho historiográfico bem estruturado e fundamentado. O produto final desta junção pode ser visto como um escudo nas orientações educacionais em que o professor de história está inserido, já que os aspectos teóricos abordados em sala de aula podem atingir dimensões conceituais abrangentes sem perder a integridade científica da investigação. Esta percepção torna-se ainda mais relevante quando consideramos que, no Brasil, o ofício do historiador é mais valorizado quando associado ao exercício da docência, e não necessariamente da pesquisa. Katia Maria Abud (2007) destaca que é fundamental a problematização, realizada por professores, diretores e coordenadores pedagógicos, dos documentos curriculares e textos legais que estabelecem medidas, normas e diretrizes para o processo de ensino-aprendizagem na rede básica de ensino do Brasil. “A interferência desses elementos se faz sentir à medida que surgem resistências e até concordâncias de tais agentes que, mesmo se não impedindo que suas propostas se concretizem de modo absoluto, as transformam e conferem novas características a elas” (Abud, 2007, p. 107).

Além da imperativa revisão da perspectiva acerca do trabalho do profissional de história, especialmente diante da crescente desvalorização dos cursos de bacharelado e de sua distinção da dimensão da licenciatura, a prática docente emerge como uma via interessante para a formulação de novas hipóteses e teses. Estas podem ser elucidadas com maior clareza quando o caráter pedagógico é estabelecido em colaboração com outros agentes essenciais na prática escolar, como pedagogos, gestores e a comunidade em geral.

Vale destacar que as novas tecnologias e linguagens utilizadas na construção do conhecimento histórico não devem ser vistas como substitutas das ferramentas didático-pedagógicas tradicionais. Helenice Rocha sublinha que “o uso de novos suportes comunicacionais e dos produtos culturais pautados na imagem e no som veiculados por eles vem se estabelecendo nas escolas e nas aulas de história (...) sem, contudo, suplantarem as formas tradicionais de ensino e aprendizagem” (Rocha, 2015, p. 116).

Com o objetivo de traçar perspectivas e estratégias no processo de construção do produto educacional desenvolvido nesta pesquisa, é interessante discutir os trabalhos

produzidos no campo do mestrado profissional em História relacionados à organização de materiais didáticos digitais, mais especificamente projetados em formato de Website.

Neste tópico serão abordadas as questões relacionadas às pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST-UEMA). As pesquisas aqui discutidas referem-se aos trabalhos dissertativos do já mencionado historiador Leonardo Leal Chaves, intitulado “Ensino de História, Ciberespaço e Novas Tecnologias de Informação: potencializando o ensino da Lei de Anistia através do ‘Acervo Digital da Luta pela Anistia no Maranhão’”, defendido em 2018, e de Terezinha Maria Bogéa Gusmão, intitulado “Formação Continuada dos Professores de História do Ensino Fundamental Em Arari-Ma”, defendido em 2021.

Vale destacar que estas produções possuem contornos historiográficos diferentes. Dessa forma, embora os temas, os objetos e as fontes dos estudos sejam distintos, busca-se problematizar as estruturas conceituais e as construções metodológicas abordadas em cada pesquisa a fim de problematizar o processo de elaboração dos espaços educacionais virtualizados.

O trabalho desenvolvido por Leonardo Chaves (2018) é entendido como essencial para a elaboração e produção desta dissertação. Na medida em que sua proposta foi tomada como alicerce inspiratório, abriram-se importantes possibilidades para a formulação de novas perspectivas atreladas ao ciberespaço. Vale destacar o recorte cronológico adotado pelo autor, que faz referência ao período da Ditadura Empresarial-Militar brasileira. Esta pesquisa se destaca, ainda, por promover um debate relevante sobre questões relativas ao ensino básico na sociedade maranhense, com um foco particular na cidade de São Luís.

Chaves propôs em seu produto educacional um recurso focado no processo de aprovação da Lei de Anistia no Brasil em 1979. Este estudo, alinhado à historiografia, destaca as disputas entre diferentes interesses políticos que buscavam definir os pontos cruciais dessa legislação. A análise sugere que os livros didáticos de São Luís, especialmente nas escolas com ampla oferta de Ensino Médio, problematizam essa lei como uma ferramenta de pacificação e conciliação nacional. Tal interpretação contrasta com suas particularidades fundamentais: a "reciprocidade" (abrangendo os envolvidos na repressão) e a exclusão dos acusados de "crimes de sangue".

Dessa forma, o produto educacional supracitado surge como uma resposta a essa visão, buscando introduzir nas escolas diferentes perspectivas sobre o tema. O acervo questiona a caracterização da lei como "Ampla, Geral e Irrestrita", posicionando-a como um tópico essencial para debater violações aos direitos humanos.

Esta pesquisa abordou a historiografia do tema, as leis relacionadas, as especificidades do processo no Maranhão, além das diretrizes educacionais brasileiras. Nesse sentido foram exploradas perspectivas inovadoras, combinando estudo acadêmico, ensino de História e debates sobre a utilização de plataformas de Informação e Comunicação. Seu embasamento documental incluiu textos históricos, regulamentações, políticas educacionais, documentos antes sigilosos e artigos do jornal “O Estado do Maranhão”.

No trabalho de Chaves (2018, p. 195-196) uma preocupação fundamental foi dada à característica da ideia de um acervo digital. Debates conceituais sobre o significado de acervo são propostos por ele, sendo importantes para a compreensão e elaboração de um produto educacional digital com tal finalidade. O historiador explica que o ambiente digital oferece uma variedade de oportunidades para grupos dedicados à preservação da memória histórica, especialmente durante o período ditatorial brasileiro. Esse meio educacional online amplia as vias de acesso a documentos anteriormente limitados e fomenta a pesquisa acadêmica.

Essas ferramentas digitais também possibilitam a contestação de perspectivas anteriormente aceitas e promovem narrativas antes omitidas. Outra característica do manejo da sua plataforma é o seu foco em uma área específica do conhecimento, diferenciando-se significativamente de repositórios institucionais, como os mantidos por universidades. Outra distinção reside na natureza institucional dos repositórios voltados para a divulgação de textos dissertativos, entre outros tipos de coletâneas acadêmicas. Além disso, os desafios associados a recursos e direitos autorais variam entre os dois.

Assim, a principal característica dos acervos digitais seria a reunião e disponibilização de material intelectual de uma determinada área de conhecimento ou período, sendo criados e geridos por grupos específicos ou iniciativas individuais. Distinguem-se, portanto, dos repositórios institucionais, especialmente em seu principal atributo: ser institucionalmente definido. As demais características apontadas por Sely Maria de Souza Costa e Fernando César Leite (2010), como ser científica ou academicamente orientado; cumulativo e perpétuo e aberto e interoperável podem ser comuns também aos acervos digitais (Chaves, 2018, p. 195).

Esta pesquisa dialoga com perspectivas fundamentais no que tange à problematização de temas que devem ser propostos em sala de aula. O marco regulatório da educação no Brasil destaca a relevância da aquisição de capacidades relacionadas aos direitos humanos e ao exercício da cidadania. Educando os estudantes com base nesses critérios, antecipa-se que eles façam escolhas coerentes com princípios de equidade e justiça, além de estarem aptos a explorar e aplicar adequadamente as ferramentas digitais e tecnológicas

disponíveis. Assim, a compreensão e adaptação ao universo digital emerge como um desafio que engloba variados códigos e expressões. Curiosamente, ao examinar esforços direcionados à salvaguarda da memória histórica, especialmente os que abordam o período de regime autoritário, percebe-se sua influência no ambiente virtual (Chaves, 2018, p. 22).

O autor explica que seu produto educacional digital foi desenvolvido integrando diversas plataformas e mídias para oferecer um ensino de História multifacetado. Este projeto busca aprimorar a habilidade dos alunos em usar ferramentas tecnológicas e fortalecer suas capacidades de percepção e interpretação no contexto histórico. Os materiais disponibilizados são organizados para melhorar sua eficácia sem comprometer a autonomia do usuário ao navegar. Eles estão interligados por meio de hiperlinks, tornando os temas interdependentes e expandindo as formas de acessar e usar os recursos, seja em ambientes educacionais ou em pesquisas mais aprofundadas (Chaves, 2018, p. 210).

O seu Acervo Digital foi elaborado usando o software WordPress, disponibilizado no endereço eletrônico <http://acervodigitalanistiamaranhao.net/> desde 25 de julho de 2017. Este espaço virtual incorpora um minibanco de dados que permite aos usuários acessar fontes utilizadas na dissertação por meio de um sistema de busca. Pensando em promover uma interação mais rica, além da função de comentários presentes nas páginas, foi incorporado um fórum de discussões. Organizado por tópicos sugeridos pelos usuários, o fórum permite debates assíncronos, ao contrário de chats que necessitam interações imediatas (Chaves, 2018, p. 229). A escolha pelo formato digital online para este produto foi impulsionada principalmente pela dinâmica que essa plataforma oferece para o abastecimento contínuo de informações. Diferentemente de formatos estáticos, o digital permite atualizações constantes nos conteúdos, garantindo que as informações estejam sempre atualizadas e relevantes (Chaves, 2018, p. 230).

O estudo de Terezinha Maria Bogéa Gusmão (2021) foca na formação contínua dos professores de História no Ensino Fundamental Anos Finais em Arari, Maranhão. Explora quatro questões: 1) A adequação da formação contínua dos professores às suas necessidades; 2) Reação dos professores de História diante da necessidade de usar tecnologia; 3) Condições sociais, psicológicas e materiais dos professores; 4) Desenvolvimento de um produto educacional para aprimorar a formação, incluindo novas tecnologias. O estudo analisa a formação em História, legislação educacional e debate historiográfico, culminando na proposta de um site chamado FormAçãoHist como recurso para a formação contínua dos docentes.

Terezinha Gusmão (2021, p. 88) aborda a criação de seu produto educacional, baseando-se na legislação que respalda a formação continuada como direito do professor. A análise inclui a evolução da prática docente ao longo da carreira, com foco nos professores de

História de Arari-MA. Destaca a importância da formação para fortalecer a autoestima, construir vínculos afetivos e superar a dicotomia entre teoria e prática. A historiadora ressalta a adaptação dos professores à inovação tecnológica, incentivando decisões docentes que promovam a participação ativa, tanto em ambientes presenciais quanto virtuais. Em meio aos desafios, ela destaca a reinvenção dos professores, adquirindo habilidades para lidar com as tecnologias digitais, especialmente durante a pandemia, onde a transformação na prática pedagógica é crucial para integrar efetivamente as ferramentas digitais no ensino de História.

Ela ressalta que as atuais gerações de alunos estão imersas em um ambiente altamente virtual e hiperconectado. Nesse contexto, destaca a necessidade de os educadores se adaptarem às novas possibilidades de ensino.

Vivemos em um tempo em que a geração dos alunos do Fundamental Anos Finais que tem acesso às tecnologias digitais é considerada “geração.com”. Para atender esse alunado é necessário que o professor busque meios que o possibilite dominar o saber teórico e prático, as diferentes linguagens, metodologias e ferramentas tecnológicas para melhor viabilizar o ensino de História. É observado neste momento pandêmico, que requer um distanciamento social, o professor se esforçando, se reinventando para transformar a sua prática pedagógica, aprendendo a lidar com as tecnologias digitais para usá-las em suas salas de aula (Gusmão, 2021, p. 88).

A argumentação da autora (2021, p.91) se fundamenta nas pesquisas de Aras Bozkurt e Ramesh Chander Sharma (2020), que caracterizam o ensino remoto como uma solução temporária para desafios imediatos, destacando a ausência de planejamento prévio e modelos teórico-conceituais específicos. O Decreto no 9.057, de 25 de maio de 2017, é mencionado para definir a educação a distância como uma modalidade educacional mediada por tecnologias de informação e comunicação. A autora destaca a distinção entre ensino remoto e educação a distância, sublinhando que o primeiro foi uma medida emergencial durante a pandemia, carecendo de estudos que comprovem sua eficácia. É ressaltada a dificuldade na adaptação às tecnologias digitais por parte dos professores, evidenciando a falta de formação e investimento dos órgãos competentes. O texto destaca a urgência de uma formação sistemática para os professores de História de Arari, especialmente no uso de ferramentas digitais, diante dos desafios impostos pela pandemia.

A autora destaca (2021, p. 92) desafios enfrentados pelos professores de História, incluindo a sobrecarga de trabalho, especialmente em municípios distintos, limitando o tempo para pesquisa. Diante dessa realidade, ressalta a urgência de formação continuada acessível, abrangendo novos conhecimentos e o uso da tecnologia digital, essencial durante a pandemia.

Para enfrentar esses desafios, propõe o site FormAçãoHist (<https://formacaohist.com.br/>), um recurso prático e acessível. O site visa promover a formação continuada, fornecendo conteúdo acadêmico sobre temas sensíveis de História. Destaca-se pela diversidade de conteúdo, atividades e sugestões, buscando contribuir positivamente para um ensino de qualidade. A autora reconhece a necessidade de maior atenção dos governantes à integração de tecnologias na educação básica e destaca o papel do FormAçãoHist como um impulso para avanços e mudanças na prática pedagógica dos professores de História em Arari.

Esse produto tem como objetivo colaborar com o processo formativo dos professores de História, fornecendo conteúdos a nível acadêmico (sobre a formação contínua do professor e temas sensíveis de História). A sua relevância encontra-se justamente na oferta diversificada de conteúdo, atividades e sugestões ao professorado, que busca conhecimento, metodologias e estratégias capazes de contribuir positivamente com um ensino de história de qualidade, promotor de uma aprendizagem significativa ao seu aluno. Percebemos que a inserção das novas tecnologias na educação básica pública tem sido um processo lento e precisa de um olhar mais atento por parte dos nossos governantes. A pandemia do novo coronavírus deixou notória a necessidade de investimentos em formação continuada nessa área. A proposição do site FormAçãoHist, tenta contribuir para o fazer pedagógico do professor de História, no ensejo de possibilitar avanços e mudanças em sua realidade escolar e, conseqüentemente, na sociedade arariense (Gusmão, 2021, p. 92).

O site aborda temas sensíveis, disponibiliza conteúdos didáticos, ferramentas de busca, interatividade, e outros recursos distribuídos em menus como "Sobre", "Formação de Professores", "Material de Apoio", "Publicações/Maranhão" e "Usuários Colaborativos". Essa estrutura visa fornecer uma gama diversificada de materiais, atividades e sugestões para apoiar a formação contínua dos professores, incentivando a utilização de novos conhecimentos, metodologias e tecnologias digitais em seu ensino de História. O site busca ser prático, acessível e colaborativo, representando uma ferramenta valiosa para a aprendizagem colaborativa e o desenvolvimento profissional dos educadores, com foco na integração das novas tecnologias em sua prática pedagógica.

É importante ressaltar que, no momento, encontra-se fora do ar o site FormAçãoHist, o que resultou na limitação dos aprofundamentos na pesquisa desta dissertação. Contudo, ideias valiosas foram reveladas pela estrutura dissertativa da autora. Em decorrência da curiosidade e interesse do pesquisador deste trabalho, a WayBack Machine, um serviço que possibilita o acesso a versões arquivadas de páginas da web, foi empregada para explorar conteúdos anteriores do site. Por meio dessa ferramenta, contribuições significativas foram identificadas, as quais podem ser incorporadas ao Acervo Digital da Guerrilha do Araguaia.

Entre essas contribuições, destacam-se espaços dedicados à inserção de textos colaborativos de outros historiadores sobre temas como "Engenho Central de Pindaré", "O Medieval Português e a Revolução de Avis", entre outros. Esses textos foram, provavelmente, redigidos por colegas, professores e demais pesquisadores contemporâneos de Gusmão, indicando uma parceria institucional que se revela essencial para a fortificação do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST-UEMA). Essas colaborações valiosas enriqueceram nossa pesquisa, evidenciando a relevância do site mesmo quando fora do ar.

### **3.2 Integração da educação tecnológica no ensino e currículo de história.**

No universo educacional contemporâneo, os currículos escolares desempenham um papel significativo ao moldar o conhecimento transmitido em sala de aula. A criação de um produto educacional digital, nesse contexto, exige uma análise aprofundada dos elementos estruturais que compõem esses currículos, assim como as influências políticas, sociais e econômicas. O presente trabalho propõe analisar criticamente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTM) para o Ensino Fundamental, seus desdobramentos, desafios e implicações. Por meio desta análise, espera-se embasar a elaboração de um produto educacional que responda de forma eficaz e inclusiva às demandas propostas pelas diretrizes educacionais.

Na edição da BNCC de 2015 (Brasil, 2014), houve um intenso debate acadêmico e comunitário quanto aos conteúdos que deveriam ser abordados na disciplina escolar de História. Foi proposta uma cisão com a perspectiva tradicional, construindo uma crítica às análises eurocêntricas. Todavia, "após debates sobre a primeira versão da BNCC, o MEC reformulou a equipe e lançou uma segunda versão em 2016, mais conteudista e eurocêntrica. A terceira versão, de 2017, teve poucas alterações e incorporou o conceito de competências" (Amorim; Mello e Ralejo, 2021, p. 3).

Bill Green (2017), citado por Amorim, Mello e Ralejo (2021), explica que ao se discutir as problemáticas relacionadas ao conhecimento no currículo é possível identificar sua relação com as estruturas do poder. A partir de uma análise sobre o currículo nacional australiano, o autor afirma que todo projeto curricular nacional possui direcionamentos políticos, que servem para legitimar determinados conhecimentos.

Estas observações coadunam com as perspectivas de Gabriel e Costa (2011 apud Amorim, Mello e Ralejo, 2021, p. 4), ao afirmarem que o currículo em História se caracteriza por ser um campo de batalhas em que projetos hegemônicos são instituídos por meio do

desenvolvimento e projeção de conhecimentos específicos. Esses direcionamentos estabelecem as primícias do que deve ser considerado "verdadeiro" e positivo para o ensinamento repassado. Nesse sentido, é proposto um discurso de neutralidade mediante a construção de uma sólida abordagem burocrática e técnica para esconder os interesses inseridos em cada instrumento curricular. Essa estratégia serve para silenciar as narrativas de grupos historicamente marginalizados.

Por conta dessas questões estruturais, pode-se fazer alguns questionamentos sobre as balizas propostas pela BNCC. Será que este documento "regula e constrange a História ensinada nas escolas? Ou também deixa espaços onde o ensino de História se torna potente e toca realidades vividas?" (Amorim; Mello e Ralejo, 2021, p. 3).

Amorim, Mello e Ralejo (2021, p. 5) pontuam que o ensino e o currículo de História são espaços fluidos onde variadas dinâmicas do conhecimento e poder se entrelaçam. Essa característica é marcada pelo desenvolvimento de ideias e valores contínuos consolidados por meio de educadores e educandos que enxergam o ensino e aprendizagem como uma estrutura em constante modificação. Tais abordagens permitem que sejam inseridas inúmeras projeções culturais e sociais, que muitas vezes são excluídas do debate escolar. Por conta disso, é importante que essas questões relacionadas ao Ensino de História sejam constantemente alinhadas com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). É essencial analisar essas relações e propor novos horizontes para tornar a absorção do conhecimento histórico mais amplo e inclusivo.

No que se refere aos "embates em torno da significação da BNCC de História", Amorim, Mello e Ralejo (2021) problematizam a abordagem de alguns historiadores especializados nesta temática, tais como: Texeira e Pereira (2016), que elogiam a primeira versão deste documento por romper com a versão eurocêntrica no ensino de História, embora critiquem a escolha de excluir os conteúdos relacionados à Idade Média, pois defendem que essa atitude dificulta a compreensão de debates históricos importantes para a absorção da noção de processo histórico, ao comprometer os caminhos para um ensino mais comprometido com o "estranhamento" que se pode causar ao analisar períodos mais remotos. Já Dennison de Oliveira (2017) percebeu uma manutenção dos temas discutidos na BNCC em comparativo feito com diretrizes anteriores, o que leva a uma ineficácia na mudança do pensamento nacionalista presente nos currículos de História. Enquanto Oliveira e Rocha (2017) reconhecem que a BNCC tem avançado no sentido de incluir a diversidade no conteúdo escolar, embora critiquem a abordagem de inclusão em alguns pontos, que ainda se mostram conservadores e parciais.

Pina e Gama (2020) problematizam este documento, destacando como ela foi influenciada e moldada por objetivos empresariais. Mais especificamente, por arranjos organizados pelo grupo "Direita Para o Social" (DPS), durante os governos de Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro. O texto enfatiza que as ferramentas sugeridas pela Pedagogia Histórico-Crítica são mais eficazes no processo de ensino e aprendizagem. Isso porque elas oferecem uma abordagem mais humana, menos sujeita ao aparato comercial que influencia as condições pedagógicas.

Os objetivos do DPS se cristalizam no desenvolvimento de um projeto empresarial que se articula com as especificidades da Educação Básica pública. O direcionamento econômico é baseado em quatro pilares inter-relacionados: privatização, divisão técnica do trabalho, responsabilização pelo desempenho dos estudantes em avaliações externas e um nível minimalista de formação escolar (Pina, 2016 apud Pina e Gama, 2020, p. 80).

A ideia central do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (Brasil, 1995 apud Pina e Gama, 2020) é fundamentada no processo de privatização. Na teoria, isso tornaria o Estado mais eficiente, por meio da institucionalização de empresas públicas não estatais. Neste contexto, as "parcerias" privadas na educação deveriam se aliar aos mecanismos estatais para melhorar a qualidade do ensino, ao mesmo tempo em que aumentam a rentabilidade para as organizações capitalistas.

No decorrer desse processo, houve uma transferência da responsabilidade da educação pública para entidades privadas. Com o tempo, essas entidades influenciaram as propostas curriculares a também aderirem a esse projeto. Um exemplo disso são os objetivos da Fundação Itaú Social e da Fundação Lemann, que delinearum um modelo empresarial que transforma o diretor escolar em um gerente comercial, minimizando o poder decisório da comunidade local. Esta abordagem consolidou a presença de tutores pedagógicos que promovem uma constante supervisão e controle sobre os educadores. Como resultado, os professores tiveram que se adaptar aos padrões e práticas empresariais, o que ameaça a sua autonomia pedagógica (Pina; Gama, 2020, p. 80-83).

Observa-se também o condicionamento da divisão técnica do trabalho que segmenta os comandos educacionais em dois níveis: os formuladores pedagógicos no topo e os executores (professores, diretores) abaixo. Na mesma ordem de ideias, enquanto os primeiros são encarregados da elaboração das diretrizes e métricas avaliativas a serem seguidas, os segundos se inserem num sistema executório. Isso conduz esses profissionais a um caminho que os marginaliza e os subordina a setores externos e frequentemente alheios às realidades do ambiente pedagógico (Pina; Gama, 2020, p. 80).

A burocratização busca transformar as diretrizes institucionais em mais tecnicistas, cujo método serve para racionalizar os comandos educacionais vinculados aos setores empresariais. O objetivo é minimizar a subjetividade da ação humana e focar na obtenção de resultados mais eficientes, conforme os desejos das entidades privadas. No entanto, essa dinâmica falha em compreender a complexidade inerente ao processo educacional (Pina; Gama, 2020, p. 83).

O conceito de Pedagogia Histórico-Crítica é apresentado no trabalho já problematizado, uma vez que oferece uma abordagem oposta à pedagogia tecnicista. Pina e Gama (2020), fundamentados por Demerval Saviani (2006), interpretam a estrutura proposta pela BNCC como um direcionamento que descaracteriza a totalidade humana. Isso ocorre mediante um condicionamento que introduz na educação abordagens quantitativas, típicas de um enfoque industrial. Observa-se que, no modelo artesanal, existia uma vivacidade maior, proposta por indivíduos com mais autonomia sobre suas atividades. Contudo, com o avanço industrial, essa característica se perdeu, fazendo com que o trabalhador deixasse de ser o protagonista de seus próprios esforços laborais, tornando-se apenas uma peça em um sistema preestabelecido (Pina; Gama, 2020, p. 83).

A neutralidade e a objetividade são frequentemente enfatizadas pelo sistema educacional submetido aos comandos empresariais. Neste cenário, há uma minimização das responsabilidades atribuídas ao professor e ao aluno, já que essas condições são delegadas a um conjunto de práticas pré-definidas e programas elaborados por “especialistas” reconhecidos por uma estrutura que prioriza apenas aqueles dispostos a se alinhar ao sistema vigente. Assim, o processo educacional torna-se cada vez mais otimizado e mecanizado, buscando resultados percentualmente e numericamente favoráveis aos objetivos empresariais, em detrimento da qualidade da educação. As variáveis humanas se tornam, portanto, redundantes, consolidando a noção de que o processo educacional é uma linha de produção. Desta forma, estabelece-se um enfoque tecnicista na estrutura educativa com objetivos políticos e sociais, reforçando a educação como um veículo para o condicionamento à dominação. As habilidades e competências se tornam úteis apenas para manter o *status quo*, impossibilitando o desenvolvimento integral dos indivíduos que, com o tempo, tornam-se insensíveis às críticas estruturais da sociedade em que vivem (Pina; Gama, 2020, p. 83).

O Documento Curricular do Território Maranhense (SEDUC, 2019, p.435-438), em relação à disciplina de História, contextualiza inicialmente o desenvolvimento da cientificidade histórica e o processo que a conduziu ao reconhecimento como campo disciplinar a ser abordado em sala de aula. Destaca-se a fundação do Colégio Pedro II, no século XIX, no Rio

de Janeiro, como um marco desse novo momento. Nesse contexto, eram adotadas metodologias e perspectivas centradas na memorização dos conteúdos programáticos, com a ausência de criticidade sobre o que era apresentado pelo educador. Adotava-se também uma lógica linear dos acontecimentos, marcada por uma visão positivista, na qual a narrativa histórica era frequentemente centrada em grandes eventos diplomáticos e nas figuras reconhecidas dentro de uma hierarquia social elitista.

O texto enfatiza a importância da Escola dos Annales no processo de desconstrução desta visão tradicionalista, propondo abordagens focadas na história de grupos subalternizados ou excluídos. Além de reconhecer importantes segmentos teóricos que passaram a observar o tempo histórico por estruturas mais complexas, não apenas lineares, compreendendo as noções subjetivas que ele pode propor dependendo de quem o estude. Nota-se a importância que o documento coloca na perspectiva historiográfica francesa, utilizando-a como meio central nesta nova sequência de ideias e metodologias (SEDUC, 2019, p.435).

Discute-se que estas novas propostas historiográficas ainda se mostram muito tímidas quando introduzidas, nas práticas escolares, mesmo que já existam “manuais didáticos” que almejem possibilitar tais mudanças. “Entre as novas tendências nos currículos acadêmicos e escolares destaca-se também a introdução das temáticas de história da África, da cultura afro-brasileira e da história indígena previstas nas Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08” (SEDUC, 2019, p. 435).

No que se refere à perspectiva da história do Maranhão, o documento faz crítica as abordagens eurocêntricas, pois conduziram os estudantes a entenderem o processo histórico de sua região de forma desconectada, colocando em segundo plano os interesses locais em favor de uma visão externa. Propõe-se uma análise crítica aos estudos históricos sobre o Maranhão relacionados ao processo de colonização realizado por franceses, portugueses e holandeses, bem como as conjunturas econômicas resultantes dessas ocupações. Destaca-se também o processo de integração no circuito mercantilista, influenciado pela política administrativa do Marquês de Pombal no século XVIII, que intensificou as importações de escravos africanos e a exportação de produtos agrícolas, há outros aspectos relevantes.

Outros debates importantes que são propostos referem-se aos movimentos revoltosos durante o período regencial, como a Balaiada, e as conjunturas do século XIX, como a promoção da ideia de uma "Athenas Maranhense", título que evidencia os desejos de uma elite intelectual alinhada à cultura europeia. As transformações ocorridas com a Proclamação da República em 1889 também moldaram uma nova estrutura socioeconômica no Maranhão, contudo mantendo raízes escravistas evidenciadas em desigualdades.

Nas perspectivas contemporâneas, é potencializada a cultura popular do estado, suas comunidades quilombolas, etnias indígenas e os desafios que esses grupos enfrentam em cenários políticos e sociais adversos. A educação histórica, conforme o Documento Curricular do Território Maranhense, enfatiza a promoção de estudos sobre a diversidade da experiência humana, a interconexão entre passado e presente, e o desenvolvimento de habilidades críticas nos estudantes para que possam compreender o mundo em sua complexidade (SEDUC, 2019, p. 436-437).

Entretanto, assim como a BNCC, o Documento Curricular do Território Maranhense também enfrenta desafios na implementação efetiva de sua proposta. A formação de professores, a disponibilidade de recursos didáticos adequados, a superação de resistências arraigadas em práticas educacionais tradicionais e a necessidade de atualização constante são aspectos críticos a serem considerados. Além disso, é necessário avaliar como esses documentos dialogam com as realidades locais e as demandas específicas das comunidades escolares, a fim de evitar uma abordagem homogeneizante que ignore as diversidades culturais e sociais presentes no vasto território maranhense, que não pode ser centralizado nas características da capital São Luís.

Portanto, a análise crítica da BNCC e do Documento Curricular do Território Maranhense revela que ambos os documentos enfrentam desafios significativos na construção de currículos que promovam uma educação histórica inclusiva, crítica e contextualizada. A influência de diferentes atores e interesses, sejam eles de ordem política, econômica ou cultural, molda as diretrizes curriculares, exigindo uma constante reflexão e diálogo entre teoria e prática. A compreensão das dinâmicas do poder no campo educacional é fundamental para identificar como as estruturas curriculares podem reproduzir ou transformar as desigualdades presentes na sociedade. A busca por uma educação histórica que valorize a diversidade, promova o pensamento crítico e esteja conectada com as realidades locais é um desafio contínuo, que requer o envolvimento e a colaboração de professores, gestores, pesquisadores e comunidades escolares.

O progresso tecnológico tem gerado mudanças significativas no ambiente educacional, transformando a maneira como ensinamos e aprendemos. Nesse cenário, o Ministério da Educação (MEC) do Brasil, por meio do Guia de Tecnologias Educacionais organizado por Jeanete Beauchamp e Jane Cristina da Silva em 2008, apresenta uma abordagem abrangente para pré-qualificar tecnologias educacionais como um ponto de referência para a qualidade. Este trabalho, guiado por metas específicas, busca fornecer orientações que

direcionem a utilização de tecnologias por escolas e sistemas de ensino, promovendo padrões de qualidade para guiar o trabalho dos profissionais da educação básica.

Os objetivos delineados no guia (Beauchamp; Silva, 2008, pp. 17-18) buscam incentivar especialistas, pesquisadores, instituições de ensino e pesquisa, bem como organizações sociais, a contribuírem para o desenvolvimento de tecnologias educacionais inovadoras. Essas tecnologias são concebidas não apenas como instrumentos, mas como componentes essenciais para elevar a qualidade da educação básica, fomentando uma cultura de produção teórica voltada para a qualidade educacional e seus fundamentos específicos.

Ao detalhar os objetivos, observa-se o processo de avaliação e pré-qualificação de tecnologias, que aborda três eixos fundamentais. Em primeiro lugar, a disseminação dessas tecnologias visa modificar o cenário educacional em vários municípios brasileiros, proporcionando acesso a ferramentas inovadoras que orientem o trabalho dos profissionais da educação básica em áreas como gestão educacional, avaliação institucional, fluxo escolar, ampliação da jornada escolar, alfabetização, leitura, formação de leitores, processo ensino-aprendizagem, entre outras.

O Guia aborda orientações sobre softwares no ensino, visando educadores e alunos do ensino fundamental. Destaca-se o uso do Linux para alfabetização digital, incentivando guias práticos. Também menciona o Programa CEI para comunicação e expressão com TIC, além do aplicativo Elo Perdido para Educação Ambiental. Este documento oferece citações e observações para aplicação em sala de aula, incluindo formação à distância para professores, abordando objetos de aprendizagem. O público-alvo são professores multiplicadores de diversas instituições de ensino.

O Guia de Tecnologias Educacionais de 2012 apresenta propostas semelhantes ao Guia de 2008, indicando uma ampla gama de temas, softwares, formações pedagógicas. Há uma variedade de recursos, desde programas de gestão escolar até ferramentas educacionais, incluindo uma série de atividades e iniciativas para promover a aprendizagem, utilizando tecnologias diversas. A estrutura de ambos os guias segue um padrão semelhante, dividindo as informações em seções como Gestão da Educação, Ensino-Aprendizagem, Formação dos Profissionais da Educação, Educação Inclusiva, Portais Educacionais, Educação para a Diversidade, Campo, Indígena e Jovens e Adultos, e Educação Infantil. Cada seção oferece uma variedade de recursos e ferramentas educacionais para implementação em diferentes contextos educacionais.

Observa-se que o governo federal já propunha documentos curriculares que serviriam como orientação para o desenvolvimento tecnológico educacional. Este Guia

demonstra uma completude bastante interessante para o período. Um ponto relevante que se destaca é a transformação nas perspectivas em relação aos interesses de estudo dos estudantes contemporâneos, se comparados aos oferecidos há mais de 10 anos. Do ponto de vista histórico, esse passado é muito recente, caracterizando-se, portanto, por uma mudança cada vez mais acelerada nas estruturas tecnológicas desenvolvidas e oferecidas nos dias de hoje. Isso suscita ainda mais o debate sobre a necessidade de abordar tais avanços, permanências e mudanças no processo de experimentação do educando com ferramentas digitais disponibilizadas por instituições de ensino público e privado.

O "Currículo de Referência em Tecnologia e Computação" para a Educação Infantil ao Ensino Fundamental, de 2020, apresenta uma estrutura abrangente e fundamentada em diversas referências. A introdução contextualiza o documento, indicando sua relevância. Em seguida, a seção "Referências para Elaboração do Currículo" destaca influências como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e outros referenciais, como os da Sociedade Brasileira de Computação (SBC), currículos de diferentes países, como Austrália, Estados Unidos e Reino Unido, além da contribuição da cidade de São Paulo.

A seção principal, "O Currículo de Referência em Tecnologia e Computação", inicia com a concepção do currículo, delineando a visão que norteia sua elaboração. A organização do currículo é detalhada, destacando eixos estruturantes, conceitos, habilidades, práticas, alinhamento com a BNCC, avaliação, materiais de referência e níveis de adoção de tecnologia por escolas e docentes.

A seção "Como Acessar o Currículo" fornece informações práticas sobre como os interessados podem ter acesso ao documento, promovendo a transparência e a facilidade de consulta. A "Proposta Curricular" é dividida em seções correspondentes aos diferentes segmentos educacionais. Para cada ano, tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental I e II, são apresentadas propostas curriculares específicas, detalhando as diretrizes para os respectivos níveis de ensino.

Ao apresentar a proposta curricular, o documento discute as expectativas de aprendizado em cada ano, abordando os objetivos para Educação Infantil e para cada série do Ensino Fundamental. Isso envolve o desenvolvimento de habilidades específicas, práticas pedagógicas recomendadas, alinhamento com a BNCC e, quando pertinente, materiais de referência sugeridos. Essa estrutura abrangente busca proporcionar um guia completo e consistente para o ensino de Tecnologia e Computação nas etapas mencionadas.

A Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, delinea a Política Nacional de Educação Digital (PNED), reforçando padrões e resultados nas políticas públicas para o acesso digital no

Brasil. Enquanto a PNED busca aprimorar competências digitais, o pensamento de Pierre Lévy, exposto em "Cyberculture" (1999), ressoa ao considerar a sociedade como condicionada pela tecnologia. Ele destaca as potencialidades virtuais que, de acordo com a filosofia aristotélica, se entrelaçam com o real. Nesse contexto, a PNED realça a importância do letramento digital na educação básica, conectando-se com a visão de Lévy sobre a influência das estruturas virtuais na sociedade. Adicionalmente, a Ciberaprendizagem, conforme explorada por Raimundo Xavier, destaca-se. O Ciberespaço, definido como ambientes digitais, encontra paralelos com a visão de Lévy sobre virtualidade. A interação interdependente entre Ciberespaço e Ciber corpo, onde a realidade virtual se conecta ao corpo humano, ressoa com as preocupações de Pierre Lévy sobre a distinção entre realidade virtual e realidade cotidiana. Assim, a PNED, a teoria de Lévy e a Ciberaprendizagem convergem ao reconhecer a importância do mundo digital na formação, capacitação e identidade do indivíduo na sociedade contemporânea.

O "Currículo de Referência em Tecnologia e Computação" para a Educação Infantil ao Ensino Fundamental, de 2020, apresenta uma estrutura abrangente e fundamentada em diversas referências. A introdução contextualiza o documento, indicando sua relevância. Em seguida, a seção "Referências para Elaboração do Currículo" destaca influências como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e outros referenciais, como os da Sociedade Brasileira de Computação (SBC), currículos de diferentes países, como Austrália, Estados Unidos e Reino Unido, além da contribuição da cidade de São Paulo. A seção principal, "O Currículo de Referência em Tecnologia e Computação", inicia com a concepção do currículo, delineando a visão que norteia sua elaboração.

A organização do currículo é detalhada, destacando eixos estruturantes, conceitos, habilidades, práticas, alinhamento com a BNCC, avaliação, materiais de referência e níveis de adoção de tecnologia por escolas e docentes. Ao apresentar a proposta curricular, o documento expõe as expectativas de aprendizado em cada ano, abordando os objetivos para Educação Infantil e para cada série do Ensino Fundamental. Isso envolve o desenvolvimento de habilidades específicas, práticas pedagógicas recomendadas, alinhamento com a BNCC e, quando pertinente, materiais de referência sugeridos. Essa estrutura abrangente busca proporcionar um guia completo e consistente para o ensino de Tecnologia e Computação nas etapas mencionadas.

No contexto do eixo temático "Cultura Digital" no currículo do 9º ano do Ensino Fundamental, a competência em letramento digital é destacada, apresentando habilidades específicas que podem ser problematizadas pelo educador durante a aplicação de um website.

A habilidade "EF09LP03" incentiva os alunos a produzirem artigos de opinião, explorando temas polêmicos e utilizando diferentes tipos de argumentos. Paralelamente, a habilidade CD09LD01 busca que os estudantes criem e mantenham sites e blogs, fomentando a expressão individual ou coletiva online. O nível intermediário de adoção do docente é avaliado pela capacidade do aluno em produzir e manter um site ou blog, sendo a prática sugerida a criação de um site pessoal ou blog para expressão diária.

Outra habilidade relevante no eixo é a EF09LI08, que propõe aos alunos explorar ambientes virtuais de informação e socialização, analisando a qualidade e validade das informações veiculadas. Este aspecto se alinha ao nível básico de adoção da escola (Raabe, 2020, p. 94). A relação entre essas habilidades e a aplicação prática em um website será abordada mais detalhadamente no próximo tópico deste capítulo, proporcionando uma compreensão mais aprofundada da integração desses elementos no ambiente educacional.

### **3.3 Aplicando a Ciberaprendizagem por meio do Acervo Digital da Guerrilha do Araguaia.**

O conceito de Pedagogia Histórico-Crítica de Saviani (2011) teoriza e elabora ações pedagógicas que permitem a incorporação do conhecimento científico na vida escolar dos educandos, haja vista que esta prática de ensino é oriunda do debate teórico-metodológico feito pelo autor que não identificou, a partir da leitura e análise das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituídas em 20 de dezembro de 1961<sup>10</sup> e 20 de dezembro de 1996<sup>11</sup>, as delimitações e a instituição de um sistema educacional brasileiro. Dessa forma, Saviani (2011) propõe que todo educando deve ser inserido democraticamente, de forma sistemática, dentro de uma estrutura educativa que o permita compreender a cultura letrada, de forma que a base de sua proposição advém da “Filosofia da Práxis” marxista, que visa constituir, de forma dialética, a interdependência da teoria e da prática pedagógica no processo de ensino - aprendizagem.

Na sua pesquisa, Saviani (2011) identificou duas correntes pedagógicas que, quando problematizadas, facilitaram a sua compreensão sobre a não consolidação de um sistema de ensino no Brasil. Estas pedagogias foram classificadas como “não-críticas” e “críticas”. Sobre a concepção “não-crítica”, Saviani pontua sobre os métodos pedagógicos

---

<sup>10</sup> Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 4.024

<sup>11</sup> Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394

implantados pelas frações de classes burguesas que não articularam a educação com o campo social, e por isso acabaram promovendo metodologias que apenas reproduziram as condições das frações de classes dominantes, isto é, não consistia em uma ação libertadora. Essa prática não reconhecia os limites da educação, nem as suas determinações (Saviani, 2011, p. 78).

O filósofo pedagogo salienta que as teorias “críticas”, embora tenham demonstrado os limites da educação, também reduziram a função da escola à mera reprodução político-social vigente. Saviani (2011) cita as propostas de Bourdieu e Passeron, sobre a teoria do sistema de ensino enquanto violência simbólica (1970); Louis Althusser, no que tange à ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (1985); Christian Baudelot e Roger Establet, a respeito da escola capitalista na França (1971). Todos esses teóricos, segundo o autor, problematizam sobre as contradições políticas nas disputas entre as frações de classes sociais. Todavia, quando tal debate era voltado para as estruturas educacionais esses entraves desapareciam, pois o ensino era mencionado apenas como instrumento a serviço das classes dominantes e não como um recurso fundamental para o processo crítico-libertador do indivíduo. Fazia-se necessário enunciar uma estrutura pedagógico-metodológica que fosse contra as estruturas hegemônicas implantadas pelas frações de classes burguesas dominantes (Saviani, 2011).

Portanto, o autor concluiu que para ser implantado um sistema de ensino revolucionário o caminho trilhado não deveria ser nem no âmbito exclusivamente da “escola tradicional”, nem da “escola nova”<sup>12</sup>. Faz-se necessário constituir uma teoria que supere a ambas, e incorpore seus avanços e sobrepuje os seus limites. A perspectiva marxista, nesse sentido, é utilizada por Saviani como referência teórica basilar para a criação da sua Pedagogia Histórico-Crítica. Ele enfatiza que Marx pensava a concretude social como sendo uma síntese de múltiplas determinações, isto é, a unidade na diversidade. Nesse sentido, a teoria educacional do autor pode ser compreendida como um método de ensino-aprendizagem que deve ser aplicado primeiramente na instância empírica, ou seja, na percepção imediata do concreto. Essas impressões imediatistas e caóticas do indivíduo devem ser mediadas através da análise teórica introduzida pelo professor por meio dos assuntos escolares a serem ensinados. Dessa forma, o educando partirá da percepção sincrética em direção à sintética, isto é, do empírico

---

<sup>12</sup> Saviani identifica dois tipos de segmentos pedagógico-educacionais que foram implantados no Brasil ao longo de sua história: as chamadas teorias da “escola tradicional” (instituída no país entre 1549 a 1932) e da “escola nova” (instituída no país entre 1932 até os tempos atuais). Esta última foi remodelada pelas concepções neoprodutivistas, neoescolanovistas e neoconstrutivistas. O autor afirma que a educação foi se transformando e se contrapondo às perspectivas da pedagogia tradicional, na medida em que os governos contemporâneos começaram a promover discursivamente os ideários de uma “educação nova”, portanto “renovadora”, que deveria permitir a liberdade dos indivíduos. No entanto, essas propostas não passaram do campo discursista e nunca foram concretizadas mediante a construção sistemática de uma ação pedagógica nacional.

caótico e confuso ao concreto. Esse processo dialético Saviani chama de Ponto de Partida e Ponto de Chegada. Após as primeiras impressões, o educador deve fazer o caminho inverso e mediar o aluno a observar o empírico (a sincrese) por meio do concreto, isto é, por meio da realidade (a síntese). Dessa forma, a perspectiva do materialismo histórico de Marx não é problematizada por Saviani como uma ação meramente mecanicista, haja vista que o autor também se utiliza das teorias gramscianas para embasar o seu trabalho.

A partir de sua leitura da obra de Gramsci “A concepção dialética da história” (1978), Saviani (2011) compreende que as problematizações filosóficas educacionais possuem um papel prático na vida dos educandos, na medida em que a “Filosofia da Práxis” “(...) é um movimento prioritariamente prático, mas que se fundamenta teoricamente, alimenta-se da teoria para esclarecer o sentido, para dar direção à prática” (Saviani, 2011, p. 120). A história torna-se um instrumento fundamental que permite ao educando compreender o seu passado, e os processos que o levaram a viver em uma conjuntura político-social específica. O papel da escola libertária deve proporcionar no indivíduo a autoconsciência crítica, primeiramente na estrutura ética e posteriormente no campo político (Gramsci, 1978, p. 20). Na medida em que a hegemonia é disputada por uma fração de classe contrarrevolucionária, as instituições de ensino precisam possibilitar a autocrítica dos sujeitos que pertencerão organicamente a esta organização classista, possibilitando que estes sujeitos sejam capazes de articular e manusear os Projetos de Hegemonia com o objetivo central de nacionalizá-los. A escola, entendida por Gramsci como um Partido Político, precisa combater o fanatismo ideológico e permitir que o indivíduo seja imerso em uma noção de mundo que ele se sinta pertencente (Gramsci, 1978, p. 22).

Saviani (2011) enfatiza que o “Saber Popular” deve ser utilizado como ação instrumental para a aproximação do indivíduo à sua realidade político-social. No entanto, mais uma vez, essa proposta não deve ser compreendida de forma mecanicista, haja vista que “nem o saber erudito é puramente burguês, dominante, nem a cultura popular é puramente popular. A cultura popular incorpora elementos da ideologia e da cultura dominantes que, ao se converterem em senso comum, penetram nas massas” (Saviani, 2011, p. 69).

Nesta pesquisa, o “Saber Popular” ganha contornos de extrema relevância na medida em que se busca proporcionar para os educandos, pertencentes às frações de classes subalternizadas, uma compreensão histórica que valorize particularismos identitários do contexto socioespacial em que o estudante está inserido. Essa metodologia será posta em prática a partir das abordagens referentes à Guerrilha do Araguaia, que tratam sobre os sujeitos camponeses que por vezes foram e ainda são silenciados pela historiografia.

Nesse sentido, este referencial teórico se adequa aos pressupostos gramscianos, uma vez que a esfera cultural não é desassociada da esfera político-econômica, tampouco subordinada às suas condições. Trata-se de uma análise que busca problematizar a dialética relação entre os espaços da “Sociedade Civil” e “Sociedade Política” a partir de uma investigação sobre as experiências camponesas, por intermédio dos objetos de pesquisa já relatados, a partir do contexto da Guerrilha do Araguaia, a qual será uma das questões centrais discutidas no Website.

As experiências dos trabalhadores rurais mediante os relatos de opressão e tortura mencionados por eles tornam-se uma questão fulcral para a conexão da realidade vivida por estes sujeitos, e pelas realidades das famílias de muitos estudantes que vivem sob a opressão das frações de classes dominantes que regem as Forças do Estado brasileiro, seja na esfera urbana, ou na esfera rural. A perspectiva gramsciana nos permite entender que a ação pedagógica deve ser compreendida como parte de um projeto revolucionário, portanto, quando os alunos assimilarem as lutas e resistências travadas pelos sujeitos camponeses a ideia é que estes possam ter uma noção de vida que desnatura a opressão.

O processo de autoidentificação, autoafirmação e autoconscientização do educando será realizado a partir das perspectivas da Ciberaprendizagem, que é um campo de ação pedagógica consequente das relações entre a Cibercultura, o Ciberespaço e o Cibercorpo. Segundo Raimundo Xavier (2004), o Ciberespaço são todos os ambientes de comunicação digital, caracterizados pela espacialidade não física, e pela inserção multimídia na rede online, que o autor identifica como World Wide Web (WWW). A relação entre este espaço virtual e as novas realidades tecnológicas que culminam na construção de um híbrido homem-máquina, a partir da interação interdependente que este tem como Ciberespaço, é o que constitui o Cibercorpo. Os conhecimentos produzidos e adquiridos mediante esta nova identidade humana que conecta o Ciberespaço ao Cibercorpo é o que Xavier (2004) identifica como Ciberaprendizagem.

Pierre Lévy, na sua obra “Cyberculture” (1999) publicada inicialmente em 1997, propõe que a sociedade não é determinada, mas está condicionada pela tecnologia. A partir de uma assimilação com a filosofia aristotélica, ele sugere que a virtualidade é caracterizada pelas inúmeras potencialidades a serem ainda descobertas dentro de uma estrutura planetária cada vez mais conectada. Estas potencialidades podem ser compreendidas pelos avanços tecnológicos responsáveis pela gradativa inserção dos sujeitos nas estruturas virtuais, e pelas novas funcionalidades que estes ambientes podem servir para a humanidade. Para este filósofo e sociólogo francês, o real e o virtual possuem diferenças que não estabelecem oposições entre

si, mas que constituem interações entre os espaços físicos e não-físicos. Todavia, ele também destaca que “não podemos confundir a realidade virtual com a realidade cotidiana, da mesma forma como não podemos confundir um filme ou um jogo com a (verdadeira realidade)” (Lévy, 1999, p. 71).

A virtualidade, dessa forma, é compreendida pelo autor como um componente simbólico do real. Uma das hipóteses centrais da sua obra consiste na afirmação de que o ambiente virtualizado é universal, porém, não totalizador. Dessa forma, o virtual abrange ideias, valores e simbologias pluralizadas que são conectadas a partir da experiência em rede. Esse processo de conectar, ressignificar, pluralizar e intermediar pensamentos e perspectivas sobre um ou mais objetos sociais permite que a sociedade construa concepções mais coletivizadas, o que o autor conceitua de “Inteligência Coletiva” (Lévy, 1999).

É interessante destacar que um dos objetivos práticos da Pedagogia Histórico-Crítica consiste na inserção do indivíduo nos debates científicos da cultura letrada da sociedade, dessa maneira, a Ciberaprendizagem torna-se um instrumento de grande relevância para que essa ação pedagógica seja possível, haja vista que o Ciberespaço não deve ser mais considerado uma projeção utópica.

Antes de tudo, é importante ressaltar que esta pesquisa não está alheia às desigualdades sociais que estruturam a formação educacional dos indivíduos brasileiros, nem sustenta noções infundadas sobre ideias meritocráticas, haja vista que existe um sucateamento do ensino público da rede básica brasileira. Mas, também é válido propor que as tecnologias do Ciberespaço já não são apenas fetiches capitalistas como foram no início do século XX, na medida em que a conectividade está se tornando uma estrutura política, econômica e social praticamente inerente à vida humana.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 87% dos domicílios urbanos do Brasil possuem acesso à internet. Nos domicílios rurais, o índice saltou de 49,2% em 2018 a 55% em 2019. Isso demonstra que o conhecimento científico não deve ser compreendido como um produto monopolizado pelas instituições acadêmicas e escolas público-privadas. Esses organismos educacionais também estão se atualizando e adequando ao “novo normal” intensificado no período pandêmico da Covid-19<sup>13</sup>.

Por conta dessa conjuntura real, a proposição da Ciberaprendizagem também se torna um fator inerente ao fazer pedagógico dos tempos atuais. Essa nova fase do ensino-

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2021/abril/pesquisa-mostra-que-82-7-dos-domicilios-brasileiros-tem-acesso-a-internet>. Acessado em: 02/01/2022

aprendizagem deve ser compreendida dentro de uma lógica que permita ao educando se sentir historicamente representado pelas novas tecnologias na qual ele está imerso inevitavelmente. Assim sendo, a relação entre o Ciberespaço com o Ciber corpo, mediante a instrumentalização da Ciberaprendizagem, são elementos que emergem da Cibercultura enquanto “(...) prática de comunicação interativa, recíproca, comunitária e intercomunitária, o ciberespaço como horizonte de mundo virtual vivo, heterogêneo e imortalizável no qual cada ser humano pode participar e contribuir” (Lévy, 1999, p. 126).

Retornando à perspectiva gramsciana, esta participação e contribuição coletiva devem ser intermediadas na prática pedagógica por meio das ponderações do educador, na medida em que é necessário compreender as funcionalidades da Escola na formação político-social do sujeito. Gramsci entende que a Escola tem uma função orgânica na elaboração e nacionalização de uma elite intelectual responsável pela nacionalização de um projeto de hegemonia, ou contra hegemonia, e que deve servir para a construção da “vontade coletiva nacional-popular”. Essa noção essencial da Escola é melhor dinamizada quando o pensador sardo afirma que todo indivíduo pode ser considerado um ser filósofo, tendo em vista que este possui condições para gerir ideias e compreensões plurais. Por conta disso, a potencialização dessa condição de pensar, inerente ao sujeito, faz da educação uma ação formativa do homem integral, a partir do momento em que ele é possibilitado a aprofundar os saberes técnicos e intelectuais a partir da ação Escolar (Gramsci, 1978; 2001).

Dessa forma, a Escola para Gramsci deve ser democrática e unitária, haja vista que a sua função primordial é permitir o processo de emancipação humana e a maturação da intelectualidade coletiva. A instituição Escolar é compreendida pela via da democratização do conhecimento e, também, enquanto formadora de futuros dirigentes de uma sociedade igualitária. Nesse sentido, Gramsci critica a divisão mecanicista dos projetos de ensino italianos das chamadas “escolas profissionais”, que se destinavam “às classes instrumentais”, e das “escolas clássicas”, que se destinavam às classes dominantes (Gramsci, 1991, p. 118).

Os escritos de Gramsci, embora tenham sido feitos no século passado, são de extrema relevância para as perspectivas pedagógicas da contemporaneidade. Esses debates teóricos serviram como base epistemológica para muitas proposições de Saviani (2011), que, a partir da Pedagogia Histórico-Crítica, terá seus métodos de Ponto de Partida e Ponto de Chegada conectados e instrumentalizados no horizonte da Ciberaprendizagem proposta neste trabalho, a partir da criação de um Website sobre a Guerrilha do Araguaia.

O "Acervo Digital da Guerrilha do Araguaia" foi construído em um espaço virtualizado, disponibilizado gratuitamente pela internet. Ele é caracterizado pela utilização de

hipertextos e ferramentas multimídias que, quando combinadas, compõem uma estrutura de hipermídia, ou seja, a disponibilização das informações propostas em um website. Por hipertextos, entende-se toda e qualquer informação textual combinada com imagens (animadas ou fixas) e sons que promovem uma leitura não linear, baseada em indexações e associações de ideias e conceitos, sob a forma de 'links' - portas virtuais (Lemos, 1998, p.35 apud Xavier, 2004, p.54). Multimídias, por sua vez, referem-se ao uso de várias mídias (sonoras, imagéticas, textuais) e à interatividade proporcionada em ambiente de informática (Rocha, 1997, p.33 apud Xavier, 2004, p.54).

Este produto educacional foi editado, informatizado e publicado por meio da plataforma Wix.com, que contém um editor online interativo e acessível para a montagem e estruturação de espaços virtuais dinamizados. O Template do Acervo contém palavras e imagens nítidas, linkadas a outras áreas e subáreas do produto educacional virtual. Foram disponibilizados o debate historiográfico sobre a Guerrilha do Araguaia e as fontes utilizadas na dissertação desta pesquisa, a partir de recortes específicos ("Orvil – Tentativas de Tomada de Poder" / Versão documental e jornal "A Classe Operária"). Também foram compartilhados por meio de links direcionáveis. Para acessar este produto navegue em: [araguaiadigital.com](http://araguaiadigital.com)<sup>14</sup>.

Na página inicial do Acervo, destacava-se imediatamente a logomarca do projeto, simbolicamente representando o rio Araguaia, adornado com um pôr-do-sol ao final. Essa representação não apenas capturou a simbologia do evento histórico, marcado pelas águas do Araguaia, mas também representou a exposição de valores camponeses por meio da terra que habitavam, solidificada pela luta proporcionada por militantes e militares. As imagens extraídas do Acervo-globo na mesma página retratam momentos vividos pelos guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil, camponeses e militares das Forças Armadas. Estas incluíram cenas de rendição, o uso de armas de fogo por militares e guerrilheiros, assim como o emprego de helicópteros pelas Forças Armadas.

### Imagem 1 – Print do logotipo e menu central do Acervo\*

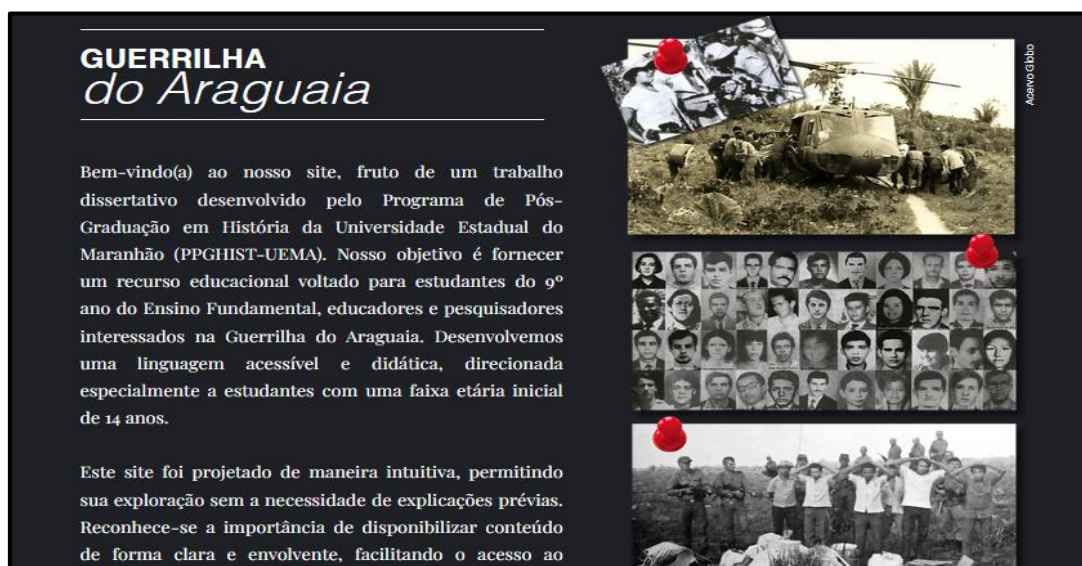


Fonte: Arquivo Pessoal \*

<sup>14</sup> O presente domínio e o acesso ao site só estará totalmente disponível após a validação final da banca avaliadora desta dissertação. Vale destacar que o

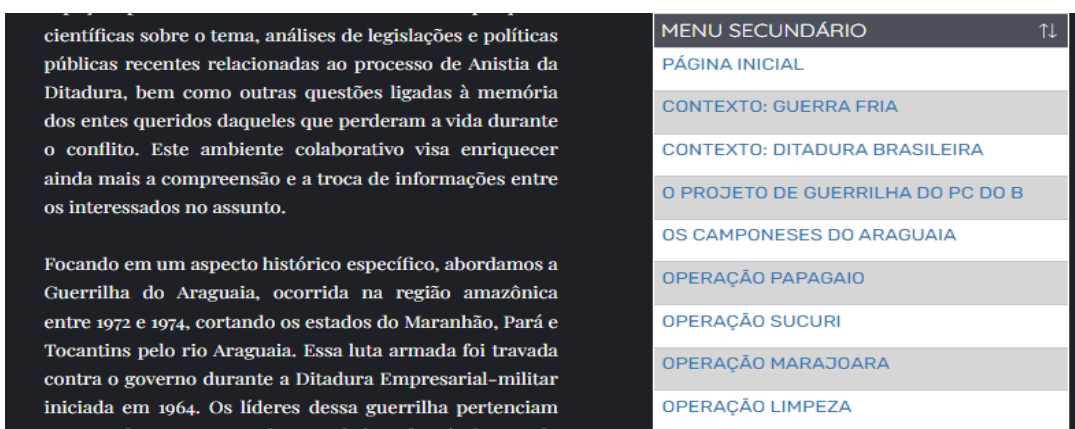
Além disso, a página inicial do website oferece uma breve explicação sobre a Guerrilha do Araguaia. Na parte inferior, um menu secundário apresenta tópicos com hiperlinks internos, redirecionando o visitante para abas específicas que exploram o contexto da Ditadura Empresarial-militar brasileira, o projeto da guerrilha do PCdoB, as experiências dos camponeses, as operações Papagaio, Sucuri, Marajoara e Limpeza. Este menu também proporciona a opção de retornar à página inicial. Assim, ao clicar em qualquer tópico, o visitante será direcionado para uma página específica, onde o mesmo menu está replicado para facilitar a navegação, seja para a página de origem ou outras abas do site.

**Imagem 2** – Print da página inicial do Acervo\*



Fonte: Arquivo pessoal (2024) \*

**Imagem 3** – Print do menu secundário do Acervo\*



Fonte: Arquivo pessoal

Ainda na página inicial, destaca-se o menu central do site, um elemento fixo em toda a navegação, apresentado de forma horizontal para garantir acessibilidade em qualquer aba. O menu secundário, por sua vez, só é ativado ao acessar um tópico específico.

O menu central abrange abas fundamentais, incluindo a opção "Acervos". Ao clicar nesta aba, os navegantes são conduzidos a uma página introdutória sobre o conceito intitulada "Acervo Histórico Digital", ressaltando a importância das fontes históricas e a construção do conhecimento por meio de análises historiográficas. As informações foram elaboradas em uma linguagem acessível, direcionada a diversos públicos, desde professores até estudantes do ensino fundamental.

**Imagem 4** – Print da aba “Acervos” \*



Fonte: Arquivo pessoal\*

Dentro do tópico "Acervos", destacam-se outras abas como “Sobre o Acervo”, "Fontes Históricas" e "Produções Acadêmicas". Ao explorar “Sobre o Acervo”, é explicada a base teórica que levou à construção deste trabalho. Em "Fontes Históricas", os visitantes são redirecionados para uma aba detalhada, apresentando as fontes utilizadas na dissertação, com foco especial no periódico "A Classe Operária" e no projeto “ORVIL: Tentativas de Tomadas do Poder”. Estas fontes foram resumidas de maneira concisa, acompanhado por uma imagem do jornal e livro, além de um link direto para acessar os arquivos no Google Drive, divididos em partes. Facilitando a busca, uma tabela lista os tópicos tratados na perspectiva comunista e militar, permitindo um acesso intuitivo aos capítulos desta dissertação relacionados à Guerrilha do Araguaia. As tabelas relacionadas a estes Acervos estão detalhadas nos apêndices "A", "B", "C" e "D" desta pesquisa.

**Imagem 5** – Print da aba “Sobre o Acervo” \*

OBJETIVOS <i>e Relevância</i>	REFERENCIAL <i>Teórico</i>
<p>O 'Acervo Digital da Guerrilha do Araguaia' é um projeto resultante de um mestrado realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Este acervo foi desenvolvido com o objetivo de proporcionar uma fonte rica de informações sobre a Guerrilha do Araguaia, um evento significativo da história brasileira.</p>	<p>O conceito de Pedagogia Histórico-Crítica de Saviani (2011) busca incorporar o conhecimento científico na educação dos estudantes. Esse método educacional surgiu de debates teóricos sobre as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e visa oferecer uma estrutura que permita aos alunos compreender a cultura letrada de forma democrática.</p> <p>Saviani (2011) identificou duas abordagens na</p>

Fonte: Arquivo pessoal\*

**Imagem 6** – Print da tabela sobre o Orvil em “Fontes Históricas” \*

ACERVO 'ORVIL'		Buscar
Capítulos	Volumes, Partes, Tópicos e Descrições	Pág.
	1º VOLUME	
	2ª Parte: A Segunda Tentativa de Tomada do Poder	
Cap. I "As divergências no Movimento Comunista"	5. PC do B: a primeira grande cisão no PCB O texto examina a "organização ideológica no seio do PCB e sua subsequente divisão, culminando na criação do Partido Comunista do Brasil (PC do B) em 1962. Explica que esta nova entidade visava fomentar uma mobilização contra sistemas repressivos, como o imperialismo e a propriedade latifundiária. Também analisa documentos como o manifesto-programa do PC do B, e sublinha o impacto de organizações comunistas globais, especificamente da União Soviética e da China. A partir de 1963, o PC do B incorpora a filosofia de Mao Tse-Tung, o que catalisa o surgimento do projeto de combate conhecido como Guerrilha Araguaia".	48
	3ª Parte: A Terceira Tentativa de Tomada do Poder	

Fonte: Arquivo pessoal\*

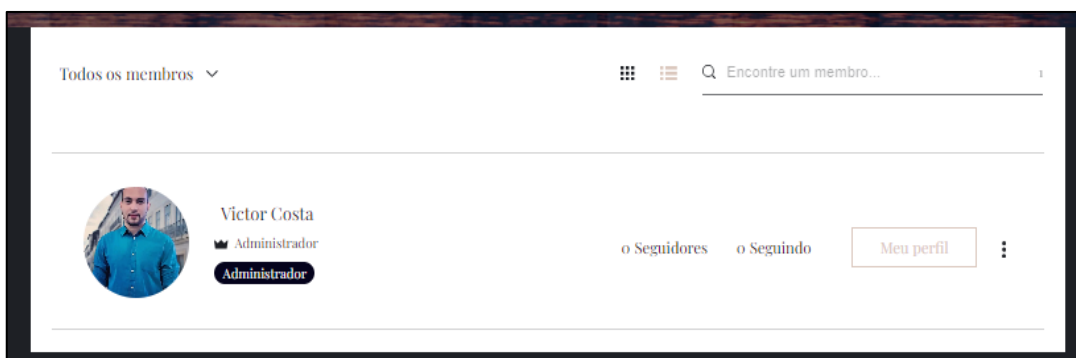
A aba “Fórum de Discussão” proporciona um espaço dedicado à análise aprofundada dos trabalhos científicos sobre a Guerrilha do Araguaia. Nesse ambiente, os participantes, especialmente professores e pesquisadores, podem debater não apenas os aspectos históricos, mas também explorar conexões com o ensino de história, abordando debates curriculares e outros temas relevantes. A área de membros permite aos usuários analisar postagens, seguir colegas, e visualizar todas as participações nos fóruns. Ao criar uma conta no site, os participantes podem ativar notificações para estar sempre atualizados. Essa iniciativa visa transcender as instâncias pedagógicas do ensino básico, promovendo a interconexão entre o ensino fundamental e as discussões acadêmicas, fortalecendo a comunidade de aprendizado.

**Imagem 7** – Print do “Fórum da Guerrilha do Araguaia” \*



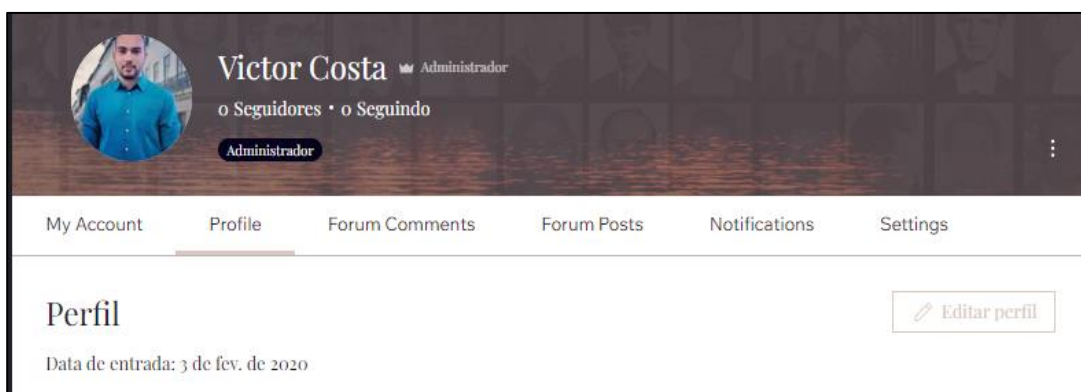
**Fonte:** Arquivo pessoal\*

**Imagem 8** – Print do “Área de Membros” \*



**Fonte:** Arquivo pessoal

**Imagem 9** – Print do “Perfil” dos visitantes \*



**Fonte:** Arquivo pessoal

Ainda nesta aba foram aplicados os conceitos de Ciberaprendizagem e Pedagogia Histórico-Crítica, introduzindo elementos cruciais para a construção do conhecimento histórico mediado pelo educador. A abordagem pedagógica proposta buscou criar um conteúdo mais desafiador e problematizado, adaptado à elaboração de elementos didáticos funcionais para estudantes do 9º ano do ensino fundamental. Dentro desta seção, os professores possuem acesso ao texto final desta dissertação que visa não apenas fornecer informações sobre a Guerrilha do Araguaia, mas também oferecer ferramentas para a construção de sequências didáticas que fortalecem a formação de uma explicação sólida sobre o tema.

Portanto, o website tem como objetivo criar ambientes úteis para diversos indivíduos, como o acervo digital digitalizado, fornecendo uma ferramenta de busca para estudantes, pesquisadores e educadores. O fórum de discussão servirá como um ambiente onde educadores podem trocar ideias mediadas pelo administrador do site, abordando sequências didáticas para trabalhar sobre o site.

Este fórum será acessível e exclusivo para membros inscritos, permitindo discussões democráticas e focalizadas. Vale ressaltar que a área de membros permitirá que estudantes e professores se inscrevam, participando de debates específicos. Por exemplo, professores poderão trabalhar questões relacionadas a sequências didáticas, enquanto alunos poderão abordar temas mais acessíveis para sua faixa etária. O website não tem como objetivo ser finalizado apenas nessa pesquisa, sendo projetado para expansão constante e atualização com novas fontes históricas, pesquisas e fóruns dinâmicos.

A Pedagogia Histórico-Crítica de Demerval Saviani (1984, p. 37) foi utilizada como referencial teórico nesta proposta, destacando-se pela ênfase na compreensão crítica e contextualizada do processo de ensino-aprendizagem. Esse método busca instigar a reflexão dos alunos, proporcionando uma aprendizagem mais profunda e significativa sobre eventos históricos, como a Guerrilha do Araguaia.

Por sua vez, a abordagem de Ciberaprendizagem, segundo Pierre Lévy (1999, p. 73), traz elementos contemporâneos para o processo educacional, enfatizando o uso das tecnologias digitais para aprimorar a aprendizagem. Nesse contexto, o Acervo Digital da Guerrilha do Araguaia propõe estratégias que incorporam recursos tecnológicos, visando engajar os estudantes de maneira inovadora e ampliar suas possibilidades de interação com o conteúdo central.

Durante o 9º ano do Ensino Fundamental, a abordagem da Guerrilha do Araguaia em sala de aula se alinha de maneira abrangente aos objetivos pedagógicos propostos pela BNCC. As habilidades EF09HI19 a EF09HI21 são especialmente contemplados no Acervo

Digital, uma vez que os alunos têm a oportunidade de identificar e compreender o processo que culminou na Ditadura Empresarial-militar no Brasil, bem como discutir questões relacionadas à memória e à justiça, especialmente no que diz respeito aos casos de violação dos direitos humanos.

Ademais, ao explorar a Guerrilha do Araguaia, os estudantes são incentivados a discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira que emergiram durante esse período conturbado como proposto na habilidade EF09HI20. A identificação e relação das demandas camponesas como formas de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura também são abordadas, conectando-se diretamente à habilidade EF09HI21.

A contextualização do período de vigência do AI-5 à fase de maior repressão da ditadura é discutida, permitindo aos alunos entenderem os motivos que levaram diversos grupos a aderir à luta armada no Brasil. Além disso, são abordadas as estratégias e ações do regime militar na repressão a esses grupos, promovendo uma compreensão mais ampla do tema.

A análise da relação entre a sociedade e o Estado durante o governo Médici é proporcionada aos alunos, possibilitando uma reflexão aprofundada sobre esse aspecto histórico. Por fim, a discussão sobre o papel da propaganda nesse contexto político é incentivada, contribuindo para uma compreensão mais abrangente do período da ditadura civil-militar no Brasil.

Mediante o Documento Curricular do Território Maranhense (2019, p. 439) no Maranhão, um estado com notável presença afro-indígena, a narrativa histórica oficial perpetua uma identidade vinculada ao século XIX, distante da rica diversidade cultural da região. Em conformidade com a proposta da BNCC de 2017, busca-se abordar de forma problematizadora temas sociais, políticos, culturais e econômicos, visando uma compreensão histórica construída por diferentes sujeitos no cotidiano, enriquecendo a prática pedagógica dos educadores, que se apresenta como uma contribuição para fortalecer o ensino e aprendizagem, seguindo uma abordagem não linear e integrada a diversas vertentes e questões sociais, políticas, econômicas e culturais.

No eixo "Cultura Digital" do 9º ano do Ensino Fundamental do Currículo de Referência em Tecnologia e Educação, destaca-se a importância do letramento digital, com habilidades específicas abordadas ao utilizar websites. A competência "EF09LP03" incentiva a produção de artigos de opinião sobre temas polêmicos, enquanto a habilidade CD09LD01 promove a criação de sites e blogs para expressão online. A avaliação do nível intermediário do docente considera a capacidade do aluno em manter um site ou blog, sugerindo a criação de um

para expressão diária. A habilidade EF09LI08 propõe explorar ambientes virtuais, analisando informações, alinhando-se ao nível básico na escola (Raabe, 2020, p. 94). A relação entre essas habilidades e a aplicação prática em websites proporciona uma compreensão aprofundada da integração desses elementos no ambiente educacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, destacam-se os elementos-chave que constituíram a pesquisa e o desenvolvimento do Acervo Digital da Guerrilha do Araguaia. Este trabalho embasou-se no conceito de Ditadura Empresarial-militar, problematizado por René Dreifuss (1981), considerando o cenário de uma política governativa que potencializou o poder militar para atender aos interesses corporativos, sacrificando direitos individuais e coletivos no processo. O contexto de "Estado de Exceção", conforme teorizado por Giorgio Agamben (2004), foi explorado para entender as dinâmicas de poder e controle social que caracterizaram este período, refletindo sobre as práticas autoritárias e as violações de direitos humanos maquiadas pela instauração de uma suposta “regra sem regra”, isto é, da adoção de medidas institucionais que foram instituídas arbitrariamente e fora da normatização legal.

Este “chão” teórico nos permite compreender a Guerrilha do Araguaia para além do ambiente apaixonante dos ímpetus revolucionários que levaram militantes universitários às matas em prol de um futuro socialista, ao mesmo tempo que desmistifica a ameaça comunista real, propagandeada por militares na busca de justificar a arbitrariedade não excepcional que perdurou 21 anos, colocando na conta do estado brasileiro o sacrifício de dezenas de camponeses que perderam suas vidas em decorrência de uma estrutura latifundiária opressora.

A investigação fez uso de fontes históricas conflitantes, como o jornal "A Classe Operária" e o projeto "Orvil", para ilustrar as narrativas divergentes dentro do contexto da Guerrilha do Araguaia. Este estudo problematizou essas fontes, questionando as versões dos acontecimentos e buscando uma compreensão mais equilibrada dos eventos. Ao confrontar as narrativas oficiais e as resistências, a pesquisa revelou a complexidade das memórias e interpretações históricas e o indício de que os valores camponeses estiveram distantes dos anseios reais de militantes e militares. Deve-se lembrar que os homens são fruto do seu tempo, e as ações de militantes e militares também estiveram mergulhadas em um momento geopolítico de Guerra Fria que, no imaginário político-social, certamente consolidou certezas absolutas. As certezas desumanas e obscuras dos agentes do Estado brasileiro que praticaram atos de desumanidade, que infelizmente tornaram-se impunes mediante a Lei de Anistia de 1979.

Ao tratar da História do Tempo Presente (Ferreira, 2024), foi essencial adotar um enfoque cuidadoso, especialmente ao abordar temas sensíveis e traumáticos. O desafio residia em equilibrar a proximidade temporal com a necessidade de análise crítica, garantindo uma abordagem que respeitasse as experiências vividas e as memórias envolvidas.

O debate historiográfico concentrou-se em três autores principais: Patrícia Mechi (2013), que ofereceu uma visão econômica e social; Hugo Stuart (2013), com sua análise social e cultural; e Romualdo Campos Filho (2013), que trouxe uma perspectiva interdisciplinar e geográfica. Essas abordagens permitiram uma análise mais aprofundada e problematizada dos eventos estudados, destacando diferentes perspectivas da Guerrilha do Araguaia e de seu contexto histórico. Notavelmente, o trabalho utilizou-se em grande medida das análises de Patrícia Mechi, pois sua forma de enxergar os meandros do conflito se assemelha com as perspectivas centrais desta análise.

O objetivo central do presente trabalho foi criar o Acervo Digital da Guerrilha do Araguaia, uma plataforma destinada a democratizar o acesso a informações e análises críticas sobre esse período controverso. Este acervo foi pensado para um público amplo, desde estudantes do ensino fundamental até pesquisadores acadêmicos, proporcionando recursos que fomentam o entendimento crítico e a investigação histórica.

Em síntese, este estudo não somente construiu um recurso educacional valioso, mas também contribuiu para o debate historiográfico, desafiando narrativas estabelecidas e promovendo uma compreensão mais equilibrada da Guerrilha do Araguaia dentro do contexto mais amplo da Ditadura Empresarial-Militar brasileira. A construção do site “Acervo Digital da Guerrilha do Araguaia” ressalta a importância desta iniciativa na problematização do ensino de um acontecimento histórico traumático, frequentemente negligenciado nas esferas educacionais e midiáticas contemporâneas. Por meio da digitalização e disponibilização de recursos relacionados, o projeto conseguiu estabelecer uma conexão entre a abordagem tradicional do ensino de história e as exigências atuais por instrumentos digitais, refletindo a integração da Pedagogia Histórico-Crítica e da Ciberaprendizagem. O acervo não apenas aprimora a experiência pedagógica, mas também impulsiona a produção acadêmica, oferecendo um ambiente digital dinâmico que favorece a contínua atualização e aprofundamento do conhecimento histórico. Assim, a integração do Acervo Digital no meio acadêmico e educacional torna-se um ponto central para a dinamização de aulas, conferências, publicações e a formação de grupos de pesquisa dedicados ao estudo da Guerrilha do Araguaia, promovendo um ciclo virtuoso de inovação e investigação historiográfica.

## REFERÊNCIAS

### FONTE PRIMÁRIA: JORNAL A CLASSE OPERÁRIA

A CLASSE OPERÁRIA. Camponeses lutam pelos seus direitos. nº 64, maio de 1972.

A CLASSE OPERÁRIA. Tarefa de Todos – Livrar o Brasil da Ditadura. nº 65, maio de 1972, p. 2.

A CLASSE OPERÁRIA. Relevante acontecimento político. nº 66, julho de 1972.

A CLASSE OPERÁRIA. Ações Corajosas no Pará. nº 67, agosto de 1972.

A CLASSE OPERÁRIA. Intrépido lutadores do Povo. nº 68, setembro de 1972, pp. 1-2.

A CLASSE OPERÁRIA. Definição Política. nº 69, outubro de 1972, pp. 1-2.

A CLASSE OPERÁRIA. Repercute a Luta Armada. nº 70, novembro de 1972, p. 12.

A CLASSE OPERÁRIA. Conflitos Rurais no Nordeste. nº 71, dezembro de 1972, p. 11.

A CLASSE OPERÁRIA. Prenúncio de Tormentas no Campo. nº 78, outubro de 1973, pp. 6-12.

A CLASSE OPERÁRIA. Amplia-se a luta popular. nº 75, julho de 1973, p. 12.

A CLASSE OPERÁRIA. O Caminho da Libertação. nº 80, dezembro de 1973, pp. 4-8.

A CLASSE OPERÁRIA. Primeiras Cantigas do Araguaia. nº 91, 1974, p. 8.

A CLASSE OPERÁRIA. Apreciação Crítica. nº 102, novembro de 1975.

### FONTE PRIMÁRIA: ORVIL - Tentativas de Tomada do Poder

AUGUSTO, Agnaldo; MACIEL, Maciel; NASCIMENTO, José Conegundes do (Orgs.). **ORVIL – Tentativas de tomada do poder**. São Paulo: Schoba, 2012.

### DOCUMENTOS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2017.

Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB). Currículo de Referência em Tecnologia e Computação. São Paulo: CIEB, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Guia de Tecnologias Educacionais. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Guia de Tecnologias Educacionais. Brasília, DF: MEC, 2012.

BRASIL. Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de janeiro de 2023.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. Documento Curricular do Território Maranhense. São Luís: SEDUC, 2019.

## BIBLIOGRAFIA

ABUD, Katia M. A história nossa de cada dia: saber escolar e saber acadêmico na sala de aula. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Org.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2007. v. 1, p. 107-117.

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1989.

BARBOSA, José Humberto Gomes. **A Guerrilha do Araguaia: Memória, esquecimento e Ensino de História na região do conflito**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Câmpus Universitário de Araguaína, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína - TO, 2016.

BARRETO, Renata Caldas; BORGES, Arleth Santos. Ditadura, Controle e Repressão: Revisando teses sobre os Governos Militares no Brasil. **Revive – Revista de Ciências do Estado**, Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 107-129, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revive/article/view/5010/3078>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRANDÃO, Priscila Carlos; LEITE, Isabel Cristina. Nunca foram heróis! A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura, por meio de uma leitura do Projeto ORVRIL. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 299-327, jul. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/28623>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRITO, A. P.; JULIÃO, L. Museologia de memórias traumáticas: a experiência brasileira e as memórias da ditadura. **Revista Memória em Rede**, v. 15, n. 29, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/24880>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. Trad. Klauss Brandini Gerhart e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Unesp, 1992. (p.11-37).

CAIMI, Flávia Eloisa. Investigando os caminhos recentes da história escolar: tendências e perspectiva de ensino e pesquisa. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO,

Rebeca (Org.). **O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 17-36.

CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto; Edusp, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 65-119. (II. A operação historiográfica).

CHAVES, Leonardo Leal. **Ensino de História, ciberespaço e novas tecnologias de informação: potencializando o ensino da Lei de Anistia através do “Acervo Digital da Luta pela Anistia no Maranhão”**. São Luís: PPGHIST, 2018.

COSTA, V. G. de J. S. D. **A cobertura da Guerrilha do Araguaia nos jornais “A Classe Operária” e “Jornal do Brasil” (1972-1979)**. 2022. Monografia (Graduação em Licenciatura em História) – Centro de Ciências Exatas e Naturais, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís.

DREIFUSS, R. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FERREIRA, M. de M. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, maio/jun. 2000. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/1cc35ec5-24c2-4f40-bcfd-a79d42f3cfd/content>. Acesso em: 17 mar. 2024.

FILHO, R. P. C. **Araguaia: depois da guerrilha outra guerra. A luta pela terra no Sul do Pará, impregnada pela ideologia da Segurança Nacional (1975-2000)**. 2013. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. A Nova Lei de Segurança Nacional. **Revista de Direito Penal de Criminologia**, Rio de Janeiro, n. 35, 1983. Disponível em: [http://www.fragoso.com.br/wp-content/uploads/2017/10/20171002195930-nova\\_lei\\_seguranca\\_nacional.pdf](http://www.fragoso.com.br/wp-content/uploads/2017/10/20171002195930-nova_lei_seguranca_nacional.pdf). Acesso em: 25 ago. 2019.

GOMES, Victor Leandro Chaves; LENA, Hélio de. A construção autoritária do regime civil militar no Brasil: Doutrina de Segurança Nacional e Atos Institucionais (1964-1969). **Revista OPSIS**, Niterói, v. 14, n. 1, p. 79-100, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5216/o.v14i1.28996>. Acesso em: 01 fev. 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

JOFFILY, Mariana. A "verdade": sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. In: **Simpósio Nacional de História**, 26., 2013, Natal. Anais... Natal: [s.n.], 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/8316/5899>. Acesso em: 20 mar. 2020.

LAPUENTE, R. S. O Jornal Impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: **Encontro Nacional de História da Mídia**, 10., 2015, Rio Grande do Sul. Anais [...]. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa/o-jornal-impresso-como-fonte-de-pesquisa-delineamentos-metodologicos/view>. Acesso em: 25 dez. 2020.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MARTINS, M. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. **Educação e Revista**, [s.l.], v. 51, mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/7yMGWJk4j7Fr3LLjdjWHDR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 mar. 2024.

MECHI, P. S. **Os protagonistas do Araguaia: trajetória, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)**. 2012. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

MELO, Demian; HOELEVER, Rejane Carolina. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. **Revista Tempos Históricos**, v. 18, n. 1, p. 13-43, 2014. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/11096/7916>. Acesso em: 25 dez. 2020.

MENDONÇA, Sonia. **Estado e economia no período 1939-1955**. In: Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 39-68.

MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917- 1964)**. 2000. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2000.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático e o professor: entre a ortodoxia e a apropriação. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. 1a ed. Rio de Janeiro: MAUAD X: FAPERJ, 2007, v. 01, p. 137-147.

PINA, Leonardo Docena; GAMA, Carolina Nozella. Base Nacional Comum Curricular: algumas reflexões a partir da Pedagogia Histórico-Crítica. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente-SP, v. 31, n. esp. 1, p. 78-, dez. 2020. ISSN 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v31iesp.1.8290. Acesso em: 20 mar. 2024.

POMAR, Valter Ventura da Rocha. **Comunistas do Brasil: interpretações sobre a cisão de 1962**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Acesso em: 22 ago. 2023.

QUADRAT, Samantha Viz. **Poder e Informação: o sistema da Inteligência e regime militar no Brasil**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2000.

RALEJO, Adriana Soares; MELLO, Rafaela Albergaria; AMORIM, Mariana de Oliveira. BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e77056, 2021.

ROCHA, Helenice. Linguagem e novas linguagens: pesquisa e práticas no ensino de história. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo e GONTIJO, Rebeca (org). **O ensino de história em questão**. Cultura histórica, usos do passado. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 97-119.

RUY, José Carlos. *A Classe Operária, um jornal comunista*. Disponível em: <https://grabois.org.br/cdm/jornal-classe-operaria-arquivo>. Acesso em: 10 out.2020.

SALES, Jean Rodrigues. História do Partido Comunista do Brasil (PCdoB): um balanço bibliográfico. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 290-311, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/download/2175180309212017290/7009/34690>. Acesso em: 12 out. 2023.

SALES, Jean Rodrigues. **Partido Comunista do Brasil – PC do B: propostas teóricas e prática política – 1962-1976**. Dissertação (Mestrado em História) – Unicamp, Campinas/SP, 2000.

SANTANA, E. S.; MAGALHÃES, L. D. R. Ditadura militar, memória, história pública e vídeos disponíveis na internet. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 21, 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8666492.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, João Carlos Jarochinski. Análise histórica das Constituições brasileiras. **Ponto-e-vírgula**, v. 10, p. 217-244, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/download/13910/10234/33547>. Acesso em: 12 out. 2023.

SILVA, R. Planejamento Econômico e Crise Política: O esgotamento do Plano de Desenvolvimento ao Malogro dos Programas de Estabilização. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 14, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782000000100005>. Acesso em: 17 mar. 2024.

SILVA, Ricardo. Planejamento Econômico e Crise Política: O esgotamento do Plano de Desenvolvimento ao Malogro dos Programas de Estabilização. **Rev. Sociol. Polit.**, n. 14, Curitiba, np, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/vFGFsCvhR4sv7tY9m5VhGWt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2023.

SILVA, Sampaio Wellington. A prática em “tempos de clandestinidade”: as táticas dos militantes do PC do B para convencer os moradores do Araguaia ao projeto de guerra popular prolongada. **Temporalidades – Revista de História**, v. 9, n. 3, p. 372-388, 2017. Disponível

em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5928>. Acesso em: 12 out. 2023.

SILVA, T. M. da; TEIXEIRA, T. de O.; FREITAS, S. M. P. de. Ciberespaço: uma nova configuração do ser no mundo. **Periódicos Eletrônicos em Psicologia**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 176-196, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v21n1/v21n1a12.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

SILVA, W. S. **Livros em guerra: A escrita e a disputa do passado sobre a Guerrilha do Araguaia (1978-2015)**. 2019. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SILVA, Wellington Sampaio da. **Livros em guerra: a escrita e a disputa do passado sobre a Guerrilha do Araguaia (1978-2015)**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SILVEIRA, Éder da Silva. Dissidência Comunista: da cisão do PCB à formação do PCBR na década de 1960. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 291-322, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/29301/26956>. Acesso em: 12 out. 2023.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Ditadura Militar Brasileira: o aparelhamento do sistema repressivo e a fabricação do informante. **História Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 19, n. 3, p. 420-438, 2019. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/9865>. Acesso em: 12 out. 2023.

STUDART, H. **Em algum lugar das selvas amazônicas – As memórias dos guerrilheiros do Araguaia**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília.

TORRES, Mateus Gamba. O judiciário e o Ato Institucional nº 5: repressão e acomodação em 1968. **Movimentação**, v. 5, n. 9, 2018. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/8894>. Acesso em: 12 out. 2023.

VIANA, S. M. K. Política Externa Independente: Fundamentos e Reflexos nas Relações Internacionais do Brasil (1961-1964). In: **Simpósio Nacional de História, 25., 2009, Fortaleza**. Anais [...]. Fortaleza: [s.n.], 2009. p. 1-10. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772189\\_08a05c7fa6c9a716d364b209c4608bc2.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772189_08a05c7fa6c9a716d364b209c4608bc2.pdf). Acesso em: 12 fev. 2023.

XAVIER, Raimundo Claudio S. **Ciberespaço, Cibercorpo, Ciberaprendizagem: O novo status do conhecimento**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia (UFB), Salvador, 2004.



**APÊNDICE A – LEVANTAMENTO DE MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE A GUERRILHA DO ARAGUAIA \***

Ano	Título	Autor(a)	Inst.	Categ.	Área
2022	A figuração da crise histórica em Xambioá: paz e guerra, de Carmo Bernardes	Layane Serracena da Silva	UFG	Mestr.	Linguística
2022	A redemocratização e a (re)organização do PC do B na Paraíba (1979-1985): pelo direito à memória e a verdade como garantia a uma justiça de transição	Gregória Benário Lins e Silva	UFPB	Mestr.	Direito
2022	Os Direitos de transição achados na rua: um estudo sobre as mobilizações em torno do caso da guerrilha do Araguaia	Clara Karlyanny Lopes Costa	UFERSA	Mestr.	Direito
2022	A (in)efetividade da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso de guerrilha do Araguaia: o desacato brasileiro	Layr Leorne Mendes Neto	Universidad e La Salle	Mestr.	Direito
2021	As respostas do Estado brasileiro à sentença do caso Gomes Lund, em relação à busca pelas vítimas dos desaparecimentos forçados	Paciullo Souto	UNIFESO	Grad.	Relações Internacionais
2021	Demorar no desastre	Pedro Augusto Papini	UFRGS	Dr.	Psicologia Social
2021	Cartografia de memórias: Guerrilha do Araguaia, campesinato e questão agrária no sudeste do Pará - Amazônia Oriental	Naurinete Fernandes Inácio Reis	USP	Dr.	Geografia
2020	Justiça de Transição no Brasil: análise da decisão do STF, na ADPF 153, e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil e o princípio da prevalência dos direitos humanos	Tharuelssy Resende Henriques	UFU	Mestr.	Direito

<b>2020</b>	Guerrilha do Araguaia: população local na luta e resistência ao regime repressivo no Brasil	Sônia Marial Alves da Costa	UnB	Dr.	Direito
<b>2020</b>	A construção das vítimas da ditadura no Brasil (1979-2014)	Lívia de Barros Salgado	UFRRJ	Dr.	História
<b>2020</b>	Justiça de Transição no Brasil: análise da decisão do STF, na ADPF 153, e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil e o princípio da prevalência dos direitos humanos	Tharuelssy Resende Henriques	UFU	Mestr.	Direito
<b>2019</b>	Justiça de transição à brasileira: um processo de (des)união	Laura Bittencourt Silva	UEPG	Mestr.	Ciências Sociais
<b>2019</b>	A materialidade da repressão à guerrilha do Araguaia e do terrorismo de Estado no Bico do Papagaio, TO/PA: noite e nevoeiro na Amazônia	Rafael de Abreu e Souza	USP	Dr.	Arqueologia
<b>2019</b>	Organizações armadas e camponeses: comunicação, emoções e engajamento político (1968-1975)	Fabício Teló	UFRRJ	Dr.	Ciências Sociais
<b>2019</b>	Não façam prisioneiros! o combate e o extermínio da Guerrilha do Araguaia	Maria Cecília Vieira de Carvalho	UFMG	Mestr.	História
<b>2019</b>	Livros em guerra: a escrita e a disputa do passado sobre a Guerrilha do Araguaia (1978-2015)	Wellington Sampaio da Silva	UFC	Dr.	História

<b>2019</b>	O cumprimento da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund e outros vs. Brasil frente ao Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade	Stephanie Yukie Hayakawa da Costa	USP	Mestr.	Direito
<b>2018</b>	Em nome da revolução: a trajetória social e política da Ala Vermelha (1967-1985)	Adriana Maria Ribeiro	UFRRJ	Dr.	História
<b>2018</b>	Epaminondas Gomes de Oliveira, desaparecido político brasileiro: estudo de caso	Daniel Josef Lerner	UnB	Mestr.	Direito
<b>2018</b>	A implementação das sentenças da corte interamericana de direitos humanos no direito brasileiro: o impacto do caso Gomes Lund no exercício do controle de convencionalidade	Saulo Medeiros Torres	UFRN	Mestr.	Direito
<b>2018</b>	A invenção da escola no Araguaia-Xingu mato-grossense: memórias, narrativas e lutas pela educação popular e democrática (1960-2018)	Edevamilton de Lima Oliveira	UFMT	Dr.	História
<b>2018</b>	Memórias e experiências de trabalhadores rurais na região do Araguaia (1960 -1990)	Rosângela de Sousa Moura Souto	UFU	Mestr.	História
<b>2017</b>	A Guerrilha do Araguaia: a luta armada no campo e suas consequências históricas	Jeferson Kappes	UFFS	Grad.	Ciências Sociais
<b>2017</b>	A Prelazia de São Félix do Araguaia e a luta pela terra em Porto Alegre do Norte/Mato Grosso (1970-1980): migração e conflito no campo	Luciene Aparecida Castravechi	UFMT	Dr.	História
<b>2017</b>	Direitos Humanos e Justiça de Transição: Obstáculos para o cumprimento da sentença do caso Gomes Lund e outros Vs. Brasil.	Felipe José Nunes Rocha.	UFMA	Mestr.	Direito

<b>2017</b>	A memória dos moradores do Araguaia sobre “Osvaldão”: Liderança, luta e resistência.	Renata Lemos Petta.	USP	Mestr.	Ciências e Humanidades
<b>2017</b>	A memória dos moradores do Araguaia sobre “Osvaldão”: liderança, luta e resistência!	Renata Lemos Petta	USP	Mestr.	Ciências e Humanidades
<b>2016</b>	A atuação do Ministério Público Federal na persecução penal das graves violações de direitos humanos ocorridas na ditadura militar no Brasil	Pedro Henrique Aquino de Freitas	USP	Mestr.	Ciência Política
<b>2016</b>	A Lei de Anistia e a Sentença da Corte Internacional de Direitos Humanos no caso “Guerrilha do Araguaia”.	Lucas Monteiro de Souza	PUC-SP	Mestr.	Direito
<b>2016</b>	Um aporte ao porvir do caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) Vs. Brasil, à luz da argumentação jurídica argentina articulada na causa ‘Simón’, no âmbito do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos	Maria José Flores	UFS	Mestr.	Direito
<b>2016</b>	O trabalho escravo contemporâneo e a atuação da CPT no campo (1970-1995).	Moisés Pereira da Silva.	PUC-SP	Dr.	História Social
<b>2016</b>	Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Supremo Tribunal Federal: aplicação do princípio da complementaridade na responsabilidade internacional do Estado brasileiro.	Heloiisa Helena de Almeida Portugal.	PUC-SP	Dr.	Direito
<b>2016</b>	A Guerrilha do Araguaia. Memória, esquecimento e Ensino de História na Região do Conflito.	José Humberto Gomes Barbosa.	UFT	Mestr.	Ensino de História
<b>2015</b>	Trayectoria de la(s) memoria(s) Aikewara: del 'evento' de la Guerrilla de Araguaia a la Comisión de Amnistía en el actual contexto de revisión de la ditadura brasileña	Andrea Ponce Garcia	UNICAMP	Mestr.	Antropologia Social
<b>2015</b>	Arqueologia em áreas de conflito: Cemitérios, obras de desenvolvimento e comunidades.	Márcia Lika Hattori	USP	Mestr.	Arqueologia e Etnologia

<b>2014</b>	O “Caso do Araguaia” e o Conflito entre a Justiça de Transição Brasileira e o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos.	Jair Pessoa de Albuquerque e Silva.	UFPB	Mestr.	Direitos Humanos
<b>2014</b>	Histórias Cruzadas. A narração no limiar do rastro e do esquecimento.	Lianne Haag Brum.	PUC-SP	Mestr.	Literatura
<b>2013</b>	Em algum lugar das selvas amazônicas: As memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974).	Carlos Hugo Studart Corrêa.	UnB	Dr.	História
<b>2013</b>	Mapa argumentativo do caso Araguaia em protocolo de disputas	Victor Nóbrega Luccas	USP	Mestr.	Direito
<b>2013</b>	Todo comunista tem de ir aonde o povo está. As experiências de inserções política da Ala Vermelha na Baixada Fluminense (RJ) na década de 1970. 2013.	Adriana Maria Ribeiro	UFRJ	Mestr.	História
<b>2013</b>	Memória Social e Guerrilha do Araguaia	Naurinete Fernandes Inácio Reis	UFG	Mestr.	Sociologia
<b>2013</b>	Araguaia: depois da guerrilha uma outra guerra. A Luta pela terra no Sul do Pará, impregnada pela Ideologia da Segurança Nacional (1975-2000).	Romualdo Pessoa Campos Filho.	UFG	Dr.	Geografia
<b>2012</b>	A condenação do Estado brasileiro pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso da Guerrilha do Araguaia e a interpretação do Supremo Tribunal Federal sobre a Lei de Anistia brasileira	Lindomar Thiago Rodrigues	PUC-RIO	Mestr.	Direito
<b>2012</b>	As violações aos direitos e garantias fundamentais durante a ditadura militar	Lucas Goulart da Silva	UNIJUI	Mestr.	Ciências Sociais
<b>2012</b>	O “mito” da destruição total de documentos: Um estudo dos arquivos relacionados à Guerrilha	Shirley do Prado Carvalhêdo.	UnB	Dr.	Ciência da Informação

	do Araguaia à luz de princípios e noções arquivísticas.				
<b>2012</b>	Os Protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974).	Patrícia Sposito Mechi.	PUC-SP	Dr.	História Social
<b>2012</b>	Responsabilização por graves violações de direitos humanos na ditadura de 1964-1985: a necessária superação da decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 153/DF pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos	Emilio Peluso Neder Meyer	UFMG	Dr.	Direito
<b>2012</b>	De frente para o passado: anistia política e reparação dos militantes da Guerrilha do Araguaia	Mariana Yokoya Simoni	UnB	Mestr.	Ciências Sociais
<b>2012</b>	Júlia Gomes Lund e outros vs. Brasil: uma análise do cumprimento da sentença da corte interamericana de direitos humanos em face dos princípios internacionais da transição democrática	Fábio Balestro Floriano	UFRGS	Mestr.	Relações Internacionais
<b>2011</b>	Questão agrária, violência e poder público na Amazônia brasileira: o caso do assassinato do líder sindical João Canuto de Oliveira	Terezinha Cavalcante Feitosa	UFRRJ	Dr.	Ciências Sociais
<b>2011</b>	Lágrimas e lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia.	Deusa Maria de Sousa	UFSC	Dr.	História
<b>2010</b>	Suicídio Revolucionário. A luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas.	Claudinei Cássio Rezende.	UESP	Mestr.	Ciências Sociais
<b>2008</b>	Luta armada em foco: a guerrilha do Araguaia nas telas do cinema	Fabiana de Paula Guerra	UFU	Mestr.	História
<b>2008</b>	Conflito no Araguaia, peões e posseiros contra a grande empresa.	Neide Esterci.	-----	----	----

<b>2008</b>	A Guerrilha Silenciada: Memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia.	Welligton Sampaio da Silva	UFPB	Mestr.	História
<b>2008</b>	Caminhos cruzados: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia	Deusa Maria de Sousa	Unisinos	Mestr.	Ciências Humanas
<b>2006</b>	Araguaia: Desvelando Silêncios (A Atuação das Mulheres na Guerrilha).	Fabiana de Paula Guerra.	UFU	Tcc	História
<b>2005</b>	O imaginário dos militares na Guerrilha do Araguaia (1972-1974)	Carlos Hugo Studart Corrêa	UnB	Mestr.	História
<b>2005</b>	O imaginário dos militares na Guerrilha do Araguaia (1972-1974)	Carlos Hugo Studart	UnB	Mestr.	Política Social
<b>2005</b>	O PC do B e o Araguaia: A Dissidência Interna de 1974-1984.	Fabiana Pires de Oliveira.	UPF	Mestr.	História
<b>2004</b>	Esquerda e Forças Armadas no Brasil do pós-guerra fria.	Roselene Aparecida Paschoalino	UFSCar	Mestr.	Ciências Sociais
<b>2000</b>	A Guerrilha do Araguaia: Paulistas e Militantes na Amazônia	Durbens Martins Nascimento	UFPA	Mestr.	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

Elaboração Própria\*

## APÊNDICE B – LEVANTAMENTO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE A AGUERRILHA DO ARAGUAIA\*

Ano	Título	Autor (a)	Instituição	Local de publicação
<b>2023</b>	Arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 153 e caso do Guerrilha do Araguaia: um caso de transconstitucionalismo?	Thais Michelle Winkler Jung	PUC-RS	Revista Direitos fundamentais & justiça
<b>2023</b>	De testemunho da ‘Guerra do Araguaia’ à luta por direitos na Amazônia brasileira	Thelma Pontes Borges	UFRJ	Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social

2023	Entre encontros e confrontos: olhares para participação negra na Guerrilha do Araguaia (1972-1974)	Janailson Macêdo Luiz	UFMA	Revista Brasileira do Caribe
2023	“As Dinãs do Araguaia”: trajetórias, idealismos e protagonismos contra a ditadura militar (1966-74)	Ary Albuquerque Cavalcanti Junior; Gilneide de Oliveira Padre Lima	UNIMONTES	Caminhos da História
2023	A Guerrilha do Araguaia sob a perspectiva do povo de santo	Maria Leal Pinto; Sariza Oliveira Caetano Venâncio; Dernival Venâncio Ramos Júnior	ABHR	Revista De Estudos De Religião / PLURA
2022	From (re)existence and place of memory in before the past, the silence that comes from Araguaia.	Deurilene Sousa Silva	UFPA	Revista Margens
2022	O dever de contar: as variadas formas de narrativas de reconstrução da Guerrilha do Araguaia a partir da oralidade camponesa	Moisés Pereira da Silva; Rony de Oliveira; Maria Leal Pinto; Kallyel Henrik Silva Marques.	UEMA	Revista de Letras Juçara
2022	Os Suruí-Aikewara e a Guerrilha do Araguaia: territórios em disputa	Maristela Costa Almeida da Silva	ANPUH	XVIII Encontro Regional de História, ANPUH-PR
2022	A Guerrilha do Araguaia e os cercamentos dos recursos comuns no sul e sudeste do Pará	Maria Leal Pinto; Dernival Venâncio Ramos Júnior.	UNITINS	Humanidades e Inovação
2022	A Guerrilha do Araguaia na memória das mulheres de Xambioá-TO: práticas de cuidado e resistências do cotidiano	Olívia Macedo Miranda Medeiros; Euclides Antunes de Medeiros; Wiris Orimar Ferreira.	UNITINS	Humanidades e Inovação
2022	Áreas de terras tomadas dos camponeses durante a Guerrilha do Araguaia é superior a municípios brasileiros e cidades europeias	Eduardo Reina; Irene Gomes	APD	Revista Internacional da Academia Paulista de Direito

2022	Ditaduras do Cone Sul: a experiência brasileira de resistência a partir do Araguaia	Rafaela Mano Elisario	UFF	Hoplos Revista de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais
2022	Autoritarismo, violência e silenciamento: um retrato da Guerrilha do Araguaia no romance Palavras cruzadas, de Guiomar de Grammont	Gabriela de Lima Barbosa; Gabriela de Lima Barbosa	URCA	Miguilim - Revista Eletrônica do Netlli
2022	Guerrilha do Araguaia 50 anos: direito à memória e à verdade - desafios para a pesquisa e o ensino	Ary Albuquerque C. Júnior; César Alessandro Sagrillo Figueiredo; Janailson Macêdo Luiz	UNIFESSPA	Revista Escritas do Tempo
2022	Os direitos humanos e o caso da Guerrilha do Araguaia	Cleiton Pazello Soares	UNIFEBE	Revista de Direitos Humanos do - LACEDH
2022	Um herói da Guerrilha pelas lentes de JJ Leandro	Luiza Helena Oliveira da Silva	UNIFESSPA	Revista Escritas do Tempo
2022	50 anos da Guerrilha do Araguaia: uma herança a ecoar no tempo presente	Janaína Buchweitz e Silva	UFRJ	Fórum Literatura. Brasileira Contemporânea
2022	A Guerrilha do Araguaia e a memória como direito na educação básica	Moisés Pereira Silva; Marcos Edilson de Araújo Clemente; Jôyara Maria Silva de Oliveira.	UNIFESSPA	Revista Escrita do Tempo
2022	O cultivo da memória sobre a Guerrilha do Araguaia - Diálogos Interartísticos	Cristian Javier Lopez; Jacielle da Silva Santos	UNIFESSPA	Revista Escrita do Tempo
2022	Áreas de terras tomadas dos camponeses durante a Guerrilha do Araguaia é superior a municípios brasileiros e cidades europeias	Eduardo Reina; Irene Gomes	APD	Revista Internacional da Academia Paulista de Direito

<b>2022</b>	Violência de Estado e trauma: camponeses da Guerrilha do Araguaia	Irene Gomes; Thelma Pontes Borges	UNIJUÍ	Revista Direitos Humanos e Democracia
<b>2019</b>	Guerrilha do Araguaia: violência, memória e reparação	Reginaldo Cerqueira Sousa	UNIFESSPA	Revista Projeto História
	Juventude do Araguaia e as memórias da Guerrilhas: marcas do tempo na geração 68	César Alessandro Sagrillo	CEMJ	Revista Juventude.br
<b>2018</b>	A Guerrilha do Araguaia e a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos	Victória Grabois	UERJ	Revista Transversos
<b>2018</b>	O PC do B e a Guerrilha do Araguaia: a memória dos desaparecidos políticos.	César Alessandro Sagrillo Figueiredo.	ConsCiência- Social	Revista Café com Sociologia
<b>2017</b>	A prática política em "tempos de clandestinidade": as táticas dos militantes do PC do B para convencer os moradores do Araguaia ao projeto de guerra popular prolongada.	Wellington Sampaio da Silva.	UFMG	Revista Temporalidades
<b>2015</b>	Arqueologia, História e Direitos Humanos na Guerrilha do Araguaia.	Michel Justamand.	ANPUH	XXVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH, Florianópolis, SC
<b>2015</b>	Assistindo há população, combatendo o comunismo: as Ações Cívico-Sociais no contexto da ditadura militar brasileira.	Plínio Ferreira Guimarães.	ANPUH	XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, SC
<b>2014</b>	Vida e Morte no Araguaia: do lido com a morte e a memória dos desaparecidos.	César Alessando Sagrillo Figueiredo e Mauro Meirelles.	ABA	29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Natal, RN
<b>2014</b>	Arqueologia e a Guerrilha do Araguaia ou a materialidade contra a não narrativa.	Rafael de Abreu e Souza	UNICAMP	Revista de Arqueologia Pública
<b>2013</b>	A repressão e os descaminhos da luta armada.	Dinohrá Lopes Rubim Almeida.	ANPUH	XVII Simpósio Nacional de História da ANPUH, Natal, RN
<b>2013</b>	A guerrilha do Araguaia vista por seu comandante. O diário de Maurício Grabois.	Patrícia Sposito Mechi.	ANPUH	XXVII Simpósio Nacional de História –

				ANPUH, Natal, RN
<b>2013</b>	Camponeses do Araguaia: da guerra contra a ditadura civil-militar à luta contemporânea pela terra.	Patrícia Sposito Mechi	PUC-SP	Revista Projeto História
<b>2011</b>	"Anistia, memória e reparação: processos de democratização e justiça de transição no mundo ibero americano".	Maria Paula Araújo	ANPUH	XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, SP
<b>2011</b>	Entre “A teoria e a prática revolucionária”: A Guerrilha em sua prática urbana durante os governos militares brasileiros (1964-1985).	Fabricio Trevisan Florentino da Silva.	ANPUH	XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, SP
<b>2011</b>	Uma repressão em busca de justificativa: a relação entre ditadura militar e luta armada no Brasil.	Vitor Amorim de Angelo.	ANPUH	XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, SP
<b>2011</b>	Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois.	Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto.	Museu Paraense Emílio Goeldi	Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, PA
<b>2010</b>	Procura-se um corpo: A atuação das mães dos desaparecidos políticos na Ditadura Militar no Brasil.	Paula Tatiane de Azevedo	ANPUH - RS	X Encontro Estadual de História, Santa Maria, Rio Grande do Sul
<b>2009</b>	Comunicação clandestina. Redes de comunicação política durante a ditadura militar brasileira.	Mônica Mourão	ANPUH	VII Encontro Nacional de História da Mídia, Fortaleza, CE
<b>2008</b>	O Partido Comunista do Brasil e a Ideia de Revolução na América Latina.	Patrícia Sposito Mechi.	ANPLHAC	VII Encontro Internacional da ANPLHAC, Vitória, BA
<b>2007</b>	Entre o fechamento e a abertura: a trajetória da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985).	Jean Rodrigues Sales	UNESP	Revista História
<b>2007</b>	A angústia sem fronteiras - a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos políticos do Araguaia (Brasil) e da Argentina: um estudo comparativo.	Deusa Maria de Sousa.	ANPUH	XXIV Simpósio Nacional de História – São Leopoldo, RS

<b>2007</b>	Araguaia: a conspiração do silêncio e o uso de imagens na pesquisa histórica.	Fabiana de Paula Guerra.	ANPUH	XXIV Simpósio nacional de História – São Leopoldo, RS
<b>2005</b>	Por trás de uma pistola 45: Gênero e guerrilha no Brasil. 1968-1973.	Cristina Scheibe Wolff.	ANPUH	XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH, Londrina, SP
<b>2005</b>	“Lembranças da Guerra da mata”: memórias e mitos da Guerrilha do Araguaia.	Deusa Maria de Sousa.	ANPUH	XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH, Londrina, PR
<b>2004</b>	O PC do B durante a Ditadura: duas importantes contradições.	Carlos Eduardo Carvalho.	PUC-SP	Revista Projeto História
<b>2001</b>	O Partido Comunista do Brasil nos anos sessenta: estruturação orgânica e atuação política.	Jeana Rodrigo Sales	UNICAMP	Cadernos AEL
<b>2001</b>	O PC do B e o movimento comunista internacional nos anos 60.	Jean Rodrigo Sales.	UFP	Revista História: Questões & Debates
<b>S/I</b>	Memórias da Ditadura na Amazônia oriental: Experiência de mulheres e homens negros em tempos de Guerrilha.	Janailson Macêdo Luiz	Sem informações	Sem informações
<b>S/I</b>	“Minha Irmandade, vamos arrear”: O terecô e a Guerrilha do Araguaia.	Janailson Macêdo Luiz	Sem informações	Sem informações
<b>S/I</b>	Guerrilheiras do Araguaia e a Representação de Mulheres Militantes na Imprensa (1970-1985).	Jiordiana Branquinho Silva	Sem informações	Sem informações

Elaboração Própria\*

### **APÊNDICE C - LEVANTAMENTO DE REPORTAGENS DO JORNAL “A CLASSE OPERÁRIA” SOBRE GUERRILHA DO ARAGUAIA (1971-1976) \***

nº da edição	Data	Título da matéria
nº 59	11/1971	Novas lutas camponesas.
nº 64	05/1972	Camponeses lutam pelos seus direitos.
nº 64	05/1972	Resistência Armada à ditadura.
nº 65	06/1972	Tarefa de todos – Livrar o Brasil da ditadura.

n° 66	07/1972	Relevante acontecimento político.
n° 66	07/1972	Solidariedade aos presos políticos.
n° 67	08/1972	Ações corajosas no Pará.
n° 67	08/1972	Cresce oposição à ditadura.
n° 67	08/1972	O cardeal e as torturas.
n° 67	08/1972	Repercussão da resistência armada no sul do Pará.
n° 68	09/1972	Intrépidos lutadores do povo.
n° 68	09/1972	Imprensa estrangeira noticia a luta armada no Pará.
n° 69	10/1972	Definição política.
n° 69	10/1972	Carta a um deputado federal.
n° 69	10/1972	Nova investida contra guerrilheiros.
n° 70	11/1972	A ditadura será varrida.
n° 70	11/1972	Manobra demagógica.
n° 70	11/1972	Repercute a luta armada.
n° 71	12/1972	Verdadeiro caminho do povo.
n° 71	12/1972	Conflitos rurais no Nordeste.
n° 73	04/1973	Combater o banditismo da ditadura.
n° 73	04/1973	Solidariedade aos presos.
n° 73	04/1973	Notável reportagem.
n° 73	04/1973	Comunicado do Comitê Central do PCdoB
n° 75	07/1973	Amplia-se a luta popular.
n° 76	08/1973	Combativa Organização de Massas.
n° 78	10/1973	Cresce a revolta.
n° 79	11/1973	Tirania, entreguismo e fome.
n° 79	11/1973	Êxito das forças guerrilheiras.
n° 80	12/1973	O caminho da libertação.

n° 80	12/1973	Heroicos lutadores da vanguarda.
n° 81	01/1974	Elenira Machado.
n° 82	02/1974	Amazônia: para quem?
n° 83	03/1974	Resistência Intrépida.
n° 83	03/1974	Comunicado n° 8 das forças guerrilheiras.
n° 85	05/1974	Mensagem ao Comitê Central do Partido Comunista da Bélgica (marxista-leninista).
n° 86	06/1974	Mensagem de esperança.
n° 87	07/1974	Romance da Libertação.
n°105	07/1974	Aspectos políticos da ditadura no campo.
n° 88	08/1974	Em defesa do povo pobre e pelo progresso do interior.
n° 90	10/1974	Intensificar a luta contra a ditadura.
n° 91	11/1974	Dois poemas de “primeiras cantigas do Araguaia” da autoria do poeta Libério de Campos.
n° 92	12/1974	A contrarrevolução aumenta seus efetivos (da carta a um deputado federal, assinada pelo comando das forças guerrilheiras do Araguaia – junho de 1972 - ).
n° 93	01/1975	Relevante fato político.
n° 93	01/1975	A bandeira de luta do Araguaia.
n° 95	03/1975	A causa da emancipação da mulher.
n° 95	03/1975	Lengalenga fascista.
n° 95	03/1975	Não arriaremos nossa bandeira.
n° 96	04/1975	Três anos de luta guerrilheira.
n° 97	05/1975	Luta política e ideológica.
n° 97	05/1975	Vitória de alcance mundial.
n° 97	05/1975	Data proletária.
n° 98	06/1975	Tramas fascistas.
n° 98	06/1975	Declaração conjunta.

n° 98	06/1975	Depoimento sobre o Araguaia.
n° 99	08/1975	Crescem os conflitos no campo.
n° 99	08/1975	Formas simples e acessíveis.
n° 100	09/1975	Disputas e compromisso entre as camarilhas e militares.
n° 100	09/1975	Cresce movimento de protesto contra as violências da ditadura.
n° 100	09/1975	Tarefa primordial.
n° 101	10/1975	Sem luta nada se consegue.
n° 102	11/1975	Heroico e abnegado militante.
n° 102	11/1975	Apreciação crítica.
n° 103	01/1976	Um ano de resistência à ditadura.
n°104	02/1976	Exemplo de firmeza proletária.
n° 104	02/1976	Mensagem do Partido Comunista do Brasil ao P.C. Português [reconstruído]
n° 105	02/1976	Incrível bandeira de luta.
n° 106	05/1976	A solução política.
n° 109	08/1976	Gloriosa jornada de luta.
n° 110	09/1976	Guerra popular: caminho para a libertação dos povos.
n° 111	10/1976	Alienação das terras e política agrícola.
n° 111	10/1976	Mensagem ao Partido Comunista (Marxista-Leninista) da Itália.

\*Fonte: Jornal “A Classe Operária”. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/cdm/jornal-classe-operaria-arquivo>. Acessado em: 20/11/2018. Elaboração própria (2024).

**APÊNDICE D – LEVANTAMENTO DE REGISTROS DO “ORVIL” SOBRE A  
GUERRILHA DO ARAGUAIA \***

Cap. Versão em PDF (Documento revelado)	Volumes, Partes, Tópicos e Descrições – Versão em PDF (Documento revelado)	Pág. Versão Revisada de 2012
<b>1º VOLUME</b>		
<i>2ª Parte: A Segunda Tentativa de Tomada do Poder</i>		
Cap. I “As divergências no Movimento Comunista”	<p align="center"><b>5. PC do B: a primeira grande cisão no PCB</b></p> <p>O texto examina a “organização ideológica no seio do PCB e sua subsequente divisão, culminando na criação do Partido Comunista do Brasil (PC do B) em 1962. Explica que esta nova entidade visava fomentar uma mobilização contra sistemas repressivos, como o imperialismo e a propriedade latifundiária. Também analisa documentos como o manifesto-programa do PC do B, e sublinha o impacto de organizações comunistas globais, especificamente da União Soviética e da China. A partir de 1963, o PC do B incorpora a filosofia de Mao Tse-Tung, o que catalisa o surgimento do projeto de combate conhecido como Guerrilha Araguaia”.</p>	101
<i>3ª Parte: A Terceira Tentativa de Tomada do Poder</i>		
Cap. I “1964”	<p align="center"><b>9. O PC do B: uma linha revolucionária</b></p> <p>“Informa que com 2 anos de existência, o PC do B permaneceu incólume após a “Revolução de Março”. Em junho, uma reunião do Comitê Central definiu uma tática revolucionária focada no campo e na preparação da guerra popular. De linha estalinista-maoísta e linguagem agressiva, o partido buscava recrutar militantes em meio à crise. Em agosto, aprovou um documento, “O Golpe de 1964 e seus ensinamentos”, criticando generais e o imperialismo norte-americano, e concluindo que a via pacífica não resolveria os problemas do país. Meses depois, iniciou a integração do comitê regional marítimo da Guanabara”.</p>	180

<p>Cap. III “1966”</p>	<p><b>9. O PC do B inicia a preparação para a luta armada</b></p> <p>“Explana trechos do documento "O marxismo-leninismo triunfará na América Latina (Carte Aberta a Fidel Castro)", feito pelo PC do B, que defendia a China e Mao Tse-Tung, além de criticar Fidel Castro e a primeira conferência tri continental de Havana. Em junho, na sexta conferência nacional, foi aprovado o estatuto e resoluções políticas, incluindo um documento que chama à Guerra Popular e à Luta Revolucionária no campo. Este documento também prevê a necessidade de preparação para a luta armada e reorganizar as forças armadas do povo. Um novo Comitê Central foi eleito, e uma luta interna levou à formação de duas novas organizações, a Ala Vermelha e o Partido Comunista Revolucionário”.</p>	<p>220</p>
	<p><b>10. O PCR e a AV: duas dissidências do PC do B</b></p> <p>Explica que “em 1966, duas frações dissidentes surgiram dentro do PC do B. A primeira, o Partido Comunista Revolucionário (PCR), acusou o PC do B de ser reformista sob o disfarce de revolucionário. Embora tivessem linhas políticas similares, o PCR enfatizava áreas diferentes para ação revolucionária e a necessidade de novas alianças. O segundo grupo, a Ala Vermelha (AV), era composta majoritariamente por membros das Ligas Camponesas e era influenciada pelas ideias foquistas e de Mao Tse-Tung. O grupo buscava reformular a linha política do PC do B, mas foi tachado de "divisionista" e expulso. Ambas as frações enfrentaram desafios organizacionais e de definição política em 1967. Somente em 1968, elas se tornaram organizações ativas no cenário conturbado da luta armada no Brasil. A expulsão desses grupos revela as tensões internas do PC do B e sua resistência a críticas ou reformulações”.</p>	<p>222</p>
<p>Cap. IV “1967”</p>	<p><b>14. O PC do B fortalece a luta ideológica</b></p> <p>“Em 1967, o PC do B publicou três documentos. O primeiro reafirmava apoio ao pensamento de Mao-Tsé-tung e à Revolução Cultural. Contudo, o PC do B se considerava seguidor de um marxismo-leninismo "puro", stalinista, e não via o pensamento de Mao como uma nova etapa na doutrina comunista. O segundo buscava fortalecer a unidade do partido e se posicionava contra o foquismo. O terceiro documento focava na luta contra a ditadura militar, defendendo a luta armada e destacando o interior como ‘o maior potencial revolucionário do país’”.</p>	<p>250</p>

	<p>“Os nomes dos três documentos publicados pelo PC do B em 1967 são: "Apoiar decididamente a Grande Revolução Cultural Proletária", "Desenvolver a Luta Ideológica e Fortalecer a Unidade do Partido", e "O PC do B na Luta contra a Ditadura Militar".</p>	
	<p><b>15. A Ala Vermelha do PC do B assume a posição foquista</b></p> <p>“A Ala Vermelha do PC do B enfrentou problemas de organização e definição de linha política em 1967. Eles emitiram um documento "Crítica ao Oportunismo e ao Subjetivismo da União dos Brasileiros", com uma linha foquista. Como o PC do B, acreditavam na revolução em duas etapas: Democracia Popular e socialismo. Estipularam táticas como "construir um Partido Revolucionário do Proletariado" e "aniquilar o aparelho militar da ditadura". Escolheram a luta armada foquista, defendendo uma "Frente Única Revolucionária" para mobilizar as massas. A organização buscava a formação de um "foco revolucionário", mesclando maoísmo com foquismo”.</p>	251
Cap. V “1968”	<p><b>13. O PC do B recebe adesões</b></p> <p>“O texto informa que durante 1968, o PC do B ganhou apoio significativo de dois grupos oriundos do PCB na Guanabara. O partido enviou cartas convidando divergentes a se juntar e criticando as posições do PCB e do PCBR. Também publicou estudos sobre táticas revolucionárias e ideologia, incluindo a influência da revolução chinesa. O partido se posicionava contra os EUA e a URSS, criticava o "fidelismo" cubano e enfatizava a importância das zonas rurais na luta armada. No entanto, não desconsiderava o papel das massas urbanas e a energia da juventude nas lutas”.</p>	294
	<p><b>14. A Ala Vermelha do PC do B inicia os assaltos</b></p> <p>“É exposto que ao ser estabelecida a linha política nitidamente foquista, a Ala Vermelha do PC do B iniciou em 1968 atividades de cunho militarista, pretensamente revolucionárias. Criou Grupo Especial Nacionalista Revolucionário (GENR) que, a partir de fevereiro, iniciou série de assaltos em São Paulo. Arrecadou centenas de milhares de cruzeiros. No segundo semestre, Plínio</p>	295

	Petersen Pereira, um dos dirigentes, desligou-se formando o "Grupo do Gaúcho". Agitação no Movimento Estudantil incentivou a estrutura de uma organização própria, independente. Foi criada Comissão Nacional de Consulta para dar início à formação da Ala Vermelha, concretizada no ano seguinte”.	
Cap. VI “1969”	<p style="text-align: center;"><b>22. O PC do B e a Guerra Popular</b></p> <p>“O fragmento expõe que em 1966, o PC do B enviou Osvaldo Orlando Costa para o sul do Pará e norte de Goiás para iniciar o reconhecimento de áreas para um foco guerrilheiro. A Comissão Militar, liderada por João Amazonas, Maurício Grabois e Ângelo Arroyo, escolheu o baixo Araguaia como área prioritária. Militantes estabeleceram comércios e coletaram informações. Em 1969, foram publicados dois documentos estratégicos: "Guerra Popular - Caminho da Luta Armada no Brasil" e "Responder ao Banditismo da Ditadura com a Intensificação das Lutas do Povo", direcionando o partido para uma revolução "nacional e democrática" e organização de trabalhadores rurais. João Amazonas incentivou jovens a se juntarem à luta armada”.</p>	389
<b>2º VOLUME</b>		
<i>3ª Parte: A Terceira Tentativa de Tomada do Poder</i>		
Cap. VIII “1970”	<p style="text-align: center;"><b>12. O PC do B prepara-se, no campo e na cidade</b></p> <p>“Em 1970, a atividade principal do PC do B foi a preparação da Guerra Popular no Sudeste do Pará. Mais de uma dezena de militantes foram deslocados para a região com o objetivo de se adaptar e ganhar a confiança da população local através de trabalho de massa social, sem conotações políticas aparentes. Na cidade, o partido criou a União da Juventude Patriótica (UJP) para agrupar jovens politizados e servir como fonte de recrutamento para futuros "guerrilheiros". Três documentos aprovados pelo Comitê Central marcaram a linha política do partido, incluindo "Atualidade do Pensamento de Lenin", que iniciou controvérsias com o PC da China, e "Mais Audácia</p>	512

	na Luta contra a Ditadura", visando acelerar a preparação da luta armada”.	
Cap. IX “1971”	<p style="text-align: center;"><b>15. A divisão da CEx/PC do</b></p> <p>“Em 1971, a CEx do PC do B estava dividida: uma parte, com João Amazonas, Mauricio Grabois e Ângelo Arroyo, trabalhava na região do Araguaia para implantar um núcleo guerrilheiro; os demais membros permaneciam em São Paulo e Guanabara. O Araguaia já tinha cerca de 70 militantes. A atividade no campo incluía leitura e discussão de documentos do partido e treinamento militar. O objetivo era conquistar a amizade da população local, alheia às atividades políticas. O partido adotou uma estrutura militar com "destacamentos" A, B e C. Politicamente, o PC do B continuava a criticar a política chinesa e o governo brasileiro. A UJP alcançou 600 membros, mostrando a capacidade de radicalizar o idealismo da juventude. A aproximação com a APML do B começou e iria reforçar o partido”.</p>	637
Cap. X “1972”	<p style="text-align: center;"><b>10. Abre-se o caminho para a incorporação da APML do B ao PC do B</b></p> <p>“A luta interna na Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil (APML do B) apresentava duas linhas divergentes. A maioria optava pela "revolução nacional e democrática-popular" e incorporação ao PC do B. A minoria defendia uma "revolução socialista" e um partido "inteiramente novo". Apesar da escolha do PC do B como partido da classe operária, a maioria da APML do B sofria restrições desse partido. Após o conhecimento do documento "Atualidades das ideias de Lenin", a maioria modificou seu pensamento e retificou o programa básico. A tentativa do PC do B de implantar guerrilhas no Araguaia fortaleceu a posição da maioria na APML do B. Foi formalizado o rompimento com a expulsão dos representantes da minoria, eliminando obstáculos à incorporação ao PC do B”.</p>	705
	<p style="text-align: center;"><b>11. A descoberta do foco guerrilheiro no Sudeste do Pará</b></p> <p>“No início do ano, o PC do B intensificou a preparação para luta armada no sudeste do Pará. O Comitê Central aprovou o documento “50 Anos de Luta”, que reafirmava a Guerra</p>	706

	<p>Popular e enfatizava que “O campo é problema chave da revolução”. Pedro Albuquerque Neto, um militante, foi preso e revelou detalhes sobre treinamento de guerrilha rural em uma área chamada “Cigana”. Ele e sua esposa haviam sido recrutados em Fortaleza e orientados a se deslocar para diferentes cidades antes de serem levados para o campo. Eles planejaram fuga devido às condições difíceis e porque o partido impunha um aborto a sua esposa. Seus relatos chegaram ao Exército em março, levando a operações de informações na área. A 8ª Região Militar confirmou indícios que corroboravam as declarações de Pedro, mas não pôde definir a extensão e profundidade das atividades na área”.</p>	
	<p style="text-align: center;"><b>12. As primeiras operações de combate no Sudeste do Pará</b></p> <p>Iniciadas as operações de informações com um efetivo mínimo, indícios sobre atividades suspeitas confirmaram as declarações de Pedro Albuquerque. O Comando Militar do Planalto (CMP) e outros escalões superiores ofereceram apoio. A 8ª RM, ainda em fase de instrução básica, optou por executar uma operação de pequeno porte. Material subversivo foi apreendido em várias incursões, contribuindo para o entendimento sobre as atividades na região. Com o tempo, os órgãos de segurança aumentaram as prisões, incluindo nas cidades. Os confrontos com os suspeitos eram raros, mas aconteceram. Com a chegada de reforços, as forças de segurança praticamente dobraram o efetivo existente no início de maio. À medida que os suprimentos dos suspeitos começaram a se esgotar em junho, os encontros e conflitos tornaram-se mais frequentes, resultando em prisões e ferimentos em ambos os lados.</p>	708
	<p style="text-align: center;"><b>13. Novas ações contra o foco guerrilheiro</b></p> <p>O texto descreve uma “operação militar coordenada pelo Comando Militar do Planalto (CMP) nas regiões do Sudeste do Pará e Norte de Goiás, visando combater ações dos militantes do PC do B. A operação ocorreu entre 18 de setembro e 2 de outubro e envolveu cerca de 3.000 homens de diversas unidades militares, incluindo o Comando Militar da Amazônia (CMA) e o IV Exército. As tropas percorreram grandes distâncias para se deslocar até a área de operações. Durante a operação, houve confrontos</p>	713

	armados com os subversivos, que resultaram em baixas para ambos os lados. Táticas psicológicas, como a distribuição de panfletos, foram usadas para minar o moral do grupo subversivo. As forças militares também contribuíram para o desenvolvimento da área, construindo estradas e realizando outras melhorias em infraestrutura. O apoio da população local foi conquistado, em parte, pela prisão de grileiros que usavam violência para expulsar posseiros das terras”.	
	<p style="text-align: center;"><b>21. Um mil novecentos e setenta e dois</b></p> <p>O texto discute o “aumento da violência praticada por organizações subversivas no Brasil, destacando atos de violência que vão além de uma possível justificativa, como a luta contra forças de segurança. O texto registra uma série de assassinatos e ataques injustificáveis, realizados por diferentes grupos militantes. Em relação ao termo "Araguaia", o texto menciona o "justiçamento exemplar" do posseiro João Pereira pelo PC doB na região do Araguaia. O texto também aponta que a violência desregrada é particularmente notável entre os militantes do Molipo e da ALN, que tinham o maior número de treinados em Cuba e estavam em processo de desarticulação no país”.</p>	734
Cap. XI “1973”	<p style="text-align: center;"><b>10. Operação “Sucuri”</b></p> <p>“Em 1973, o PC do B enfrentou quedas significativas, incluindo a prisão e morte de membros da cúpula do partido. O foco de preocupação máxima para o Partido e forças de segurança estava nas matas do Araguaia, onde se desenvolvia um foco guerrilheiro. Para obter dados concretos sobre a área e atividades ali desenvolvidas, foi lançada uma operação de informações chamada "Sucuri". A operação implantou 32 agentes na região para coletar informações em uma área de 10,000 km<sup>2</sup>. As informações iniciais apontaram para condições políticas e sociais precárias na região, com prefeitos corruptos e autoridades inoperantes, favorecendo inconscientemente o apoio político aos subversivos. A operação também contribuiu para atividades de titulação de posseiros na área”.</p>	763
	<p style="text-align: center;"><b>11. Desarticulação do foco guerrilheiro do PC do B</b></p> <p>O texto aborda “conflitos entre forças de segurança e guerrilheiros no sudeste do Pará. Contrariando as expectativas dos guerrilheiros, as forças legais iniciaram</p>	767

	operações descentralizadas em outubro. A primeira estratégia foi isolar e posteriormente cooptar apoiadores locais, transformando-os em guias valiosos. As ações resultaram em diversas baixas para os guerrilheiros e desmantelamento quase total de sua rede de apoio. Tropas especializadas em combate na selva, apoiadas por reconhecimento aéreo e informação local, enfrentaram desafios em localizar os guerrilheiros escondidos. Apesar de algumas escaramuças adicionais, os guerrilheiros estavam claramente desmobilizados e desorganizados. As operações continuaram até meados de 1974 com efetivo reduzido, pois os guerrilheiros já não apresentavam uma ameaça coordenada”.	
	<p style="text-align: center;"><b>12. A incorporação da APML do B ao PC do B</b></p> <p>Em 1973, a Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil (APML do B) e o PC do B estreitaram relações visando à incorporação mútua. O processo seria gradual e iniciou-se pela cúpula das duas entidades. O Birô Político da APML do B lançou uma circular endossando a incorporação. Discordâncias ideológicas com o PC da China surgiram no PC do B, especialmente contra a "Teoria dos Três Mundos" de Mao Tse Tung. Reuniões intensificadas ocorreram entre lideranças como João Amazonas, Haroldo Lima e Aldo Arantes. A incorporação formal ocorreu no final de 1974, com dirigentes da APML do B cooptados para cargos executivos no PC do B. Ambas as organizações mantiveram trabalhos independentes em níveis intermediários e de base.</p>	770
	<p><b>12. ANEXO “C” – Croquis Região do Bico do Papagaio</b></p> <p>Imagem ilustrativa do mapa da região que aconteceu a Guerrilha do Araguaia,</p>	754 (Apenas PDF)
Cap. XII “Avaliação Crítica da Terceira Tentativa”	<p><b>7. Por que fracassou, também, a tentativa do PC do B</b></p> <p>O texto analisa o “fracasso do Partido Comunista do Brasil (PC do B) em implementar uma revolução comunista no país, especialmente durante os anos 1960. O PC do B negligenciou as condições objetivas e a conjuntura nacional, focando excessivamente na tática militar em detrimento do trabalho político e do apoio popular. O partido também subestimou as Forças Armadas brasileiras e ignorou o sentimento de otimismo nacional durante uma época de rápido desenvolvimento. As falhas estratégicas e</p>	798

	táticas estavam relacionadas à sua abordagem focada na guerrilha, que menosprezava o papel crucial do apoio popular e das condições políticas favoráveis, cruciais para qualquer movimento revolucionário bem-sucedido. O texto também destaca como as várias facções comunistas discordavam quanto à natureza da revolução necessária, o que também contribuiu para o seu fracasso”.	
<i>4ª Parte: A Quarta Tentativa de Tomada do Poder</i>		
Cap. III “A reestruturação das organizações comunistas”	<b>2. A Esquerda Revolucionária (PC do B)</b>  “Após a derrota no Araguaia, o PC do B se dividiu em discussões internas sobre a estratégia guerrilheira. A facção liderada por Ângelo Arroyo e João Amazonas defendeu a tentativa como heroica, enquanto Pedro Pomar criticou o enfoque "foquista". O partido também passou por reformulações políticas, distanciando-se do comunismo chinês e aproximando-se do Partido dos Trabalhadores da Albânia. Divergências estratégicas continuaram a surgir, inclusive sobre alianças políticas e métodos de luta. Apesar de punições e expulsões, o partido se expandiu nacionalmente, infiltrou-se em várias esferas sociais e políticas e manteve a luta armada como uma opção estratégica futura”.	857

Elaboração própria (2024).